



RELATÓRIO & CONTAS

1T14

ZON OPTIMUS®



ÍNDICE

1. PRINCIPAIS INDICADORES	3
2. DESTAQUES 1T14	7
3. ÓRGÃOS SOCIAIS	9
4. RELATÓRIO DE GESTÃO	12
Evolução dos Negócios	13
Análise dos Resultados Consolidados	23
5. CONTAS CONSOLIDADAS	31



1.

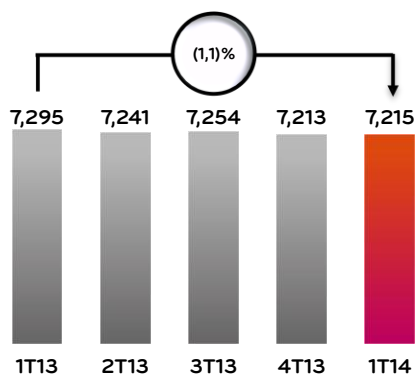
PRINCIPAIS INDICADORES



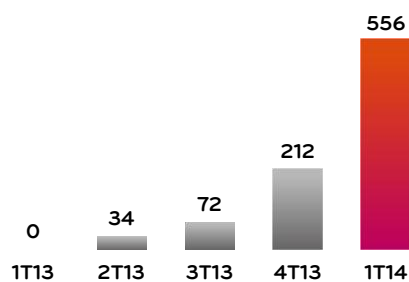
INDICADORES OPERACIONAIS

(Milhares)

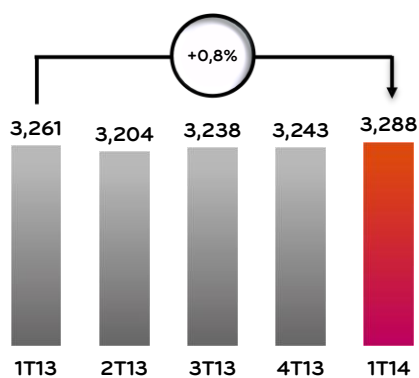
RGUs:



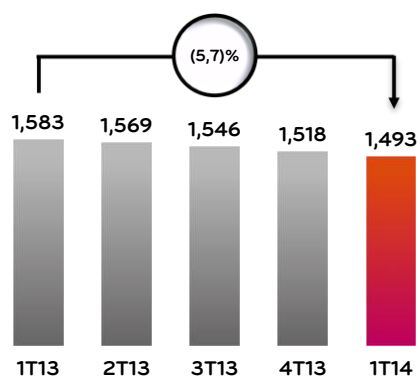
RGUs Convergentes:



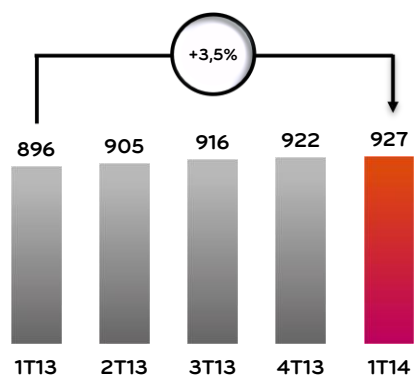
Subscritores Móveis:



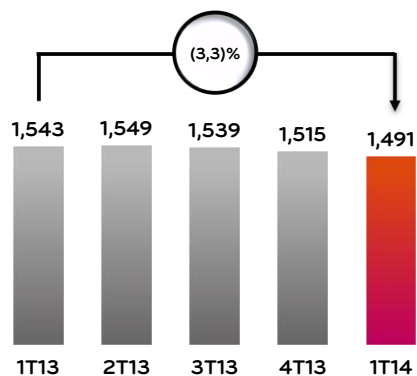
TV por Subscrição:



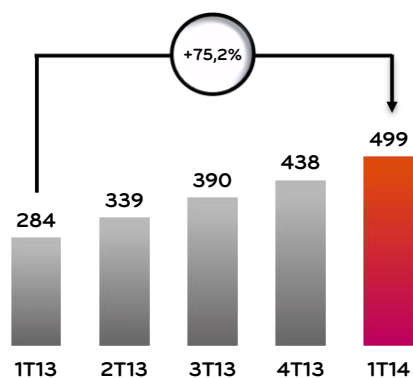
Banda Larga Fixa:



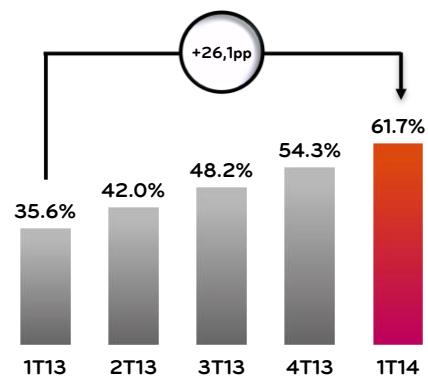
Voz Fixa:



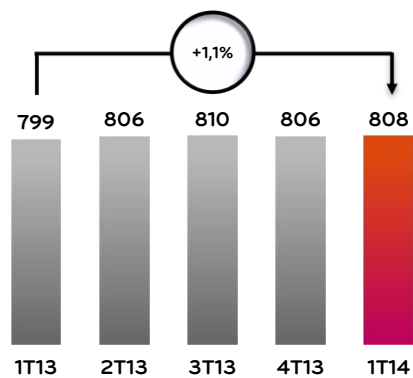
Subscritores IRIS:



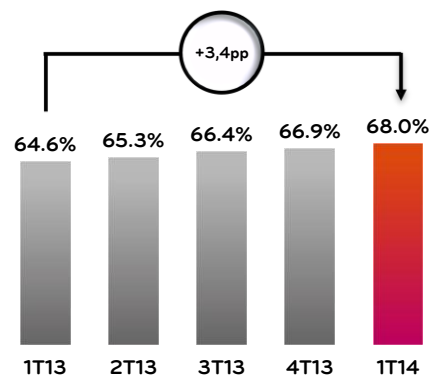
% de Clientes 3P&4P com IRIS :



Clientes de 3P&4P:



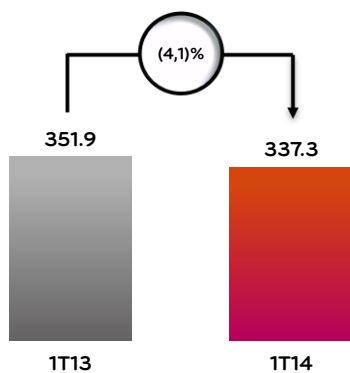
% de Clientes 3P&4P:



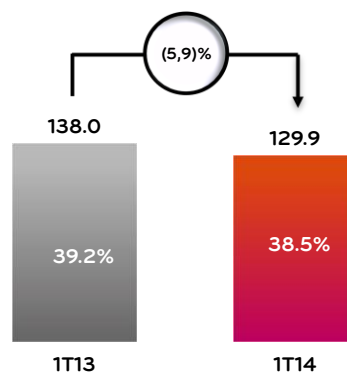
INDICADORES FINANCEIROS

(Milhões de Euros)

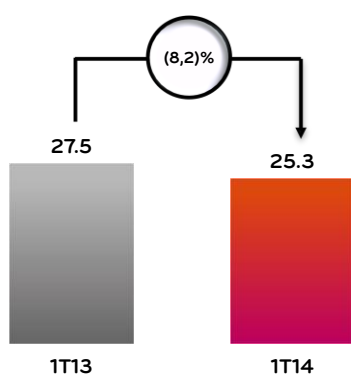
Receitas de Exploração:



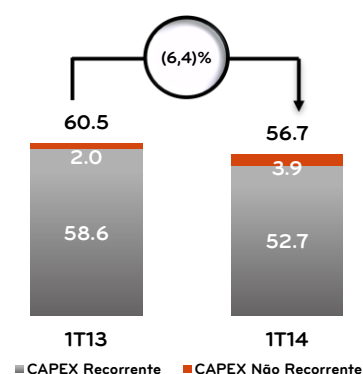
EBITDA e Margem EBITDA:



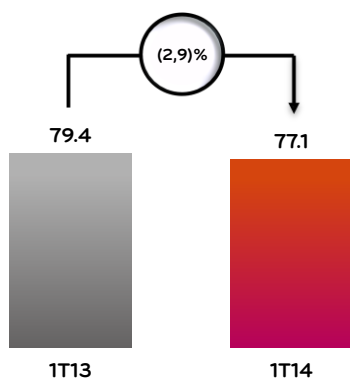
Resultado Consolidado Líquido:



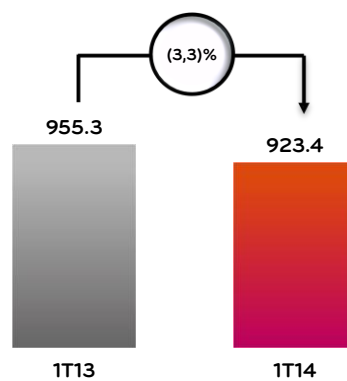
CAPEX:



EBITDA – CAPEX Recorrente:



Dívida financeira Líquida:





2.

DESTAQUES 1T14



DESTAQUES PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2014

Tabela 1.

Destques 1T14	1T13	4T13	1T14	1T14 / 4T13	1T14 / 1T13
---------------	------	------	------	-------------	-------------

Destques Operacionais

RGUs Totais	7,295.4	7,213.0	7,215.2	0.0%	(1.1%)
RGUs Convergentes	0.0	212.4	555.8	161.6%	n.a.
% Clientes de 3P&4P	64.6%	66.9%	68.0%	1.0pp	3.4pp
Subscritores IRIS	284.5	437.6	498.6	13.9%	75.2%

Destques Financeiros

Receitas de Exploração	351.9	356.3	337.3	(5.3%)	(4.1%)
EBITDA	138.0	118.3	129.9	9.8%	(5.9%)
Margem EBITDA	39.2%	33.2%	38.5%	5.3pp	(0.7pp)
Resultado Consolidado Líquido	27.5	(13.1)	25.3	n.a.	(8.2%)
Free Cash Flow Total	23.5	11.3	14.3	26.3%	(39.2%)

- Crescimento muito forte nos pacotes convergentes, atingindo-se os 556 mil RGUs convergentes, com 343 mil adições líquidas no 1T14; as ofertas convergentes já representam perto de 10% da base de clientes fixos.
- Adições líquidas de 129 mil clientes móveis pós-pagos, impulsionadas principalmente pela adesão à ZON4i; adições líquidas móveis totais de 45 mil subscritores, levando a um crescimento anual da base de clientes móveis de 0,8%.
- O melhor trimestre de sempre para a IRIS, com adições líquidas de 61 mil subscritores, atingindo-se o meio milhão de clientes, representando já 62% da base de clientes de 3&4P.
- As Receitas de Exploração decresceram em 4,1% e o EBITDA em 5,9%. Incluindo as operações internacionais as Receitas de Exploração decresceram 2,9% para 351,2 milhões de euros e o EBITDA diminuiu 3,9% para 135,3 milhões de euros, representando uma margem EBITDA de 38,5%.
- Melhoria sequencial do Resultado Consolidado Líquido para 25 milhões de euros, o que compara com um valor negativo de 13 milhões de euros no 4T13, com um impacto significativamente mais reduzido dos custos não recorrentes relacionados com o processo de integração.
- Decréscimo de 16 milhões de euros da Dívida Financeira Líquida no 1T14 para 923 milhões de euros, sendo que o rácio de Dívida Líquida / EBITDA diminuiu para 1,7x.



3.

ÓRGÃOS SOCIAIS



ÓRGÃOS SOCIAIS

À data do presente relatório, 7 de Maio de 2014, os Órgãos Sociais da ZON OPTIMUS tinham a seguinte composição:

Conselho de Administração

Presidente do Conselho de Administração	Jorge de Brito Pereira
Presidente da Comissão Executiva	Miguel Almeida
Vogais da Comissão Executiva	José Pedro Pereira da Costa, Vice-Presidente, CFO Miguel Veiga Martins, Vice-Presidente, CTO Ana Paula Marques André Almeida Manuel Ramalho Eanes
Vogais	Ângelo Paupério António Lobo Xavier António Domingues Catarina Tavira Cláudia Azevedo Fernando Martorell Isabel dos Santos Joaquim de Oliveira Lorena Fernandes Mário Leite da Silva Rodrigo Costa
Presidente do Conselho Fiscal	Paulo Cardoso Correia da Mota Pinto
Vogais	Eugénio Ferreira Nuno Sousa Pereira
Suplente	Luís Filipe da Silva Ferreira

Membros da Mesa da Assembleia Geral

Presidente

Pedro Canastra de Azevedo Maia

Secretário

Tiago Antunes da Cunha Ferreira de Lemos

Revisor Oficial de Contas

Efetivo

ERNST & YOUNG AUDIT & ASSOCIADOS, SROC, S.A., inscrita na OROC sob o número 178 e inscrita na CMVM sob o número 9011, representada por Ricardo Filipe de Frias Pinheiro (ROC n.º 739);

Suplente

Paulo Jorge Luís da Silva (ROC n.º 1334)



4.

RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GESTÃO

EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS

Resultados Consolidados 1T14

O processo de integração está em curso, com as equipas focadas em aumentar os esforços comerciais e na reestruturação das operações na nova entidade única. Ainda nos encontramos nos primeiros meses da execução da nossa estratégia, sendo que o benefício pleno de muitos dos projetos em curso apenas deverá ser expectável a médio prazo, tal como detalhado na nossa divulgação de estratégia ao mercado, em fevereiro.

Adesão muito forte aos pacotes convergentes

A principal prioridade da estratégia da ZON OPTIMUS é o reforço da sua posição competitiva através do crescimento da sua quota de mercado doméstica, sendo a convergência um forte impulsionador da dinâmica do mercado nos próximos anos. O conjunto único de ativos da ZON OPTIMUS proporciona-lhe uma plataforma sólida para alavancar o crescimento de quota de mercado, quer no mercado de consumo, quer empresarial.

O apetite dos consumidores por pacotes convergentes fixos e móveis é claramente muito forte. Desde o lançamento, a meio do 4T13, da ZON4i, a ZON OPTIMUS tem assistido de forma consistente a um crescimento mensal cada vez mais forte dos subscritores convergentes.

No final do 1T14, a ZON OPTIMUS tinha 556 mil RGUs em pacotes convergentes, representando um ritmo médio de crescimento de mais de 20 novos mil lares por mês, subscrevendo uma média de 5 RGUs por contrato. Apenas 12% dos RGUs móveis convergentes eram clientes da ZON OPTIMUS, sendo que os remanescentes ou são provenientes de outros operadores ou são novos números móveis, impulsionando assim um crescimento líquido relevante da base total de subscritores móveis. A principal âncora das ofertas convergentes é a TV por Subscrição, sendo que de 90% dos clientes ZON4i fizeram o upgrade de ofertas existentes da ZON e que apenas 54% eram já clientes IRIS. A promoção da ZON4i tem assim impulsionado não apenas um aumento na penetração de novos RGUs móveis mas também uma forte adesão à interface de TV premium, mais sofisticada, IRIS. Como tal, a forte posição no mercado de TV por Subscrição da ZON OPTIMUS, com uma quota de mercado de 48% no final de 2013, representa uma plataforma extremamente sólida para o crescimento de RGUs móveis.

Apenas 5 meses após o lançamento da ZON4i, os pacotes convergentes representam cerca de 10% da base de clientes fixos. O entusiasmo por estes pacotes fixos e móveis é justificado pela sua proposta de valor muito atrativa. A ZON4i combina mais e melhor programação de televisão com 116 canais; Internet fixa com

as velocidades mais elevadas e a mais extensa cobertura com 100 Mbps disponíveis em todos os 3,3 milhões de lares cobertos pela rede de Nova Geração HFC da ZON OPTIMUS; um serviço de Voz Fixa nacional e internacional ilimitado que inclui ainda a utilização gratuita da aplicação ZON Phone, que permite o uso de um número fixo em aparelhos móveis, beneficiando das tarifas fixas normais e faturação integrada; acesso gratuito e imediato à maior rede de hotspots WiFi, com 600 mil em Portugal e mais de 12 milhões em todo o Mundo; utilização ilimitada do telemóvel, oferecendo as melhores soluções de 4G disponíveis até 4 utilizadores, Internet móvel com 200 Mb por cartão SIM, permitindo o carregamento de forma flexível para quem exceda ocasionalmente o seu limite de dados; acesso prioritário à maior rede de cinemas em Portugal através do myZONcard, que oferece um bilhete adicional por cada bilhete de cinema comprado. A ZON4i tem um preço de € 79,99 com dois utilizadores móveis, podendo ser ajustado ao perfil de utilização e necessidades do cliente.

Já em resultado das vantagens competitivas criadas pela fusão, no início do 2T14, a ZON OPTIMUS lançou uma oferta convergente para as regiões de cobertura por satélite, baseando-se em soluções 4G para a Banda Larga e a Voz, à imagem da proposta de valor dos pacotes fornecidos nas zonas de cobertura da rede HFC. Pelo mesmo preço que as ofertas disponíveis nas zonas HFC, os clientes podem subscrever pacotes de 3 e 4P incluindo 81 canais de TV, até 40 Mbps de Internet e voz fixa e móvel incluindo 2 cartões SIM.

Novo trimestre recorde para a IRIS, atingindo meio milhão de subscritores

Uma alavanca-chave para o reforço da nossa liderança na TV por Subscrição é a nossa oferta de TV multi-ecriã de nova geração, IRIS, que é a oferta de TV por definição de todos os novos pacotes de 3 e 4P. Este foi um novo trimestre recorde para a IRIS com 61 mil adições líquidas, elevando o número total de subscritores IRIS para meio milhão, representando já 62% da base de clientes de 3&4P, o que compara com 36% no 1T13.

Os níveis de satisfação e de experiência dos clientes com a IRIS são extremamente elevados, com a utilização das funcionalidades inovadoras baseadas na *cloud* transformando completamente a forma como as pessoas vêem TV. 99% dos clientes IRIS já utilizaram o Timewarp e a Restart TV, sendo que mais de 75% utilizam-nas diariamente, pelo menos duas vezes.

A IRIS é a peça central da nossa estratégia de produto, com lançamentos e *upgrades* contínuos, excedendo sempre as expectativas do utilizador. O enfoque para 2014 será colocado na extensão e interligação da experiência de TV com o ecossistema móvel, redobrando esforços na pesquisa e desenvolvimento no sentido de continuar a responder aos desafios do mercado de TV por Subscrição e explorando a oportunidade que se coloca graças à forte posição da ZON OPTIMUS enquanto operador fixo e móvel. A importância e sucesso da nossa interface de TV é central à nossa estratégia de liderança do mercado na convergência uma vez que a escolha de operador é ancorada no fornecedor do serviço de TV por Subscrição.

No início de 2014 o *software* das *set-top-box* IRIS foi alvo de uma grande atualização, que trouxe melhorias significativas no desempenho e utilização, bem como um novo *browser* HTML5 que permitirá o desenvolvimento de uma nova geração de aplicações de TV incluindo o YouTube Leanback. Nestas melhorias inclui-se o ajustamento das velocidades de *Fast Forward* e *Rewind* no *streaming* de vídeo, o que é particularmente relevante para as funções de Restart e Timewarp.

Lançámos recentemente o nosso Network-DVR que permite que os clientes façam gravações, Pause Live TV e rebobinem os conteúdos em direto, replicando por completo a experiência de um gravador local, com a vantagem adicional de permitir gravações simultâneas ilimitadas e a partilha do conteúdo gravado por todas as STB do lar. Com este desenvolvimento, a ZON OPTIMUS tornou-se no primeiro operador de TV por Subscrição a iniciar a retirada comercial das STB centradas em discos rígidos, conseguindo neste processo proporcionar uma experiência de utilização muito superior.

A IRIS tem acumulado uma série de prémios como melhor interface de TV, com reconhecimento alargado por parte de clientes e congéneres. A IRIS foi votada "Produto do Ano" em Portugal pelo segundo ano consecutivo, sendo que as aplicações OTT da IRIS foram também reconhecidas internacionalmente, tendo conquistado o prémio de "Best TV on the Move Service" em Londres na conferência TV Connect.

Forte aceleração das adições líquidas móveis impulsiona o crescimento anual da base de clientes

O crescimento dos pacotes convergentes está a impulsionar uma importante alteração estrutural nos clientes móveis, com cada vez mais utilizadores a subscreverem cartões SIM pós-pagos, no âmbito de ofertas pacotizadas de 4P. Esta tendência tem vindo a acelerar todos os meses desde o lançamento da ZON4i no final de 2013.

No 1T14, os subscritores móveis pós-pagos cresceram em 129 mil, um dos trimestres mais fortes dos últimos anos. O crescimento registado nos subscritores pós-pagos de voz foi ainda mais significativo, com adições líquidas de 147 mil clientes, que foram no entanto parcialmente contrabalançadas por um decréscimo líquido de 18 mil cartões pós-pagos de banda larga. Quanto à base de clientes móveis pré-pagos, as adições líquidas foram negativas em 84 mil subscritores, tendo sofrido o impacto da tendência crescente para a subscrição de ofertas convergentes. No entanto, o saldo é claramente muito positivo para a ZON OPTIMUS, com adições líquidas móveis totais de 45 mil clientes.

No segmento móvel *stand-alone*, os esforços de marketing permanecem focados em impulsionar as tarifas all-net, que proporcionam planos fáceis e ilimitados, sem qualquer tipo de restrições de rede. As duas principais famílias de tarifários *all-net* são o SMART e o LIGA, ambos lançados durante 2013. O SMART é dirigido ao segmento de topo do mercado, sendo um plano pós-pago que permite aos clientes comunicar

para todas as redes de forma quase ilimitada e sem o incômodo de ter de se lembrar de efetuar carregamentos. Todos os tarifários SMART incluem pelo menos um 1 Gb de dados, proporcionando uma excelente experiência de 3G e 4G. O LIGA endereça a necessidade de oferecer um acesso menos dispendioso a comunicações para todas as redes, a mais segmentos do mercado a um preço muito apelativo de € 9,99. Esta oferta tem levado a um aumento significativo da proporção de clientes pré-pagos com carregamentos mensais fixos.

Outra das alavancas para o crescimento nas comunicações móveis pessoais é o impulso para uma maior penetração de *smartphones*, que atualmente é bastante inferior à média Europeia, situando-se em cerca de 25% a nível nacional. A OPTIMUS tem uma vantagem relevante face aos seus principais concorrentes em termos de cobertura de rede 4G, e no sentido de explorar esta vantagem e estimular a utilização de dados móveis, lançou uma série de *smartphones* muito atrativos incorporados em planos tarifários pós-pagos competitivos. Estamos ativamente a explorar oportunidades de reduzir os custos, e consequentemente os preços de retalho, dos equipamentos, tendo recentemente lançado um *smartphone* 4G de marca própria por € 99,90, o "OPTIMUS ZILO". É importante destacar que a OPTIMUS já detém uma quota significativamente mais elevada de tráfego de dados móveis, 42%, face à sua quota total de tráfego móvel, que ascende a 13%.

Mais de 1 milhão de RGUs no segmento Empresarial

No final do 1T14, a ZON OPTIMUS tinha mais de 1 milhão de RGUs no segmento Empresarial, refletindo uma aceleração significativa nas adições líquidas trimestrais para 23,2 mil RGUs. A maior parte do crescimento foi nos serviços móveis, com adições líquidas de 18,6 mil serviços no 1T14, impulsionadas pela convergência. Nos segmentos de PME e SoHo em particular, o fortalecimento dos canais de vendas está em curso, permitindo uma maior implementação de vendas cruzadas no âmbito das bases de clientes da ZON e da OPTIMUS. No segmento das pequenas empresas, o crescimento das receitas não surgirá em simultâneo com o crescimento do volume de RGUs, dado que a tendência do mercado no sentido das ofertas convergentes, que se iniciou no princípio de 2013, tem conduzido a uma alteração dos preços. Apesar de representar uma pressão de curto prazo sobre as receitas, o aumento do volume de RGUs de clientes de PME e SoHo convergentes irá ajudar a compensar essa perda no médio prazo, uma vez que o crescimento líquido da ZON OPTIMUS terá origem sobretudo em RGUs novos para a empresa.

No segmento de Grandes Empresas, a equipa tem tido muito sucesso ao endereçar novas e importantes contas, com uma série de contratos importantes prestes a entrar no mercado, para concurso, nos próximos meses. A ZON OPTIMUS já venceu várias contas de referência em muitos setores de mercado. No entanto, a migração das novas contas de Grandes Empresas é um processo que requer tempo e portanto as receitas demorarão pelo menos 2 trimestres para começar a demonstrar um impacto material. A ZON OPTIMUS é agora um operador mais forte, sendo um operador fixo e móvel totalmente integrado e tecnologicamente superior, com capacidade para oferecer serviços de telecomunicações e de dados integrados e convergentes, de forma competitiva e relevante. A elevada cobertura, capilaridade e capacidade da rede da ZON OPTIMUS

são fatores-chave, e diferenciadores, neste segmento. A ZON OPTIMUS já endereça o mercado como uma entidade única, capaz de fornecer soluções à medida para os maiores clientes empresariais e do setor público, e de endereçar as PME e SoHo com soluções específicas e adaptadas ao seu perfil de utilização e âmbito geográfico, alavancando a melhor cobertura das suas redes fixa e móvel de Nova Geração.

Tabela 2.

Indicadores Operacionais ('000)	1T13	4T13	1T14	1T14 / 4T13	1T14 / 1T13
---------------------------------	------	------	------	-------------	-------------

Telecomunicações ⁽¹⁾

Indicadores Agregados					
Casas Passadas	3,199.7	3,241.8	3,255.5	0.4%	1.7%
RGUs Totais	7,295.4	7,213.0	7,215.2	0.0%	(1.1%)
Subscritores Móveis	3,261.1	3,243.4	3,288.4	1.4%	0.8%
Pré-Pagos	2,356.1	2,251.0	2,166.9	(3.7%)	(8.0%)
Pós-Pagos	905.1	992.4	1,121.6	13.0%	23.9%
ARPU / Subscritor Móvel (Euros)	9.6	9.2	9.2	(0.7%)	(4.7%)
TV por Subscrição	1,583.0	1,518.0	1,493.3	(1.6%)	(5.7%)
Acesso Fixo ⁽²⁾	1,237.4	1,203.8	1,189.4	(1.2%)	(3.9%)
DTH	345.6	314.2	303.9	(3.3%)	(12.1%)
Voz Fixa	1,542.6	1,514.9	1,491.3	(1.6%)	(3.3%)
Banda Larga	895.6	922.1	927.0	0.5%	3.5%
Outros e Dados	13.2	14.6	15.2	4.6%	15.6%
Subscritores 3P&4P	799.5	805.9	808.4	0.3%	1.1%
% 3P&4P	64.6%	66.9%	68.0%	1.0pp	3.4pp
RGUs Convergentes	0.0	212.4	555.8	161.6%	n.a.
Subscritores IRIS	284.5	437.6	498.6	13.9%	75.2%
% Subscritores IRIS 3P&4P	35.6%	54.3%	61.7%	7.4pp	26.1pp
Adições Líquidas					
Casas Passadas	14.1	13.3	13.7	2.6%	(3.1%)
RGUs Totais	(61.5)	(40.6)	2.2	n.a.	n.a.
Subscritores Móveis	(43.9)	5.4	45.0	n.a.	n.a.
Pré-Pagos	(52.3)	(53.0)	(84.1)	58.8%	60.7%
Pós-Pagos	8.4	58.4	129.2	121.1%	n.a.
TV por Subscrição	(10.7)	(28.2)	(24.7)	(12.3%)	131.6%
Acesso Fixo ⁽²⁾	(0.1)	(16.0)	(14.4)	(9.6%)	n.a.
DTH	(10.5)	(12.2)	(10.3)	(15.8%)	(2.3%)
Voz Fixa	(15.2)	(24.0)	(23.7)	(1.5%)	55.7%
Banda Larga	7.8	5.8	4.9	(15.8%)	(37.2%)
Outros e Dados	0.5	0.4	0.7	75.1%	33.1%
Subscritores 3P&4P	8.3	(4.1)	2.5	n.a.	(69.7%)
RGUs Convergentes	0.0	140.9	343.4	143.7%	n.a.
Subscritores IRIS	49.7	47.3	61.0	28.9%	22.8%

⁽¹⁾ Operações Portuguesas⁽²⁾ Os Subscritores de Acesso Fixo incluem os clientes servidos pelas redes de HFC, FTTH e ULL.

Tabela 3.

Indicadores Operacionais ('000)	1T13	4T13	1T14	1T14 / 4T13	1T14 / 1T13
Telecomunicações ⁽¹⁾					
Indicadores por Segmento					
Consumo					
Subscritores Únicos de Acesso Fixo ⁽²⁾	1,225.4	1,183.3	1,159.1	(2.0%)	(5.4%)
TV por Subscrição	1,517.9	1,455.6	1,429.2	(1.8%)	(5.8%)
Acesso Fixo	1,186.4	1,154.3	1,138.2	(1.4%)	(4.1%)
DTH	331.5	301.3	291.0	(3.4%)	(12.2%)
Subscritores IRIS	276.6	426.2	484.8	13.7%	75.2%
Banda Larga Fixa	823.2	849.9	853.8	0.5%	3.7%
Voz Fixa	1,351.1	1,324.2	1,299.2	(1.9%)	(3.8%)
Subscritores Móveis	2,647.1	2,606.0	2,632.5	1.0%	(0.6%)
% 1P	17.9%	14.8%	14.4%	(0.4pp)	(3.4pp)
% 2P	17.9%	18.6%	19.2%	0.6pp	1.3pp
% 3P&4P	64.3%	66.6%	66.4%	(0.3pp)	2.1pp
ARPU / Subscritor Único de Acesso Fixo (Euros)	37.0	36.5	37.4	2.4%	1.1%
Adições Líquidas					
Subscritores Únicos de Acesso Fixo ⁽²⁾	(3.9)	(19.1)	(24.1)	26.0%	n.a.
Tv por Subscrição	(10.7)	(27.4)	(26.4)	(3.7%)	n.a.
Acesso Fixo	(0.6)	(15.6)	(16.1)	2.8%	n.a.
DTH	(10.1)	(11.8)	(10.3)	(12.5%)	n.a.
Subscritores IRIS	48.4	45.8	58.6	28.0%	21.0%
Banda Larga Fixa	7.3	5.2	3.9	(25.5%)	(46.3%)
Voz Fixa	(17.6)	(23.2)	(25.0)	7.7%	n.a.
Subscritores Móveis	(57.6)	(9.5)	26.5	n.a.	n.a.
Empresarial					
Total RGUs	956.2	977.3	1,000.5	2.4%	4.6%
TV por Subscrição	65.1	62.4	64.1	2.7%	(1.5%)
Subscritores IRIS	7.9	11.4	13.8	20.9%	75.2%
Banda Larga Fixa	85.6	86.8	88.4	1.9%	3.4%
Voz Fixa	191.5	190.7	192.0	0.7%	0.3%
Subscritores Móveis	614.1	637.4	656.0	2.9%	6.8%
ARPU por RGU (Euros)	26.5	26.0	25.2	(3.1%)	(4.9%)
Adições Líquidas					
Total RGUs	17.1	14.3	23.2	62.6%	35.8%
TV por Subscrição	0.0	(0.8)	1.7	n.a.	n.a.
Subscritores IRIS	1.2	1.5	2.4	56.5%	94.4%
Banda Larga Fixa	1.0	1.0	1.7	72.4%	60.2%
Voz Fixa	2.3	(0.8)	1.3	n.a.	(43.8%)
Subscritores Móveis	13.7	14.9	18.6	24.4%	35.8%

(1) Operações Portuguesas

(2) Os Subscritores de Acesso Fixo incluem os clientes servidos pelas redes de HFC, FTTH e ULL

Continuação do impacto das medidas regulatórias sobre a base de clientes de acesso fixo

Os clientes de Acesso Fixo de TV por Subscrição registaram um decréscimo de 14 mil subscritores no 1T14, sofrendo ainda o impacto dos remédios impostos pela Autoridade da Concorrência, segundo os quais, após a aprovação da fusão, a ZON OPTIMUS foi forçada a libertar os subscritores de FTTH da OPTIMUS dos seus contratos de fidelização, estando restringida de os abordar com ofertas comerciais, proporcionando assim uma oportunidade relevante para os concorrentes endereçarem estes clientes. Em resultado destas restrições regulatórias, dos 38 mil clientes de FTTH que a OPTIMUS tinha antes da fusão, um número significativo desligou os seus serviços para subscrever serviços da concorrência. Os clientes de acesso fixo ULL estão progressivamente a ser migrados para a infraestrutura própria de HFC. No entanto, em alguns casos, encontram-se fora da atual cobertura dessa rede, sendo que os níveis de desligamentos nesta base de clientes são mais elevados que o normal. O número de clientes de Banda Larga e Voz Fixa foi igualmente impactado pelos efeitos não recorrentes acima mencionados.

A base de clientes de TV por Subscrição de DTH registou um decréscimo de 10,3 mil subscritores no 1T14, um nível semelhante ao registado nos trimestres anteriores. O lançamento de ofertas de 3 e 4P para o mercado de DTH a partir do 2T14 deverá contribuir para reduzir a desvantagem relativa em termos de rede em que a ZON OPTIMUS se encontra em áreas onde compete com uma infraestrutura fixa.

ARPU Residencial fixo suportado pelo aumento da penetração de serviços convergentes

O ARPU por Subscritor Único de Acesso Fixo registou um acréscimo marginal de 1,1%, devido ao facto de o aumento da penetração das ofertas convergentes, que geraram receitas médias superiores, e do sucesso continuado dos pacotes IRIS, compensarem alguma da pressão sobre os preços que se verificou no mercado.

No ARPU Móvel verificou-se uma diminuição anual de 4,7% para 9,2 euros, tendo este, no entanto, permanecido estável face ao 4T13, demonstrando que o crescimento substancial nos clientes convergentes pós-pagos tem contribuído para mitigar a pressão subjacente que se tem feito sentir no consumo móvel *stand-alone*.

No segmento empresarial, o ARPU por RGU registou também um decréscimo de 4,9% no 1T14 para 25,2 euros, refletindo principalmente a alteração de preços na base de clientes de PME's e SoHo devido à tendência para a subscrição de soluções convergentes, conforme mencionado anteriormente.

Cinemas e Audiovisuais

Tabela 4.

Indicadores Operacionais ('000)	1T13	4T13	1T14	1T14 / 4T13	1T14 / 1T13
---------------------------------	------	------	------	-------------	-------------

Cinema ⁽¹⁾

Receitas por Espetador (Euros)	4.6	4.7	4.7	(1.2%)	1.5%
Bilhetes Vendidos	1,784.5	1,948.3	1,595.7	(18.1%)	(10.6%)
Salas (Unidades)	210	209	209	0.0%	(0.5%)

(1) Operações Portuguesas

No 1T14, as vendas de bilhetes de Cinema da ZON OPTIMUS registaram uma queda de 10,6% para 1,596 milhões de bilhetes, o que compara com um decréscimo comparável do total de vendas de bilhetes do mercado de 12,5%¹, ajustado para o efeito da reabertura de várias salas por parte de outro operador. A diminuição das vendas de bilhetes é explicada sobretudo pelo facto de o período de férias da Páscoa em 2013 ter tido lugar no 1T13, sendo que em 2014 teve lugar no 2T14. As vendas de bilhetes em abril já compensaram este efeito, sendo que nas vendas acumuladas até abril de 2014 verifica-se um crescimento de 2,3% face ao período homólogo de 2013.

Os filmes de maior sucesso exibidos no 1T14 foram "O Lobo de Wall Street", "12 Anos Escravo", "O Filme Lego", "The Monuments Men – Caçadores de Tesouros" e "Golpada Americana".

A ZON OPTIMUS inaugurou a primeira sala IMAX® DMR - Digital 3D em Lisboa em junho de 2013. Esta experiência premium de cinema tem demonstrado ser um grande sucesso, tendo já atingido um total de cerca de 100 mil espetadores até ao momento.

A receita média por bilhete vendido registou uma melhoria face ao 1T13, com uma subida de 1,5% para 4,7 euros.

As vendas de bilhetes para filmes em 3D foram mais reduzidas no 1T14, representando cerca de 8% das vendas de bilhetes da ZON OPTIMUS, o que compara com cerca de 11% no 1T13, principalmente devido ao menor número de filmes em 3D e ao facto de os clientes optarem, cada vez mais, pelas alternativas 2D, mais acessíveis.

Em resultado das vendas de bilhetes mais reduzidas, as receitas de Exibição Cinematográfica diminuíram em 9,1% no 1T14. Apesar do decréscimo anual de 9,2% na receita bruta de bilheteira no 1T14, a ZON OPTIMUS manteve no 1T14 a sua posição de liderança do mercado, com uma quota de mercado de 59,2%

¹ Fonte ICA – Instituto do Cinema e do Audiovisual

em termos de receita bruta.

No 1T14, as receitas da divisão de Audiovisuais decresceram em 4,7% para 14,2 milhões de euros, devido principalmente à redução das receitas de homevideo e VoD. Dos 10 filmes de maior sucesso exibidos nos Cinemas no 1T14, a ZON OPTIMUS distribuiu 7, "O Lobo de Wall Street", "12 Anos Escravo", "Golpada Americana", "Frozen – O Reino do Gelo", "Robocop", "47 Ronin – A Grande Batalha Samurai" e "Um Quente Agosto", mantendo a sua forte posição de liderança com uma quota de mercado de 68,2% em termos de receita bruta, tendo apresentado um desempenho superior ao mercado com um crescimento anual de 16,1%, que compara com uma queda de 5,2% do mercado como um todo.

Já em 2014, a divisão de Audiovisuais assinou um contrato para a distribuição cinematográfica do catálogo da Warner em Portugal, a partir de 1 de abril de 2014, do qual é, assim sendo, esperado um contributo relevante para o resto do ano de 2014.

ZAP

A ZAP continua a sua história de sucesso nos mercados de TV por Subscrição Angolano e Moçambicano, sendo hoje um operador de referência nestes países, em África e no setor. Como operador local, a ZAP está focada no aumento da sua presença nestes territórios e, como tal, tem vindo ainda a expandir os seus canais de vendas, nomeadamente as suas lojas próprias. Atualmente, contam-se 28 lojas próprias da ZAP em Angola e 7 em Moçambique. As últimas lojas a ser abertas foram a de Soyo (província do Zaire) e Dundo (Lunda Norte) em Angola, e Beira e Nampula em Moçambique. Os restantes canais de vendas têm também vindo a ser expandidos e a tornar-se mais eficazes.

A ZAP continua a melhorar os seus produtos e serviços de modo a ir ao encontro das mais elevadas expectativas por parte dos seus clientes e a diferenciar-se da sua concorrência nestes países. Durante este trimestre, a ZAP adicionou 2 novos canais aos seus pacotes, STV Notícias (um canal de notícias Moçambicano produzido pela STV, um dos canais de acesso livre de Moçambique) e Cubavision.

ANÁLISE DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

As Demonstrações Financeiras Consolidadas foram sujeitas a revisão limitada. Como prática recorrente, apenas as contas anuais são auditadas, sendo que os valores trimestrais não foram auditados de forma autónoma.

Demonstração de Resultados Consolidados

Tabela 5.

Demonstração de Resultados Pró-Forma* (Milhões de Euros)	1T13	4T13	1T14	1T14 / 4T13	1T14 / 1T13
Receitas de Exploração	351.9	356.3	337.3	(5.3%)	(4.1%)
Telecomunicações	336.6	337.3	323.5	(4.1%)	(3.9%)
Receitas de Consumo	221.9	209.9	207.5	(1.1%)	(6.5%)
Receitas Empresariais	94.0	98.1	96.2	(1.9%)	2.4%
Vendas de Equipamentos	6.2	11.5	8.2	(28.8%)	30.8%
Outros e Eliminações	14.5	17.8	11.6	(34.8%)	(19.6%)
Audiovisuais	14.9	17.4	14.2	(18.5%)	(4.7%)
Exibição Cinematográfica ⁽¹⁾	11.8	13.2	10.7	(19.0%)	(9.1%)
Outros e Eliminações	(11.4)	(11.6)	(11.0)	(5.0%)	(2.7%)
Custos Operacionais, Excluindo Amortizações	(213.8)	(238.0)	(207.5)	(12.8%)	(3.0%)
Custos com Pessoal	(23.3)	(25.2)	(21.0)	(16.4%)	(9.5%)
Custos Diretos dos Serviços Prestados	(97.7)	(105.0)	(96.7)	(7.9%)	(1.0%)
Custos Comerciais ⁽²⁾	(19.3)	(33.2)	(22.7)	(31.6%)	17.6%
Outros Custos Operacionais	(73.6)	(74.6)	(67.0)	(10.2%)	(9.0%)
EBITDA	138.0	118.3	129.9	9.8%	(5.9%)
Margem EBITDA	39.2%	33.2%	38.5%	5.3pp	(0.7pp)
Telecomunicações	131.1	107.4	120.4	12.1%	(8.1%)
Margem EBITDA	38.9%	31.8%	37.2%	5.4pp	(1.7pp)
Audiovisuais e Exibição Cinematográfica	7.0	10.9	9.5	(12.8%)	36.3%
Margem EBITDA	28.6%	39.3%	42.4%	3.1pp	13.8pp
Participação nos Resultados de Empresas Associadas e Joint-Ventures	1.3	1.5	4.9	218.2%	277.5%
EBITDA incluindo Resultados de Empresas Associadas e Joint-Ventures	139.3	119.8	134.8	12.5%	(3.3%)
Amortizações	(87.1)	(83.6)	(83.9)	0.3%	(3.7%)
Outros Custos / (Proveitos)	(0.3)	(26.8)	(2.8)	(89.4%)	n.a.
EBIT (Res. Antes de Resultados Financeiros e Impostos)	52.0	9.4	48.1	n.a.	(7.5%)
(Custos) / Ganhos Financeiros Líquidos	(16.7)	(13.5)	(15.2)	12.1%	(9.1%)
Resultado Antes de Impostos e Interesses Não Controlados	35.3	(4.1)	32.9	n.a.	(6.8%)
Imposto Sobre o Rendimento	(7.6)	(9.1)	(7.3)	(19.5%)	(3.2%)
Resultado das Operações Continuadas	27.7	(13.2)	25.6	n.a.	(7.8%)
Interesses Não Controlados	(0.2)	0.1	(0.3)	n.a.	50.6%
Resultado Consolidado Líquido	27.5	(13.1)	25.3	n.a.	(8.2%)

(1) Inclui operação em Moçambique.

(2) Custos Comerciais incluem Comissões, Marketing e Publicidade e Custos das Mercadorias Vendidas.

* A fusão por incorporação da OPTIMUS na ZON que levou à criação da ZON OPTIMUS ficou concluída no dia 27 de agosto de 2013. Principalmente em resultado da fusão, no 3T13 foi necessário alinhar algumas políticas, práticas e estimativas contabilísticas. As principais alterações às políticas contabilísticas, com a respetiva reexpressão das contas dos períodos anteriores, foram a capitalização dos custos de aquisição de clientes na ZON, por forma a alinhar com a política seguida pela OPTIMUS e também por outros operadores de telecomunicações e a capitalização de determinados direitos de filmes na divisão de Audiovisuais, de acordo com a IAS 38, tendo sido efetuada a reexpressão desde o 1T12 nas contas estatutárias. Para além disto, e em antecipação da implementação obrigatória da IFRS 11 a partir do 1T14, segundo a qual as joint ventures já não podem ser consolidadas pelo método proporcional, a ZON OPTIMUS procedeu à desconsolidação das três joint ventures nas quais detém participações, ZAP(30%), Sport TV (50%) e Dreamia (50%), tendo reexpresso as demonstrações financeiras dos períodos anteriores para refletir o seu reconhecimento através do método da equivalência patrimonial. No sentido de facilitar a comparação entre o corrente período de resultados e os anteriores, para a nova ZON OPTIMUS, foram preparadas as seguintes demonstrações financeiras consolidadas pró-forma, refletindo não apenas a reexpressão das demonstrações financeiras estatutárias devido às alterações de políticas contabilísticas, mas também a consolidação de 12 meses de resultados da OPTIMUS em 2013 (3 meses no 1T13). As demonstrações financeiras refletem o impacto, desde Setembro de 2013, nas amortizações e depreciações do cálculo provisional do justo valor dos ativos e passivo da OPTIMUS que foi utilizado para efeitos da alocação do preço de compra resultante da consolidação da OPTIMUS. A análise financeira baseia-se nestas demonstrações financeiras pró-forma. O Anexo III a este relatório inclui a demonstração de resultados estatutária da ZON OPTIMUS.

Receitas de Exploração

As Receitas de Exploração atingiram os 337,3 milhões de euros no 1T14, representando uma diminuição de 4,1% face ao 1T13. Tendo em conta a participação de 30% na ZAP, as Receitas de Exploração registaram um decréscimo de 2,9% para 351,2 milhões de euros.

As receitas combinadas para o segmento de Telecomunicações decresceram em 3,9% para 323,5 milhões de euros, apesar de registarem uma ligeira melhoria na taxa de decréscimo face à que se tinha verificado no 4T13.

As Receitas de Consumo, que diminuíram 6,5% face ao 1T13, foram principalmente impactadas pelo crescimento anual negativo das receitas móveis pessoais devido ao menor número médio de subscritores face ao período homólogo, que foi impulsionado pela tendência, que abrange todo o mercado, no sentido das ofertas convergentes, à redução do ARPU móvel e à continuação da diminuição das receitas do negócio de DTH. A tendência das receitas residenciais fixas foi significativamente mais positiva, beneficiando do já mencionado crescimento dos RGUs convergentes e das iniciativas de venda cruzada, em conjunto com o ARPU incremental positivo obtido, que têm mais do que compensado o nível de desligamentos temporariamente mais elevado, devido aos remédios relacionados com a fusão impostos sobre a base de clientes de FTTH.

O crescimento registado nas Receitas Empresariais para 96,2 milhões de euros resultou das tendências positivas em termos de RGUs, que ultrapassaram o marco do 1 milhão no 1T14, e do desempenho positivo das receitas de wholesale, que em conjunto contribuíram para compensar o decréscimo anual de 5% do ARPU por RGU Empresarial.

As receitas do negócio de Audiovisuais diminuíram 4,7% face ao 1T13 para 14,2 milhões de euros, sendo que as receitas de Exibição Cinematográfica decresceram 9,1% para 10,7 milhões de euros. No caso do negócio de Exibição Cinematográfica, o desempenho negativo das receitas é o resultado direto de um trimestre fraco na venda de bilhetes de cinema, devido ao já mencionado impacto das férias da Páscoa, enquanto que o decréscimo no negócio de Audiovisuais foi principalmente devido a receitas de homevideo e VoD mais reduzidas face ao 1T13.

A ZAP continua a demonstrar um forte ritmo operacional e financeiro, com as receitas da participação de 30% da ZON OPTIMUS a aumentarem 38,9% para 13,9 milhões de euros no 1T14, face ao trimestre homólogo.

EBITDA

O EBITDA Consolidado registou um decréscimo de 5,9% no 1T14 para 129,9 milhões de euros, gerando uma margem EBITDA de 38,5%. Incluindo a participação de 30% da ZON OPTIMUS na ZAP, o EBITDA Consolidado teria registado uma diminuição menos acentuada, de 3,9% para 135,3 milhões de euros. O EBITDA de Telecomunicações diminuiu 8,1% no 1T14 para 120,4 milhões de euros, sendo que o EBITDA das operações de Audiovisuais e Cinema aumentou 36,3% para 9,5 milhões de euros.

Custos Operacionais Consolidados Excluindo Amortizações

Os Custos Operacionais Consolidados registaram um decréscimo anual de 3% para 207,5 milhões de euros, tendo caído 12,8% face ao 4T13.

Os Custos com Pessoal caíram 9,5% para 21,0 milhões de euros no 1T14 em resultado principalmente de um nível médio inferior de colaboradores na divisão de telecomunicações, que diminuiu 11% face ao 1T13. A maior parte da otimização prevista do nível de colaboradores, decorrente do processo de fusão, já ocorreu pelo que continuará a refletir-se em poupanças anuais nesta linha de custos.

Os Custos Diretos registaram um decréscimo anual de 1% para 96,7 milhões de euros, o que reflete a combinação de custos de programação e de capacidade significativamente mais reduzidos, em 8% e 18%, respetivamente, devido a poupanças obtidas já no âmbito da fusão, nomeadamente através da integração dos antigos clientes fixos e de TV por Subscrição da OPTIMUS na rede fixa da ZON OPTIMUS; com um aumento nos custos de tráfego de 16%, devido ao nível superior de serviços de chamadas em massa e a pagamentos superiores relacionados com os modelos de partilha de receitas publicitárias em vigor.

Nos Custos Comerciais verificou-se um crescimento de 17,6% no 1T14 para 22,7 milhões de euros, apesar do decréscimo de 31,6% face ao 4T13, que é sempre um período de forte atividade comercial no período que antecede o Natal. O acréscimo anual foi principalmente impulsionado por um maior nível de vendas de terminais móveis e de comissões, devido ao incremento do esforço comercial.

Os Outros Custos Operacionais diminuíram em 9% face ao 1T13 para 67 milhões de euros, devido à combinação de vários efeitos, sendo que os impactos mais relevantes se deveram à diminuição dos Fornecimentos e Serviços Externos e à redução no nível de provisões. Os custos relacionados com licenças, incluídos nesta linha de custos, aumentaram em 22,5% no 1T14 para 5,7 milhões de euros, o que é explicado sobretudo pelo aumento de 0,75 milhões de euros em taxas de espetro e por um valor trimestral de 0,6 milhões de euros, referente à taxa de cinema imposta aos operadores de TV.

Resultado Líquido

O Resultado Consolidado Líquido cifrou-se em 25,3 milhões de euros no 1T14, o que compara com 27,5

milhões de euros no 1T13, representando uma melhoria face ao valor negativo em 13,1 milhões de euros que se tinha registado no trimestre anterior, devido ao nível significativamente mais reduzido de custos não recorrentes no 1T14.

Os Ganhos em Empresas Participadas registaram de novo um crescimento muito positivo para 4,9 milhões de euros no 1T14, o que compara com 1,3 milhões de euros no 1T13, devido ao contributo muito forte da JV internacional, ZAP, e à contribuição da SportTV, que recuperou de um Resultado Líquido negativo no 1T13.

Nas Depreciações e Amortizações registou-se um decréscimo anual de 3,7% para 83,9 milhões de euros, sem alterações significativas face aos trimestres anteriores.

Os Outros Custos*, no valor de 2,8 milhões de euros, foram significativamente mais reduzidos no 1T14 face ao 4T13, sendo que uma parte significativa deste valor está relacionada com custos não recorrentes relacionados com a fusão.

Os Custos Financeiros Líquidos diminuíram 9,1% para 15,2 milhões de euros no 1T14, o que compara com 16,7 milhões de euros no 1T13. A diminuição resulta do menor nível médio de dívida bruta e do menor custo médio da nova dívida contratada no 4T13.

A provisão para o Imposto Sobre o Rendimento ascendeu a 7,3 milhões de euros no 1T14, representando uma queda de 3,2% face ao 1T13.

CAPEX

Tabela 6.

CAPEX Pró-Forma (Milhões de Euros)	1T13	4T13	1T14	1T14 / 4T13	1T14 / 1T13
Telecomunicações	50.7	69.0	45.1	(34.6%)	(11.1%)
Infraestrutura	17.8	30.8	12.6	(59.1%)	(29.3%)
CAPEX Relacionado com Cliente	30.8	35.2	29.1	(17.2%)	(5.5%)
Outro	2.1	3.0	3.4	12.5%	62.5%
Audiovisuais e Exibição Cinematográfica	7.9	8.1	7.6	(5.5%)	(3.1%)
CAPEX Recorrente	58.6	77.1	52.7	(31.5%)	(10.0%)
CAPEX Não Recorrente	2.0	3.6	3.9	8.4%	98.3%
CAPEX Total	60.5	80.7	56.7	(29.8%)	(6.4%)

O CAPEX Recorrente de Telecomunicações no 1T14 cifrou-se em 45,1 milhões de euros, um decréscimo anual de 11,1%, representando 13,9% das Receitas de Telecomunicações. O CAPEX Total registou um

decréscimo de 6,4% face ao 1T13 para 56,7 milhões de euros.

Tal como divulgado na apresentação de estratégia da ZON OPTIMUS no dia 28 de fevereiro, o CAPEX em 2014 e 2015 irá aumentar, tendo em conta a planeada expansão da rede, o CAPEX necessário para projetos de integração e o CAPEX Relacionado com Cliente adicional, associado ao incremento da atividade comercial necessário para atingir o objetivo de crescimento de quota de mercado nas receitas domésticas. No entanto, grande parte do investimento planeado apenas se refletirá nos próximos trimestres, à medida que a expansão da rede e os projetos de integração começarem a materializar-se de forma significativa.

O CAPEX de Audiovisuais e Cinemas cifrou-se em 7,6 milhões de euros no 1T14, uma diminuição anual de 3,1%, refletindo a capitalização de determinados direitos de filmes na divisão de Audiovisuais.

Free Cash Flow

Tabela 7.

Cash Flow Pró-Forma (Milhões de Euros)	1T13	4T13	1T14	1T14 / 4T13	1T14 / 1T13
EBITDA	138.0	118.3	129.9	9.8%	(5.9%)
CAPEX Recorrente	(58.6)	(77.1)	(52.7)	(31.5%)	(10.0%)
EBITDA - CAPEX Recorrente	79.4	41.2	77.1	87.2%	(2.9%)
Itens Não Monetários Incl. no EBITDA-CAPEX Recorrente ⁽¹⁾ e Variação no Fundo de Maneio	(34.6)	36.5	(35.7)	n.a.	3.0%
Cash Flow Operacional Após Investimento	44.8	77.7	41.4	(46.7%)	(7.5%)
Contratos de Longo Prazo	(5.4)	(5.4)	(3.9)	(27.4%)	(26.8%)
Juros Pagos (Líquidos) e Outros Encargos Financeiros	(6.5)	(18.0)	(13.8)	(23.5%)	110.8%
Impostos Sobre o Rendimento	(1.4)	(7.1)	(1.1)	(83.9%)	(20.2%)
Outros Movimentos	(0.0)	2.5	0.1	(96.7%)	n.a.
Free Cash Flow Recorrente	31.4	49.6	22.6	(54.4%)	(28.0%)
Pagamentos de LTE	(6.0)	(22.0)	0.0	(100.0%)	n.a.
Impostos	0.0	(7.7)	0.0	(100.0%)	n.a.
CAPEX Não Recorrente	(2.0)	(3.6)	(0.4)	(88.7%)	(79.2%)
Pagamentos Cash de Reestruturação	(0.0)	(5.0)	(8.0)	60.4%	n.a.
Free Cash Flow Antes de Dividendos	23.5	11.3	14.3	25.7%	(39.2%)
Efeito Cambial da Dívida em Moeda Estrangeira	0.0	(0.0)	0.0	n.a.	(33.8%)
Free Cash Flow Total	23.5	11.3	14.3	26.3%	(39.2%)
Variação da Dívida por Acréscimos e Diferimentos e Outros ⁽²⁾	(8.1)	6.2	2.0	(68.4%)	n.a.
Variação da Dívida Financeira Líquida	15.4	17.5	16.2	(7.2%)	5.7%

(1) Este item inclui essencialmente provisões non-cash incluídas no EBITDA.

(2) Os Acréscimos de pagamentos de juros foram reclassificados para baixo do Free Cash Flow Total no 4T13 sendo que as Demonstrações de Free Cash Flow de períodos anteriores foram reexpressas para incluir esta reclassificação.

O Cash Flow Operacional Após Investimento registou um decréscimo anual de 7,5% para 41,4 milhões de euros em resultado da já mencionada diminuição anual de 5,9% do EBITDA, que foi parcialmente

compensada pelo decréscimo anual do CAPEX.

O FCF Recorrente diminuiu 28% no 1T14 para 22,6 milhões de euros, refletindo o nível mais reduzido do Cash Flow Operacional Após Investimento. A diminuição dos pagamentos de contratos de longo prazo deve-se às poupanças previstas obtidas devido à renegociação dos contratos de transponders no final de 2012.

Os impactos não recorrentes no FCF no 1T14 estiveram principalmente relacionados com pagamentos no contexto do processo de reestruturação/fusão, tendo ascendido a 8 milhões de euros neste trimestre. Mais de metade deste pagamento está relacionado com indemnizações, sendo que o remanescente está relacionado com projetos de consultoria não recorrentes e outros serviços de terceiros.

O Free Cash Flow Antes de Dividendos atingiu os 14,3 milhões de euros neste trimestre.

Balanço Consolidado

Tabela 8.

Balanço Consolidado Pró-Forma (Milhões de Euros)	2013	1T14
Ativo Corrente	454.8	419.4
Caixa e Equivalentes de Caixa	74.4	22.9
Contas a Receber	309.6	319.9
Existências	32.6	38.1
Impostos a Recuperar	11.8	9.5
Custos Diferidos e Outros Ativos Correntes	26.4	29.0
Ativo não Corrente	2,434.5	2,408.3
Investimentos em Empresas Participadas	31.6	32.4
Ativos Intangíveis	1,111.1	1,128.3
Ativos Tangíveis	1,096.8	1,078.5
Ativos por Impostos Diferidos	165.4	143.6
Outros Ativos não Correntes	29.5	25.5
Total do Ativo	2,889.3	2,827.7
Passivo Corrente	762.2	879.5
Dívida de Curto Prazo	213.4	339.6
Contas a Pagar	367.6	343.6
Acréscimos de Custos	129.9	145.8
Proveitos Diferidos	25.5	28.1
Impostos a Pagar	23.0	20.5
Provisões e Outros Passivos Correntes	2.8	2.0
Passivo Não Corrente	1,066.9	872.6
Dívida de Médio e Longo Prazo	928.2	731.8
Provisões e Outros Passivos não Correntes	138.6	140.9
Total do Passivo	1,829.1	1,752.1
Capital Próprio antes de Interesses Não Controlados	1,050.6	1,065.6
Capital Social	5.2	5.2
Prémio de Emissão	854.2	854.2
Acções Próprias	(2.0)	(3.9)
Reservas e Resultados Transitados	129.8	184.9
Resultado Líquido	63.4	25.3
Interesses Não Controlados	9.6	9.9
Capital Próprio	1,060.2	1,075.6
Total do Passivo e Capital Próprio	2,889.3	2,827.7

Estrutura de Capital

No final do 1T14, a Dívida Financeira Líquida ascendia a 923,4 milhões de euros, representando um decréscimo de 1,7% face ao final de 2013.

A dívida financeira total no final do 1T14 cifrava-se em 950 milhões de euros, sendo compensada por uma posição de caixa e equivalentes de caixa no Balanço Consolidado de 26,6 milhões de euros. No final do 1T14, a ZON OPTIMUS tinha ainda 320 milhões de euros de programas de papel comercial não emitidos. O custo médio all-in da Dívida Financeira Líquida da ZON OPTIMUS era de 5,37% no final do 1T14.

O Rácio de Alavancagem Financeira reduziu-se para 46,2% no final do 1T14, o que compara com 47,0% no final de 2013, sendo que o rácio Dívida Financeira Líquida / EBITDA (últimos 4 trimestres) se situa agora nas 1,7x.

O montante total de operações de cobertura de taxa de juro em vigor no final do 1T14 ascendia a 332,5 milhões de euros. Tendo em conta as obrigações de retalho emitidas em Junho de 2012 – 200 milhões de euros, com uma taxa de juro fixa de 6,85% - a proporção da Dívida Financeira Líquida da ZON OPTIMUS que se encontra protegida contra variações da taxa de juro é de 58%.

A ZON OPTIMUS encontra-se agora financiada até ao 1T15, sendo que a maturidade média da sua Dívida Financeira Líquida é atualmente de 1,8 anos.

Tabela 9.

Dívida Financeira Líquida Pró-Forma (Milhões de Euros)	2013	1T14	1T14 / 2013
Dívida de Curto Prazo	196.0	323.5	65.1%
Empréstimos Bancários e Outros	187.5	316.8	69.0%
Locações Financeiras	8.6	6.8	(20.8%)
Dívida de Médio e Longo Prazo	821.7	626.5	(23.8%)
Empréstimos Bancários e Outros	811.5	617.4	(23.9%)
Locações Financeiras	10.1	9.1	(10.1%)
Dívida Total	1,017.7	950.0	(6.6%)
Caixa, Equivalentes de Caixa e Empréstimos Intra-Grupo	78.0	26.6	(65.9%)
Dívida Financeira Líquida	939.7	923.4	(1.7%)
Rácio de Alavancagem Financeira ⁽¹⁾	47.0%	46.2%	(0.8pp)
Dívida Financeira Líquida / EBITDA	1.8x	1.7x	n.a.

(1) Rácio de Alavancagem Financeira = Dívida Financeira Líquida / (Dívida Financeira Líquida + Capital Próprio)



5.

CONTAS CONSOLIDADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO DOS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2013 E 2014 E 31 DE MARÇO DE 2013 REEXPRESSO

(Montantes expressos em milhares de euros)

	NOTAS	3M 13 REPORTADO	3M 13 REEXPRESSO	3M 14
RÉDITOS:				
Prestação de serviços		205.307	187.339	323.141
Vendas		7.483	5.792	11.431
Outras receitas		1.522	1.223	2.772
	6	214.312	194.354	337.344
CUSTOS, PERDAS E GANHOS:				
Custos com o pessoal	7	13.332	11.856	21.055
Custos diretos	8	59.594	53.932	96.723
Custo das mercadorias vendidas	9	3.145	1.275	11.243
Marketing e publicidade		5.590	4.997	6.125
Serviços de suporte	10	14.100	13.628	22.597
Fornecimentos e serviços externos	10	29.227	23.517	47.057
Outros custos/(ganhos) operacionais		109	71	386
Impostos indiretos		1.055	902	5.881
Provisões e ajustamentos	11	5.012	4.852	(3.599)
Perdas / (ganhos) em empresas participadas, líquidas	12	-	(1.299)	(4.903)
Depreciações, amortizações e perdas por imparidade	13	54.645	52.645	83.871
Custos de reestruturação		126	126	1.226
Perdas / (ganhos) com a alienação de ativos, líquidas		(12)	(36)	15
Outros custos / (ganhos) não recorrentes		23	18	1.589
		185.947	166.484	289.266
RESULTADOS ANTES DE RESULTADOS FINANCEIROS E IMPOSTOS		28.365	27.870	48.078
Custos de financiamento	14	8.230	6.908	9.673
Perdas / (ganhos) em variações cambiais, líquidas		87	46	49
Perdas / (ganhos) em ativos financeiros, líquidas	15	10	10	582
Perdas / (ganhos) em empresas participadas, líquidas		87	-	-
Outros custos / (proveitos) financeiros, líquidos	14	3.839	3.864	4.883
		12.255	10.828	15.187
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		16.110	17.042	32.891
Imposto sobre o rendimento	16	4.283	4.548	7.327
RESULTADO CONSOLIDADO LÍQUIDO		11.827	12.494	25.564
ATRIBUÍVEL A:				
Interesses não controlados		200	200	301
ACIONISTAS DO GRUPO ZON OPTIMUS		11.627	12.294	25.263
RESULTADO LÍQUIDO POR AÇÃO				
Básico - euros	17	0,04	0,04	0,05
Diluído - euros	17	0,04	0,04	0,05

Como prática recorrente, apenas as contas anuais são auditadas, sendo que os valores trimestrais não foram auditados de forma autónoma. Os valores reexpressos não foram também auditados de forma autónoma.

O anexo faz parte integrante da demonstração do rendimento integral consolidado para o trimestre findo em 31 de março de 2014.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO DOS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2013 E 2014 E 31 DE MARÇO DE 2013 REEXPRESSO

(Montantes expressos em milhares de euros)

	NOTAS	3M 13 REPORTADO	3M 13 REEXPRESSO	3M 14
RESULTADO CONSOLIDADO LÍQUIDO DO PERÍODO		11.827	12.494	25.564
OUTROS RENDIMENTOS				
ITENS QUE RECLASSIFICAM POR RESULTADOS:				
Método de equivalência patrimonial	22	-	(110)	(275)
Justo valor do swap taxa de juro	30	1.203	1.203	(153)
Imposto diferido - swap taxa de juro	30	(319)	(319)	40
Justo valor dos forwards taxa de câmbio	30	352	352	88
Imposto diferido - forward taxa de câmbio	30	(101)	(101)	(23)
Variação da reserva de conversão cambial		(136)	(26)	(17)
RENDIMENTO RECONHECIDO DIRETAMENTE NO CAPITAL		999	999	(340)
TOTAL DO RENDIMENTO INTEGRAL DO PERÍODO		12.826	13.493	25.224
ATRIBUÍVEL A:				
Acionistas do Grupo Zon Optimus		12.626	13.293	24.923
Interesses não controlados		200	200	301

Como prática recorrente, apenas as contas anuais são auditadas, sendo que os valores trimestrais não foram auditados de forma autónoma. Os valores reexpressos não foram também auditados de forma autónoma.

O anexo faz parte integrante da demonstração do rendimento integral consolidado do trimestre findo em 31 de março de 2014.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÕES DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA
EM 31 DE MARÇO DE 2013 E 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013
E 31 DE MARÇO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013 REEXPRESSO

(Montantes expressos em milhares de euros)

	NOTAS	31-03-2013 REPORTADO	31-12-2013 REPORTADO	31-03-2013 REEXPRESSO	31-12-2013 REEXPRESSO	31-03-2014
ATIVO						
ATIVO CORRENTE:						
Caixa e equivalentes de caixa	19	332.359	74.380	305.842	74.380	22.898
Investimentos detidos até à maturidade		22.930	-	22.930	-	-
Contas a receber - clientes	20	134.426	276.630	124.228	276.630	288.034
Contas a receber - outros		56.646	32.999	42.523	32.999	31.821
Inventários		37.949	32.579	25.380	32.579	38.133
Impostos a recuperar	21	3.901	11.830	2.147	11.830	9.543
Ativos não correntes detidos para venda		678	678	678	678	678
Pagamentos antecipados		13.181	25.546	10.526	25.546	28.300
Outros ativos correntes		-	199	647	199	-
Instrumentos financeiros derivados	30	307	-	307	-	-
TOTAL DO ATIVO CORRENTE		602.377	454.840	535.208	454.840	419.407
ATIVO NÃO CORRENTE:						
Contas a receber - outros		32.292	5.173	1.800	5.173	2.503
Impostos a recuperar	21	-	4.226	-	4.226	4.226
Investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas	22	135	31.614	35.152	31.614	32.422
Ativos financeiros disponíveis para venda	23	20.629	19.329	20.629	19.329	18.759
Ativos intangíveis	24	303.138	1.111.107	320.872	1.136.433	1.128.257
Ativos tangíveis	25	620.526	1.096.823	606.885	1.096.823	1.077.736
Propriedades de investimento		832	801	832	801	789
Ativos por impostos diferidos	16	47.233	165.416	51.051	149.431	143.608
TOTAL DO ATIVO NÃO CORRENTE		1.024.786	2.434.489	1.037.221	2.443.830	2.408.300
TOTAL DO ATIVO		1.627.163	2.889.329	1.572.429	2.898.670	2.827.707
PASSIVO						
PASSIVO CORRENTE:						
Empréstimos obtidos	26	372.091	213.431	304.333	213.431	339.565
Contas a pagar - fornecedores	27	153.675	296.823	159.185	296.823	283.743
Contas a pagar - outros		45.134	70.748	45.380	70.748	59.837
Acréscimos de custos		53.796	129.901	51.752	129.901	145.756
Proveitos diferidos		11.386	25.518	7.621	25.518	28.147
Impostos a pagar	21	22.577	22.992	20.410	22.992	20.518
Provisões correntes	28	20	-	20	-	-
Instrumentos financeiros derivados	30	-	2.814	-	2.814	1.958
TOTAL DO PASSIVO CORRENTE		658.679	762.227	588.701	762.227	879.524
PASSIVO NÃO CORRENTE:						
Empréstimos obtidos	26	720.291	928.239	709.510	928.239	731.752
Acréscimos de custos		-	28.705	-	28.705	27.672
Proveitos diferidos		1.260	2.060	1.260	2.060	1.269
Provisões não correntes	28	8.329	92.429	28.753	101.770	94.793
Passivos por impostos diferidos	16	2.864	15.456	7.625	15.456	16.208
Instrumentos financeiros derivados	30	4.847	-	4.847	-	921
TOTAL DO PASSIVO NÃO CORRENTE		737.591	1.066.889	751.995	1.076.231	872.615
TOTAL DO PASSIVO		1.396.272	1.829.116	1.340.696	1.838.457	1.752.139
CAPITAL PRÓPRIO						
Capital social	29.1	3.091	5.152	3.091	5.152	5.152
Prémio de emissão de ações	29.2	-	854.219	-	854.219	854.219
Ações próprias	29.3	(1.253)	(2.003)	(1.253)	(2.003)	(3.925)
Reserva legal	29.4	3.556	3.556	3.556	3.556	3.556
Outras reservas	29.4	164.780	174.639	164.780	174.639	166.335
Resultados acumulados		51.350	15.035	52.192	15.035	40.297
CAPITAL PRÓPRIO EXCLUINDO INTERESSES NÃO CONTROLADOS		221.524	1.050.598	222.366	1.050.598	1.065.634
Interesses não controlados		9.367	9.615	9.367	9.615	9.934
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		230.891	1.060.213	231.733	1.060.213	1.075.568
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		1.627.163	2.889.329	1.572.429	2.898.670	2.827.707

O anexo faz parte integrante da demonstração da posição financeira consolidada a 31 de março de 2014.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2013 REEXPRESSO E 31 DE MARÇO DE 2014

(Montantes expressos em milhares de euros)

	NOTAS	CAPITAL SOCIAL	PRÊMIO DE EMISSÃO DE AÇÕES	AÇÕES PRÓPRIAS, DESCONTOS E PRÊMIOS	AÇÕES PRÓPRIAS	RESERVA LEGAL	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS ACUMULADOS	INTERESSES NÃO CONTROLADOS	TOTAL
SALDO EM 1 DE JANEIRO DE 2013 (REPORTADO)		3.091	-	(910)	(4)	3.556	164.381	39.723	9.396	219.234
Efeito da alteração de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-	-	175	-	175
SALDO EM 1 DE JANEIRO DE 2013 (REEXPRESSO)		3.091	-	(910)	(4)	3.556	164.381	39.898	9.396	219.409
Dividendos pagos		-	-	-	-	-	-	-	(229)	(229)
Aquisição de ações próprias	29.3	-	-	(998)	(3)	-	-	-	-	(1.001)
Distribuição de ações próprias	29.3	-	-	659	3	-	(661)	-	-	-
Plano de ações	34	-	-	-	-	-	192	-	-	192
Rendimento integral do período		-	-	-	-	-	999	12.294	200	13.493
Outros		-	-	-	-	-	(131)	-	-	(131)
SALDO EM 31 DE MARÇO DE 2013 (REEXPRESSO)		3.091	-	(1.249)	(4)	3.556	164.780	52.192	9.367	231.733
SALDO EM 1 DE JANEIRO DE 2014		5.152	854.219	(1.999)	(4)	3.556	174.639	15.035	9.615	1.060.213
Aquisição de ações próprias	29.3	-	-	(11.073)	(21)	-	-	-	-	(11.094)
Distribuição de ações próprias	29.3	-	-	9.154	18	-	(9.172)	-	-	-
Plano de ações	34	-	-	-	-	-	1.230	-	17	1.247
Rendimento integral do período		-	-	-	-	-	(340)	25.263	301	25.224
Outros		-	-	-	-	-	(22)	-	-	(22)
SALDO EM 31 DE MARÇO DE 2014		5.152	854.219	(3.918)	(7)	3.556	166.335	40.297	9.934	1.075.568

Como prática recorrente, apenas as contas anuais são auditadas, sendo que os valores trimestrais não foram auditados de forma autónoma. Os valores reexpressos não foram também auditados de forma autónoma.

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada das alterações no capital próprio do trimestre findo em 31 de março de 2014.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2013 E 2014 E 31 DE MARÇO DE 2013 REEXPRESSO

(Montantes expressos em milhares de euros)

	NOTAS	3M 13 REPORTADO	3M 13 REEXPRESSO	3M 14
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Recebimentos de clientes		255.457	232.639	332.933
Pagamentos a fornecedores		(168.642)	(128.733)	(226.528)
Pagamentos ao pessoal		(14.748)	(13.421)	(19.622)
Pagamentos relacionados com o imposto sobre o rendimento		(1.416)	(1.280)	(1.413)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional		(17.994)	(17.281)	3.109
FLUXOS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (1)		52.657	71.924	88.479
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE				
Ativos tangíveis		362	362	162
Empréstimos concedidos		-	8	-
Juros e proveitos similares		1.283	1.250	1.518
Outros		4	4	-
		1.649	1.624	1.680
PAGAMENTOS RESPEITANTES A				
Ativos tangíveis		(19.942)	(19.263)	(44.539)
Ativos intangíveis		(375)	(11.976)	(3.192)
		(20.317)	(31.239)	(47.731)
FLUXOS DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)		(18.668)	(29.615)	(46.051)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE				
Empréstimos obtidos		339.485	325.000	546.500
Subsídios		26	26	-
		339.511	325.026	546.500
PAGAMENTOS RESPEITANTES A				
Empréstimos obtidos		(339.048)	(325.000)	(606.550)
Amortizações de contratos de locação financeira		(5.443)	(5.249)	(5.137)
Juros e custos similares		(3.689)	(3.250)	(18.189)
Aquisição de ações próprias	29.3	(1.001)	(1.001)	(11.094)
Outras actividades de financiamento		(239)	(237)	-
		(349.420)	(334.737)	(640.970)
FLUXOS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)		(9.909)	(9.711)	(94.470)
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		24.079	32.598	(52.042)
Efeito das diferenças de câmbio		29	30	(26)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício		308.251	273.214	70.142
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO		332.359	305.842	18.074
Caixa e equivalentes de caixa	19	332.359	305.842	22.898
Descobertos bancários	26	-	-	(4.824)
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO		332.359	305.842	18.074

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa consolidados para o trimestres findo em 31 de março de 2014.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

1. NOTA INTRODUTÓRIA

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE MARÇO DE 2014

A ZON OPTIMUS, SGPS, S.A. ("ZON OPTIMUS" ou "Empresa"), anteriormente designada de ZON Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A., atualmente com sede social na Rua Actor António Silva, n.º9, Campo Grande, foi constituída pela Portugal Telecom, SGPS, S.A. ("Portugal Telecom") em 15 de julho de 1999 com o objetivo de, através dela, desenvolver a sua estratégia para o negócio de multimédia.

Durante o exercício de 2007, a Portugal Telecom realizou o *spin-off* da ZON, com a atribuição da sua participação nesta Sociedade aos seus acionistas, a qual passou a ser totalmente independente da Portugal Telecom.

Durante o exercício de 2013, a ZON Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A. ("ZON") e a Optimus, SGPS, S.A. ("Optimus SGPS") concretizaram uma operação de fusão por incorporação da Optimus SGPS na ZON, tendo a Empresa adotado a atual designação de ZON OPTIMUS, SGPS, S.A..

Os negócios explorados pela ZON OPTIMUS e pelas suas empresas participadas que integram o seu universo empresarial ("Grupo" ou "Grupo ZON OPTIMUS") incluem serviços de televisão por cabo e satélite, serviços de voz e acesso à Internet, a edição e venda de videogramas, publicidade em canais de TV por subscrição, a exploração de salas de cinemas, a distribuição de filmes e a produção de canais para televisão por subscrição.

As ações representativas do capital da ZON OPTIMUS encontram-se cotadas na bolsa de valores Euronext – Lisboa. A estrutura acionista do Grupo em 31 de março de 2014 é evidenciada na Nota 29.

O serviço de televisão por cabo e satélite em Portugal é predominantemente fornecido pela ZON TV Cabo Portugal, S.A. ("ZON TV Cabo") e pelas suas participadas, a ZON TV Cabo Açoreana, S.A. ("ZON TV Cabo Açoreana") e a ZON TV Cabo Madeirense, S.A. ("ZON TV Cabo Madeirense"). A atividade destas empresas compreende: a) a distribuição do sinal de televisão por cabo e satélite; b) a exploração de serviços de comunicações eletrónicas, no que se inclui serviços de comunicação de dados e multimédia em geral; c) serviços de voz por IP ("VOIP" – Voz por Internet); d) operador móvel virtual (MVNO); e e) a prestação de serviços de assessoria, consultoria e afins, direta ou indiretamente relacionados com as atividades e serviços acima referidos. A atividade da ZON TV Cabo, da ZON TV Cabo Açoreana e da ZON TV Cabo Madeirense é regulada pela Lei n.º 5/2004 (Lei das Comunicações Eletrónicas), que estabelece o regime aplicável às redes e serviços de comunicações eletrónicas.

A ZON Conteúdos – Atividade de Televisão e de Produção de Conteúdos, S.A. ("ZON Conteúdos") e a ZON Lusomundo TV, Lda. ("ZON Lusomundo TV") exercem a atividade de televisão e de produção de conteúdos, produzindo atualmente canais de cinema e séries, os quais são distribuídos, entre outros operadores, pela ZON TV Cabo e suas participadas. A ZON Conteúdos efetua ainda a gestão do espaço publicitário de canais de televisão por subscrição e das salas de cinema da ZON Lusomundo Cinemas, S.A. ("ZON LM Cinemas").

A ZON Lusomundo Audiovisuais, S.A. ("ZON LM Audiovisuais") e a ZON LM Cinemas, bem como as suas empresas participadas, desenvolvem a sua atividade na área dos audiovisuais, que integra a edição e venda de videogramas, a distribuição de filmes, a exploração de salas de cinema e a aquisição/negociação de direitos para televisão por subscrição e VOD (video-on-demand).

Em 27 de agosto de 2013, a Empresa concretizou uma operação de fusão por incorporação na ZON da Optimus SGPS, empresa mãe de um grupo de empresas no qual se inclui a Optimus – Comunicações S.A. que explora uma rede de comunicações móveis de última geração GSM/UMTS/LTE, com uma ampla cobertura do território nacional, bem como uma rede de nova geração de comunicações fixas, que inclui uma componente de transmissão e backbone e uma outra componente de acesso local em fibra. Em resultado da fusão, foram incluídas no perímetro de consolidação as empresas subsidiárias da Optimus SGPS: Be Artis – Conceção, Construção e Gestão de Redes de Comunicação, S.A. ("Be Artis"), que exerce como atividade principal a conceção, construção, gestão e exploração de redes de comunicações eletrónicas e dos respetivos equipamentos e infraestruturas, gestão de ativos tecnológicos próprios ou de terceiros e prestação de serviços conexos, no âmbito das telecomunicações; Be Towering – Gestão de Torres de Telecomunicações, S.A. ("Be Towering"), que exerce como atividade principal a implantação, instalação e exploração de torres e outros sites para colocação de equipamentos de telecomunicações; Optimus – Comunicações, S.A. ("Optimus"), que exerce como atividade principal a implementação, operação, exploração e oferta de redes e prestação de serviços de comunicações eletrónicas, bem como quaisquer recursos conexos e, ainda, fornecimento e comercialização de produtos e equipamentos de comunicações eletrónicas; Per-mar – Sociedade de Construções, S.A. ("Per-mar") que exerce como atividade principal a compra e venda, arrendamento e exploração de bens imóveis e estabelecimentos comerciais; e Sontária – Empreendimentos Imobiliários, S.A. ("Sontária"), que exerce como atividade principal a realização de urbanizações e construções de edifícios, planeamento, gestão urbanística, realização de estudos, construção e gestão de imóveis, compra e venda de bens imóveis e revenda dos adquiridos para esse fim.

As Notas deste anexo seguem a ordem pela qual os itens são apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas para o período findo em 31 de março de 2014 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas a serem emitidas em 7 de maio de 2014.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da empresa, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa.

2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

2.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em euros por esta ser a moeda principal das operações do Grupo. As demonstrações financeiras das empresas participadas localizadas no estrangeiro foram convertidas para euros de acordo com as políticas contabilísticas descritas na Nota 2.20.

As demonstrações financeiras consolidadas da ZON OPTIMUS foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IAS/IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e Interpretações emitidas pelo "International Financial Reporting Interpretations Committee" ("IFRIC") ou pelo anterior "Standing Interpretations Committee" ("SIC"), adoptadas pela União Europeia, em vigor em 1 de janeiro de 2014.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram apresentadas de acordo com a norma IAS 34 Relato Financeiro Intercalar ("IAS 34"). Consequentemente, estas demonstrações financeiras não incluem toda a informação requerida pelas IFRS, pelo que devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Anexo A) e seguindo a convenção dos custos históricos, modificada, quando aplicável, pela valorização de ativos e passivos financeiros (incluindo derivados) ao justo valor.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com as IFRS, o Conselho de Administração recorreu ao uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos com impacto no valor de ativos e passivos e no reconhecimento de rendimentos e gastos de cada período de reporte. Apesar de estas estimativas terem por base a melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações

financeiras consolidadas, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem maior grau de julgamento e estimativas são apresentadas na Nota 3.

ALTERAÇÕES NAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E DIVULGAÇÕES

As normas e interpretações que se tornaram efetivas a 1 de janeiro de 2014 são os seguintes:

- IFRS 10 (novo), "Demonstrações financeiras consolidadas" (a aplicar na UE nos exercícios que se iniciem o mais tardar em ou após 1 de janeiro de 2014). A IFRS 10 substitui todos os princípios associados ao controlo e consolidação incluídos na IAS 27 e SIC 12, alterando a definição de controlo e os critérios aplicados para determinar o controlo. O princípio base de que o consolidado apresenta a empresa mãe e as subsidiárias como uma entidade única mantém-se inalterado. Esta norma não produziu impactos significativos nas demonstrações financeiras do Grupo, tendo o Grupo optado por aplicar antecipadamente esta norma no exercício findo em 31 de dezembro de 2013.
- IFRS 11 (novo), "Acordos conjuntos" (a aplicar na UE nos exercícios que se iniciem o mais tardar em ou após 1 de janeiro de 2014). A IFRS 11 centra-se nos direitos e obrigações associados aos acordos conjuntos em vez da forma legal. Acordos conjuntos podem ser Operações conjuntas (direitos sobre ativos e obrigações) ou Empreendimentos conjuntos (direitos sobre o ativo líquido por aplicação do método da equivalência patrimonial). A consolidação proporcional deixa de ser permitida na mensuração de Entidades conjuntamente controladas. O Grupo optou por aplicar antecipadamente esta norma ainda no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, resultando numa alteração da contabilização das empresas controladas conjuntamente, anteriormente consolidadas proporcionalmente, passando a estar registadas de acordo com o método de equivalência patrimonial ("MEP"). As empresas controladas conjuntamente encontram-se divulgadas nos mapas anexos.
- IFRS 12 (novo) – "Divulgação de interesses em outras entidades" (a aplicar na UE nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2014). Esta norma estabelece os requisitos de divulgação para todos os tipos de interesses em outras entidades, incluindo empreendimentos conjuntos, associadas e entidades de fim específico, de forma a avaliar a natureza, o risco e os impactos financeiros associados ao interesse da entidade. Esta norma implicou divulgações adicionais sobre os interesses detidos em outras entidades (Mapa Anexo).
- IAS 27 (revisão 2011) "Demonstrações financeiras separadas" (a aplicar na UE nos exercícios que se iniciem o mais tardar em ou após 1 de janeiro de 2014). A IAS 27 foi revista após a emissão da IFRS 10 e contém os requisitos de contabilização e divulgação para investimentos em subsidiárias e empreendimentos conjuntos e associadas quando uma entidade prepara demonstrações financeiras separadas. Esta revisão não tem impactos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

- IAS 28 (revisão 2011) "Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos" (a aplicar na UE nos exercícios que se iniciem o mais tardar em ou após 1 de janeiro de 2014). A IAS 28 foi revista após a emissão da IFRS 11 passando a incluir no seu âmbito o tratamento contabilístico dos investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos, estabelecendo os requisitos para a aplicação do método da equivalência patrimonial. O Grupo optou por aplicar antecipadamente esta norma ainda no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, resultando numa alteração da contabilização das empresas controladas conjuntamente, anteriormente consolidadas proporcionalmente, passando a estar registadas de acordo com o método de equivalência patrimonial ("MEP"). As empresas controladas conjuntamente encontram-se divulgadas nos mapas anexos.
- Alteração às IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 – "Entidades de investimento". Esta alteração inclui a definição de Entidade gestora de participações financeiras e introduz o regime de exceção à obrigação de consolidar, para as Entidades gestoras de participações financeiras que qualifiquem como tal, uma vez que todos os investimentos serão mensurados ao justo valor. Divulgações específicas são exigidas pela IFRS 12. Esta norma não é aplicável ao Grupo.
- IAS 32 (alteração) "Compensação de ativos e passivos financeiros". Esta alteração faz parte do projeto de "compensação de ativos e passivos" do IASB a qual clarifica a expressão "deter atualmente o direito legal de compensação" e clarifica que alguns sistemas de regularização pelos montantes brutos (câmaras de compensação) podem ser equivalentes à compensação por montantes líquidos. Esta alteração não tem impactos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.
- IAS 36 (emenda), "Divulgação sobre a quantia recuperável de ativos não financeiros". Esta emenda elimina os requisitos de divulgação da quantia recuperável de uma unidade geradora de caixa com goodwill ou intangíveis com vida útil indefinida alocados nos períodos em que não foi registada qualquer perda por imparidade ou reversão de imparidade. Vem introduzir requisitos adicionais de divulgação para os ativos relativamente aos quais foi registada uma perda por imparidade ou reversão de imparidade e a quantia recuperável dos mesmos tenha sido determinada com base no justo valor menos custos para vender. Esta alteração não tem impactos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.
- IAS 39 (alteração), "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (Novação de derivados e continuação da contabilidade de cobertura)". Esta alteração vem permitir a continuação da contabilidade de cobertura quando um derivado designado como instrumento de cobertura é, por imposição legal, sujeito à novação da contraparte do contrato, para uma Entidade compensação ("clearing house"). Esta alteração não tem impactos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas ("endorsed") pela União Europeia:

- IFRS 9 (novo), "Instrumentos financeiros – classificação e mensuração" (a aplicar em data a designar). Trata-se da primeira fase da IFRS 9, na qual se prevê a existência de duas categorias de mensuração: o custo amortizado e o justo valor. Todos os instrumentos de capital são mensurados ao justo valor. Um instrumento financeiro é mensurado ao custo amortizado apenas quando a empresa o detém para receber os cash-flows contratuais e os cash-flows representam o nominal e juros. Caso contrário os instrumentos financeiros são valorizados ao justo valor por via de resultados.
- IFRS 7 e 9 (alteração), "Instrumentos Financeiros" (a aplicar em data a designar). A emenda à IFRS 9 insere-se no projeto de revisão da IAS 39 e estabelece os requisitos para a aplicação das regras de contabilidade de cobertura. A IFRS 7 foi igualmente revista em resultado desta emenda.
- IFRS 14 (novo), "Ativos e passivos regulatórios" (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). A norma tem como principal objetivo melhorar a comparabilidade dos reportes financeiros de empresas que atuam em mercados regulados, permitindo que empresas que atualmente registam ativos e passivos em resultado da regulação dos mercados em que operam, em concordância com os princípios contabilísticos adoptados, não tenham necessidade de anular esses ativos e passivos a quando da adoção pela 1ª vez dos IFRS's. Esta alteração não terá impactos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.
- IAS 19 (alteração), "Benefícios dos empregados" (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de julho de 2014). Esta alteração vem clarificar em que circunstâncias as contribuições dos empregados para planos de benefícios pós-emprego constituem uma redução do custo com benefícios de curto prazo. Esta norma não é aplicável ao Grupo.
- Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2010-2012 e ciclo 2011-2013) (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de julho de 2014). Estas melhorias envolvem a revisão de diversas normas.
- IFRIC 21 (novo), "Pagamentos ao Estado" (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2014). Esta interpretação vem estabelecer as condições quanto à tempestividade do reconhecimento de uma responsabilidade relacionada com o pagamento ao Estado de uma contribuição por parte de uma entidade em resultado de determinado evento (por exemplo, a participação num determinado mercado), sem que o pagamento tenha por contrapartida bens ou serviços especificados.

O Grupo está a apurar o impacto resultante destas alterações e aplicará estas normas no exercício em que a mesma se tornar efetiva.

ALTERAÇÕES VOLUNTÁRIAS DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Durante o 3º trimestre do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o Grupo, para além da adoção antecipada da IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12, e das alterações às IAS 27 e IAS 28, alinhado com as melhores práticas de mercado e, nomeadamente, tendo em conta a necessária uniformização de políticas com as empresas do Grupo Optimus, alterou a política de contabilização dos encargos suportados com a angariação de contratos de fidelização de clientes, os quais eram, até à data, registados como custo no exercício em que eram incorridos.

A partir de 1 de janeiro de 2013, os encargos suportados com a angariação de contratos de fidelização de clientes, os quais incluem cláusulas de indemnização em caso de rescisão antecipada, são capitalizados na rubrica "Ativos intangíveis" e amortizados de acordo com o período dos respetivos contratos, uma vez que é possível efetuar, de forma fidedigna, a alocação dos custos aos respetivos contratos, bem como a identificação de qual a receita gerada pelos clientes associados a cada contrato, cumprindo assim o critério para a sua capitalização, conforme exigido pela IAS 38 – Ativos intangíveis. Quando um contrato é rescindido, o valor líquido do ativo intangível associado a esse contrato é de imediato reconhecido como custo na demonstração do rendimento integral consolidado. Esta política contabilística permite que as demonstrações financeiras revelem de forma mais fiável e relevante a sua posição e desempenho financeiro, uma vez que permite alinhar os encargos suportados com a angariação de contratos de fidelização de clientes, com a receita por si gerada.

Adicionalmente, à data de cada demonstração da posição financeira e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual um ativo se encontra registado possa não ser recuperado, são efetuados testes de imparidade a este ativo intangível de forma a garantir que o valor atual da receita que se estima gerar com cada contrato de fidelização de clientes é superior ao encargo que se encontra capitalizado relativo a esse contrato.

Ainda, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 o Grupo alterou a política de reconhecimento dos direitos futuros de utilização de filmes e séries, os quais eram, até à data, registados como custo no exercício em que eram incorridos. Os valores são capitalizados na rubrica de Ativos intangíveis uma vez que é possível mensurar, de forma fidedigna, os valores associados a cada contrato, bem como a identificação de qual a receita gerada, cumprindo assim o critério para a sua capitalização, conforme exigido pela IAS 38 – Ativos intangíveis. Adicionalmente, foi ajustado o modelo de amortização e imparidade dos referidos direitos, refletindo de forma mais fidedigna o negócio e o modelo de utilização dos referidos direitos.

Adicionalmente, à data de cada demonstração de posição financeira e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual um ativo se encontra registado possa não ser recuperado, são efetuados testes de imparidade a este ativo intangível de forma a garantir que o valor atual da receita que se estima gerar com cada filme ou série é superior ao encargo que se encontra capitalizado relativo a esse contrato.

Ainda, durante o trimestre findo em 31 de março de 2014, as "Perdas / (ganhos) em empresas participadas" passaram a ser apresentadas nos "Resultados antes de resultados financeiros e impostos" ("Resultados operacionais"), tendo em conta o caráter operacional dos investimentos registados pelo método de equivalência patrimonial.

Conforme previsto pela IAS 8 – Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros, estas alterações foram aplicadas retrospectivamente e, consequentemente, foram efetuadas alterações à demonstração do rendimento integral consolidado para o trimestre findo em 31 de março de 2013, às demonstrações da posição financeira consolidada a 1 de janeiro de 2013 e a 31 de março de 2013 e à demonstração de fluxos de caixa consolidada para o trimestre findo em 31 de março de 2013.

Os efeitos resultantes da adoção antecipada das novas normas e adendas, e das alterações de políticas contabilísticas na demonstração de rendimento integral consolidada são apresentados no quadro abaixo.

IMPACTOS DAS ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS
DURANTE O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2013

	31 DE MARÇO DE 2013					
	REPORTADO	EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS	PERDAS / (GANHOS) EM EMPRESAS PARTICIPADAS	CUSTOS COM ANGARIAÇÃO DE CLIENTES	DIREITOS SOBRE FILMES E SÉRIES	REEXPRESSO
RÉDITOS						
Vendas e prestação de serviços	212.790	(19.659)	-	-	-	193.131
Outras receitas	1.522	(64)	-	-	(235)	1.223
	214.312	(19.723)	-	-	(235)	194.354
CUSTOS, PERDAS E GANHOS:						
Custos com o pessoal	13.332	(1.476)	-	-	-	11.856
Custos diretos	59.594	1.518	-	-	(7.180)	53.932
Fornecimentos e serviços externos	29.227	(1.054)	-	(4.656)	-	23.517
Provisões e ajustamentos	5.012	(160)	-	-	-	4.852
Depreciações, amortizações e perdas por imparidade	54.645	(12.656)	-	4.488	6.168	52.645
Perdas / (ganhos) em empresas participadas, líquidas	-	-	(1.299)	-	-	(1.299)
Outros custos / (ganhos)	24.137	(3.156)	-	-	-	20.981
	185.947	(16.984)	(1.299)	(168)	(1.012)	166.484
RESULTADOS ANTES DE RESULTADOS FINANCEIROS E IMPOSTOS	28.365	(2.739)	1.299	168	777	27.870
Perdas / (ganhos) em empresas participadas, líquidas	87	(1.386)	1.299	-	-	-
Outros resultados financeiros	12.168	(1.340)	-	-	-	10.828
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	16.110	(13)	-	168	777	17.042
Imposto sobre o rendimento	4.283	(13)	-	49	229	4.548
RESULTADO CONSOLIDADO LÍQUIDO	11.827	-	-	119	548	12.494
ATRIBUÍVEL A:						
Interesses não controlados	200	-	-	-	-	200
ACIONISTAS DO GRUPO ZON OPTIMUS	11.627	-	-	119	548	12.294

Destas alterações não resultaram quaisquer efeitos nos rendimentos reconhecidos diretamente em capital na demonstração do rendimento integral consolidado.

Os efeitos destas alterações nas demonstrações da posição financeira consolidadas são apresentados nos quadros abaixo.

IMPACTOS DAS ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A 1 DE JANEIRO DE 2013

	1 DE JANEIRO DE 2013				
	REPORTADO	EMPREENHIMENTOS CONJUNTOS	CUSTOS COM ANGARIAÇÃO DE CLIENTES	DIREITOS SOBRE FILMES E SÉRIES	REEXPRESSO
ATIVO					
Caixa e equivalentes de caixa	308.251	(35.072)	-	-	273.179
Inventários	44.317	(10.154)	-	(2.582)	31.581
Contas a receber e outros ativos	258.815	(7.807)	-	(34.315)	216.693
Investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas	222	34.857	-	-	35.079
Ativos intangíveis	319.155	(32.564)	16.249	20.781	323.621
Ativos tangíveis	632.047	(13.809)	-	-	618.238
Ativos por impostos diferidos	48.146	(706)	-	4.753	52.193
TOTAL DO ATIVO	1.610.953	(65.256)	16.249	(11.363)	1.550.584
PASSIVO					
Empréstimos obtidos	1.084.473	(77.151)	-	-	1.007.322
Contas a pagar e outros passivos	295.639	(9.645)	-	-	285.994
Provisões	8.831	21.540	-	-	30.371
Passivos por impostos diferidos	2.776	-	4.712	-	7.488
TOTAL DO PASSIVO	1.391.719	(65.256)	4.712	-	1.331.175
CAPITAL PRÓPRIO					
Capital próprio excluindo interesses não controlados	209.838	-	11.537	(11.363)	210.013
Interesses não controlados	9.396	-	-	-	9.396
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	219.234	-	11.537	(11.363)	219.409
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	1.610.953	(65.256)	16.249	(11.363)	1.550.584

IMPACTOS DAS ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A 31 DE MARÇO DE 2013

	31 DE MARÇO DE 2013				
	REPORTADO	EMPREENHIMENTOS CONJUNTOS	CUSTOS COM ANGARIAÇÃO DE CLIENTES	DIREITOS SOBRE FILMES E SÉRIES	REEXPRESSO
ATIVO					
Caixa e equivalentes de caixa	355.289	(26.517)	-	-	328.772
Inventários	37.949	(9.729)	-	(2.840)	25.380
Contas a receber e outros ativos	262.893	(24.391)	-	(34.185)	204.317
Investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas	135	35.017	-	-	35.152
Ativos intangíveis	303.138	(20.368)	16.417	21.685	320.872
Ativos tangíveis	620.526	(13.641)	-	-	606.885
Ativos por impostos diferidos	47.233	(707)	-	4.525	51.051
TOTAL DO ATIVO	1.627.163	(60.336)	16.417	(10.815)	1.572.429
PASSIVO					
Empréstimos obtidos	1.092.382	(78.539)	-	-	1.013.843
Contas a pagar e outros passivos	292.677	(2.222)	-	-	290.455
Provisões	8.349	20.424	-	-	28.773
Passivos por impostos diferidos	2.864	-	4.761	-	7.625
TOTAL DO PASSIVO	1.396.272	(60.337)	4.761	-	1.340.696
CAPITAL PRÓPRIO					
Capital próprio excluindo interesses não controlados	221.524	-	11.656	(10.815)	222.366
Interesses não controlados	9.367	-	-	-	9.367
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	230.891	-	11.656	(10.815)	231.733
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	1.627.163	(60.337)	16.417	(10.815)	1.572.429

Os efeitos destas alterações na demonstração de fluxos de caixa consolidada são apresentadas nos quadros abaixo.

IMPACTOS DAS ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS
DURANTE O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2013

	31 DE MARÇO DE 2013				REEXPRESSO
	REPORTADO	EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS	CUSTOS COM ANGARIAÇÃO DE CLIENTES	DIREITOS SOBRE FILMES E SÉRIES	
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA					
Atividades operacionais	52.657	7.666	4.656	6.945	71.924
Atividades de investimento	(18.668)	654	(4.656)	(6.945)	(29.615)
Atividades de financiamento	(9.909)	198	-	-	(9.711)
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES	24.079	8.518	-	-	32.598
Efeito das diferenças de câmbio	29	1	-	-	30
Caixa e seus equivalentes no início do período	308.251	(35.037)	-	-	273.214
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO	332.359	(26.518)	-	-	305.842

Conforme referido no Relatório e Contas de 2013, no seguimento da identificação preliminar do justo valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos no âmbito da fusão entre a ZON e a Optimus SGPS, a alocação do preço compra desta concentração empresarial estava sujeita a alterações até ao final de um ano a contar da data do controlo, conforme previsto pela IFRS 3 – Concentrações Empresariais.

Durante o trimestre findo em 31 de março de 2014, a Empresa, em resultado de uma reavaliação dos processos fiscais e impostos diferidos registados, procedeu à alteração dos passivos contingentes e impostos diferidos, aplicando retrospectivamente as respetivas alterações, conforme previsto pela IFRS 3 – Concentrações Empresariais.

Os efeitos resultantes da alteração do justo valor dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos na demonstração da posição financeira consolidadas são apresentados no quadro abaixo.

IMPACTOS DAS ALTERAÇÕES AO JUSTO VALOR
A 31 DE DEZEMBRO DE 2013

	31 DE DEZEMBRO DE 2013		
	REPORTADO	ALTERAÇÃO AO JUSTO VALOR	REEXPRESSO
ATIVO			
Ativos intangíveis	1.111.107	25.326	1.136.433
Ativos por impostos diferidos	165.416	(15.985)	149.431
Outros ativos	1.612.806	-	1.612.806
TOTAL DO ATIVO	2.889.329	9.341	2.898.670
PASSIVO			
Provisões	92.429	9.341	101.770
Outros passivos	1.736.687	-	1.736.687
TOTAL DO PASSIVO	1.829.116	9.341	1.838.457
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	1.060.213	-	1.060.213
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	2.889.329	9.341	2.898.670

Destas alterações não resultaram quaisquer efeitos nas demonstrações de rendimento integral consolidado, demonstrações consolidadas das alterações no capital próprio e demonstrações de fluxos de caixa consolidados.

2.2. BASES DE CONSOLIDAÇÃO

EMPRESAS CONTROLADAS

As empresas controladas foram consolidadas pelo método de consolidação integral. Considera-se existir controlo sobre uma entidade quando o Grupo está exposto e ou tem direito, em resultado do seu envolvimento, ao retorno variável das atividades da entidade, e tem capacidade de afetar esse retorno através do poder exercido sobre a entidade. Nomeadamente, quando a Empresa detém direta ou indiretamente a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral ou tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais. Nas situações em que a Empresa detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital diretamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral. As entidades nessas situações encontram-se indicadas no Anexo A).

A participação de terceiros no capital próprio e no resultado líquido daquelas empresas é apresentada separadamente na demonstração da posição financeira consolidada e na demonstração do rendimento integral consolidado, respetivamente, na rubrica de "Interesses Não Controlados".

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial são mensurados inicialmente ao justo valor na data de aquisição, independentemente da existência de interesses não controlados. O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da parcela do Grupo nos ativos e passivos identificáveis adquiridos é registado como Goodwill. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como ganho na demonstração do rendimento integral do período em que ocorre a aquisição.

Os interesses não controlados são inicialmente reconhecidos pela respetiva proporção do justo valor dos ativos e passivos identificados.

Na aquisição de parcelas adicionais de capital em sociedades já controladas pelo Grupo, o diferencial apurado entre a percentagem de capitais adquiridos e o respetivo valor de aquisição é registado diretamente em capitais próprios.

Sempre que de um reforço de posição no capital social de uma empresa associada resulte a aquisição de controlo, passando esta a integrar as demonstrações financeiras consolidadas pelo método integral, os justos valores das percentagens anteriormente detidas, é considerado como parte do preço de compra, sendo o diferencial entre o valor contabilístico da participação na associada e o justo valor, registada em resultados.

Os custos de transação diretamente atribuíveis são imediatamente reconhecidos em resultados.

Os resultados das empresas adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua alienação, respetivamente.

As transações internas, saldos, ganhos não realizados em transações e dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados. As perdas não realizadas são também eliminadas, exceto se a transação revelar evidência de imparidade de um ativo transferido.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas controladas tendo em vista a uniformização das respetivas políticas contabilísticas com as do Grupo.

EMPRESAS CONTROLADAS CONJUNTAMENTE

A classificação dos investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente é determinada com base na existência de acordos parassociais que demonstrem e regulem o controlo conjunto. As participações financeiras em empresas controladas conjuntamente são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial (Anexo C)). De acordo com este método, as participações financeiras são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas controladas conjuntamente, por contrapartida da rubrica de "Perdas/(ganhos) em empresas participadas" na demonstração do rendimento integral. Variações diretas no capital próprio pós-aquisição das empresas controladas conjuntamente são reconhecidas no valor da participação por contrapartida da rubrica de reservas, no capital próprio.

Adicionalmente, as participações financeiras poderão ainda ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas por imparidade.

Qualquer excesso de custo de aquisição sobre o justo valor dos ativos e passivos líquidos identificáveis (goodwill) é registado como parte do investimento financeiro em Empresas controladas conjuntamente, havendo lugar a teste de imparidade ao investimento quando existam indicadores de perda de valor. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como ganho na demonstração do rendimento integral do período em que ocorre a aquisição.

As perdas em empresas controladas conjuntamente que excedam o investimento efetuado nessas entidades não são reconhecidas, exceto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com essa associada.

Os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

EMPRESAS ASSOCIADAS

Uma associada é uma entidade na qual o Grupo exerce influência significativa, através da participação nas decisões relativas às suas políticas financeiras e operacionais, mas não detém controlo ou controlo conjunto.

Qualquer excesso do custo de aquisição de um investimento financeiro sobre o justo valor dos ativos líquidos identificáveis é registado como goodwill, sendo adicionado ao valor do respetivo investimento financeiro e a sua recuperação é analisada no âmbito do investimento financeiro na associada sempre que existam indícios de eventual perda de valor. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como ganho na demonstração do rendimento integral do período em que ocorre a aquisição.

Os investimentos financeiros na generalidade das empresas associadas (Anexo B)) encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações financeiras são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas associadas, por contrapartida da rubrica de "Perdas/(ganhos) em empresas participadas" na demonstração do rendimento integral. Variações diretas no capital próprio pós-aquisição das associadas são reconhecidas no valor da participação por contrapartida da rubrica de reservas, no capital próprio. Adicionalmente, as participações financeiras poderão ainda ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas por imparidade.

As perdas em associadas que excedam o investimento efetuado nessas entidades não são reconhecidas, exceto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com essa associada.

Os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

CONVERSÃO PARA EUROS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM MOEDA ESTRANGEIRA

Ver política contabilística 2.20.

SALDOS E TRANSAÇÕES ENTRE EMPRESAS DO GRUPO

Os saldos e as transações, bem como os ganhos não realizados, entre empresas do Grupo e entre estas e a empresa-mãe são anulados na consolidação. Ganhos não realizados decorrentes de transações com empresas associadas ou empresas conjuntamente controladas são anulados na consolidação na parte atribuível ao Grupo. As perdas não realizadas são da mesma forma eliminadas, salvo se proporcionarem prova de imparidade do ativo transferido.

2.3. RELATOS POR SEGMENTOS

Tal como preconizado na IFRS 8, o Grupo apresenta os segmentos operacionais baseados na informação de gestão produzida internamente.

De facto, os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com o modelo interno de informação de gestão providenciado ao principal responsável pela tomada de decisões operacionais do Grupo, o qual é responsável pela alocação de recursos ao segmento e pela avaliação do seu desempenho, assim como pela tomada de decisões estratégicas.

2.4. CLASSIFICAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA E DA DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a menos de um ano da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, no ativo e no passivo correntes.

De acordo com a IAS 1, os "Custos de reestruturação", "Perdas / (ganhos) com a alienação de ativos" e "Outros custos / (ganhos) não recorrentes" refletem custos não usuais que devem ser reportados separadamente das habituais linhas de custos, no sentido de evitar uma distorção da informação financeira das operações regulares.

2.5. ATIVOS TANGÍVEIS

Os ativos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas, quando aplicável. O custo de aquisição inclui, para além do preço de compra do ativo: (i) as despesas diretamente imputáveis à compra; e (ii) a estimativa dos custos de desmantelamento, remoção dos ativos e requalificação do local, que no Grupo é aplicável ao negócio de exploração de cinemas, torres de telecomunicações e escritórios. (Notas 2.14 e 28).

As perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, são reconhecidas como uma dedução ao ativo respetivo por contrapartida de resultados do exercício. Os encargos com manutenção e reparações de natureza corrente são registados como custo quando incorridos. Os custos significativos incorridos com renovações ou melhorias do ativo são capitalizados e depreciados no correspondente período estimado de recuperação desses investimentos, quando seja provável a existência de benefícios económicos futuros associados ao ativo e quando os mesmos possam ser mensurados de uma forma fiável.

ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Os ativos não correntes (ou operações descontinuadas) são classificados como detidos para venda se o respetivo valor for realizável através de uma transação de venda ao invés de ser através do seu uso continuado. Considera-se que esta situação se verifica apenas quando: (i) a venda é muito provável e o ativo está disponível para venda imediata nas suas atuais condições; (ii) o Grupo assumiu um compromisso de vender; e (iii) é expectável que a venda se concretize num período de 12 meses. Neste caso, os ativos não correntes são mensurados pelo menor do valor contabilístico ou do respetivo justo valor deduzido dos custos de venda. A partir do momento que determinados bens de ativos tangíveis passam a ser considerados como sendo "detidos para venda" cessa a depreciação inerente a esses bens passando a ser classificados como ativos não correntes detidos para venda. Os ganhos e perdas nas alienações de ativos tangíveis, determinados pela diferença entre o valor de venda e o respetivo valor líquido contabilístico, são contabilizados em resultados na rubrica "Perdas/(ganhos) com a alienação de ativos".

DEPRECIAÇÕES

Os ativos tangíveis são depreciados a partir do momento em que estejam em estado de serem usados. A depreciação destes ativos, deduzidos do seu valor residual, é realizada de acordo com o método das quotas constantes, por duodécimos a partir do mês em que se encontram disponíveis para utilização, em conformidade com a vida útil dos ativos, definida em função da utilidade esperada.

As taxas de depreciação praticadas traduzem-se nas seguintes vidas úteis estimadas:

TAXAS DE DEPRECIAÇÃO VIDAS ÚTEIS ESTIMADAS

	2013 (ANOS)	2014 (ANOS)
Edifícios e outras construções	2 a 50	2 a 50
Equipamento básico:		
Rede de cliente e equipamento de rede	7 a 40	7 a 40
Equipamento terminal	3 a 8	3 a 8
Outros equipamentos de telecomunicações	3 a 10	3 a 10
Outro equipamento básico	1 a 16	1 a 16
Equipamento de transporte	3 a 4	3 a 4
Equipamento administrativo	3 a 10	3 a 10
Outras imobilizações corpóreas	4 a 8	4 a 8

2.6. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e das perdas por imparidade acumuladas, quando aplicável. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo e quando os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

Os ativos intangíveis são constituídos essencialmente por goodwill, direitos de utilização de capacidade em satélites e em redes de distribuição, carteira de clientes, encargos suportados com a angariação dos contratos de fidelização de clientes, licenças de telecomunicações e software, direitos de utilização de conteúdos e outros direitos contratuais.

GOODWILL

O goodwill representa o excesso do custo de aquisição sobre o justo valor líquido de ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis de uma subsidiária, entidade controlada conjuntamente ou associada, na respetiva data de aquisição, em conformidade com o estabelecido na IFRS 3.

O goodwill é registado como ativo e incluído nas rubricas de "Ativos intangíveis" (Nota 24) no caso de uma empresa controlada e de "Investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas" (Nota 22) no caso de uma entidade conjuntamente controlada ou empresa associada. O goodwill não é amortizado, sendo sujeito a testes de imparidade pelo menos uma vez por ano, em data determinada, e sempre que existam à data da demonstração da posição financeira alterações aos pressupostos subjacentes ao teste efetuado, que resultem em eventual perda de valor. Qualquer perda por imparidade é registada de imediato, na demonstração do rendimento integral do exercício, na rubrica de "Perdas por imparidade" e não é suscetível de reversão posterior.

Para efeitos de realização de testes de imparidade, o goodwill é atribuído às unidades geradoras de caixa com as quais se encontra relacionado (Nota 24), podendo estas corresponder aos segmentos de negócio em que o Grupo opera ou a um nível mais baixo.

INTANGÍVEIS DESENVOLVIDOS INTERNAMENTE

Os ativos intangíveis desenvolvidos internamente, nomeadamente as despesas com investigação, são registados como custo quando incorridos. As despesas de desenvolvimento apenas são reconhecidas como ativo na medida em que se demonstre a capacidade técnica para completar o ativo intangível e que este está disponível para uso ou comercialização.

PROPRIEDADE INDUSTRIAL E OUTROS DIREITOS

Os ativos classificados nesta rubrica referem-se a direitos e licenças adquiridos contratualmente pelo Grupo a terceiros e utilizados no desenvolvimento das atividades do Grupo, e incluem:

- Direitos de utilização de capacidade em satélites;
- Direitos de utilização de redes de distribuição;
- Licenças de telecomunicações;
- Licenças de software;
- Carteiras de clientes;
- Encargos suportados com a angariação dos contratos de fidelização de Clientes;
- Direitos de utilização de conteúdos;
- Outros direitos contratuais.

AMORTIZAÇÕES

Estes ativos são amortizados pelo método das quotas constantes, por duodécimos, a partir do início do mês em que se encontram disponíveis para utilização. As taxas de amortização praticadas traduzem-se nas seguintes vidas úteis estimadas:

TAXAS DE DEPRECIAÇÃO VIDAS ÚTEIS ESTIMADAS

	2013 (ANOS)	2014 (ANOS)
Direitos de utilização de capacidade	Período contratual	Período contratual
Licenças de telecomunicações	30	30
Licenças de software	1 a 8	1 a 8
Carteira de clientes	5 e 6	5 e 6
Encargos suportados com a angariação dos contratos de fidelização de clientes	Período de fidelização	Período de fidelização
Direitos de utilização de conteúdos	Período contratual	Período contratual
Outros	1 a 8	1 a 8

2.7. IMPARIDADE DE ATIVOS NÃO CORRENTES, EXCLUINDO GOODWILL

As empresas do Grupo efetuam periodicamente uma avaliação de imparidade dos ativos não correntes. Esta avaliação de imparidade é igualmente efetuada sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de tais indícios, o Grupo procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a existência e extensão da perda por imparidade.

O valor recuperável é estimado para cada ativo individualmente ou, no caso de tal não ser possível, os ativos são agrupados para os níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis para a unidade

geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence. Cada negócio do Grupo constitui uma unidade geradora de caixa, exceto para os ativos afetos à exibição cinematográfica os quais são agrupados por unidades geradoras de caixa regionais. O valor recuperável é determinado pelo valor mais alto entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados decorrentes do uso continuado do ativo ou da unidade geradora de caixa. Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado seja superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem indícios de que essas perdas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração do rendimento integral no exercício em que ocorre. Contudo, a reversão da perda por imparidade só pode ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em exercícios anteriores.

2.8. ATIVOS FINANCEIROS

Os ativos financeiros são reconhecidos na demonstração da posição financeira do Grupo na data de negociação ou contratação, que é a data em que o Grupo se compromete a adquirir ou alienar o ativo. No momento inicial, os ativos financeiros são reconhecidos pelo justo valor acrescido de custos de transação diretamente atribuíveis, exceto para os ativos ao justo valor através de resultados em que os custos de transação são imediatamente reconhecidos em resultados. Estes ativos são desreconhecidos quando: (i) expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa; (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção; ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Grupo tenha transferido o controlo sobre os ativos.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e apresentados pelo valor líquido, quando e só quando, o Grupo tem o direito a compensar os montantes reconhecidos e tem a intenção de liquidar pelo valor líquido.

O Grupo classifica os seus ativos financeiros nas seguintes categorias: investimentos financeiros ao justo valor através de resultados, ativos financeiros disponíveis para venda, investimentos detidos até à maturidade e empréstimos concedidos e contas a receber. A sua classificação depende da intenção da gestão na sua aquisição.

ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

São classificados nesta categoria os ativos financeiros não derivados adquiridos com o objetivo de vender no curto prazo. Nesta categoria integram-se também os derivados que não qualifiquem para efeitos de contabilidade de cobertura. Os ganhos e perdas resultantes da alteração de justo valor de ativos mensurados ao justo valor através de resultados são reconhecidos em resultados do exercício em que ocorrem na respetiva rubrica de "Perdas/(ganhos) em ativos financeiros", onde se incluem os montantes de rendimentos de juros e dividendos.

ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que: (i) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial; ou (ii) não se enquadram nas restantes categorias de ativos financeiros referidos. São reconhecidos como ativos não correntes exceto se houver intenção de os alienar nos 12 meses seguintes à data da demonstração da posição financeira.

As partes de capital detida que não sejam participações em empresas do Grupo, empresas controladas conjuntamente ou associadas, são classificadas como investimentos financeiros disponíveis para venda e reconhecidas na demonstração da posição financeira como ativos não correntes.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelo seu justo valor por referência ao seu valor de mercado à data da demonstração da posição financeira, sem qualquer dedução relativa a custos da transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Nas situações em que os investimentos sejam instrumentos de capital próprio não admitidos à cotação em mercados regulamentados e para os quais não é possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, os mesmos são mantidos ao seu custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

As mais e menos valias potenciais resultantes são registadas diretamente em reservas até que o investimento financeiro seja vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, momento em que o ganho ou perda acumulado anteriormente reconhecido no capital próprio é incluído no resultado integral do exercício. Os dividendos de instrumentos de capital classificado como disponíveis para venda são reconhecidos em resultados do exercício na rubrica de "Perdas/ (ganhos) em ativos financeiros", quando o direito de receber o pagamento é estabelecido.

INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

Os investimentos detidos até à maturidade são classificados como investimentos não correntes, exceto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida e para os quais o Grupo tem intenção e capacidade de os manter até essa data. Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS E CONTAS A RECEBER

Os ativos classificados nesta categoria são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado ativo.

As contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade, se aplicável. As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração do rendimento integral, em "Provisões e ajustamentos", sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou deixem de existir.

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, com maturidade inferior a três meses e que possam ser imediatamente mobilizáveis com um risco de alteração de valor insignificante.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" compreende também os descobertos bancários incluídos na demonstração da posição financeira na rubrica de "Empréstimos obtidos" (se aplicável).

2.9. PASSIVOS FINANCEIROS E INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da sua forma legal. Os instrumentos de capital próprio são contratos que evidenciam um interesse residual nos ativos do Grupo após dedução dos passivos. Os instrumentos de capital próprio emitido pelas empresas do Grupo são registados pelo valor recebido, líquido dos custos suportados com a sua emissão.

EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os empréstimos são registados inicialmente ao justo valor (valor nominal recebido líquido de despesas com a emissão desses empréstimos). Os encargos financeiros, calculados de acordo com a taxa de juro efetiva, incluindo prémios a pagar, são contabilizados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios.

CONTAS A PAGAR

As contas a pagar são reconhecidas inicialmente ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetiva. As contas a pagar são reconhecidas como passivos correntes exceto se estiver prevista a sua liquidação nos 12 meses seguintes à data da demonstração da posição financeira.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Ver política contabilística 2.11.

2.10. IMPARIDADE DE ATIVOS FINANCEIROS

O Grupo analisa a cada data da demonstração da posição financeira se existe evidência objetiva que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros se encontra em imparidade.

ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

No caso de ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, um declínio prolongado ou significativo no justo valor do instrumento abaixo do seu custo é considerado como um indicador que os instrumentos se encontram em imparidade. Se alguma evidência semelhante existir para ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, a perda acumulada – mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, menos qualquer perda de imparidade do ativo financeiro que já tenha sido reconhecida em resultados – é removida de capitais próprios e reconhecida na demonstração de resultados.

Perdas de imparidade de instrumentos de capital reconhecida em resultados não são revertidas através da demonstração de resultados.

CLIENTES, OUTROS DEVEDORES E OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

São registados ajustamentos para perdas por imparidade quando existem indicadores objetivos de que o Grupo não irá receber todos os montantes a que tinha direito de acordo com os termos originais dos

contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados diversos indicadores, tais como:

- a) Análise de incumprimento;
- b) Incumprimento há mais de 6 meses;
- c) Dificuldades financeiras do devedor;
- d) Probabilidade de falência do devedor.

O ajustamento para perdas de imparidade é determinado pela diferença entre o valor recuperável e o valor da demonstração da posição financeira do ativo financeiro e é registado por contrapartida de resultados do exercício. O valor da demonstração da posição financeira destes ativos é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de ajustamentos. Quando um montante a receber de clientes e outros devedores é considerado irrecuperável, é abatido por utilização da conta de ajustamentos para perdas de imparidade. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados.

Quando existem valores a receber de clientes ou outros devedores que se encontrem vencidos, e estes são objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

2.11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

O Grupo tem como política recorrer à contratação de instrumentos financeiros derivados com o objetivo de efetuar cobertura dos riscos financeiros a que se encontra exposto, decorrentes de variações nas taxas de câmbio e taxas de juro. Neste sentido, o Grupo não recorre à contratação de instrumentos financeiros derivados com objetivos especulativos, sendo que o recurso a este tipo de instrumentos financeiros obedece às políticas internas definidas pela Administração.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados que, embora contratados com o objetivo de efetuar cobertura económica de acordo com as políticas de gestão de risco do Grupo, não cumpram todas as disposições da IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração no que respeita à qualificação como contabilidade de cobertura ou que não foram especificamente assignados a uma relação de cobertura contabilística, as respetivas variações no justo valor são registadas nas demonstrações de resultados do período em que ocorrem.

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação ("trade date"), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do

período, exceto no que se refere aos derivados de cobertura. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

CONTABILIDADE DE COBERTURA

A possibilidade de designação de um instrumento financeiro derivado como sendo um instrumento de cobertura obedece às disposições da IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração.

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- a) À data de início da transação a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efetividade da cobertura;
- b) Existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efetiva, à data de início da transação e ao longo da vida da operação;
- c) A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transação e ao longo da vida da operação;
- d) Para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

RISCO DE TAXA DE CâMBIO E TAXA DE JURO

Sempre que as expectativas de evolução de taxas de câmbio e juro justifiquem, o Grupo procura contratar operações de proteção contra movimentos adversos, através de instrumentos financeiros derivados. As operações que qualifiquem como instrumentos de cobertura em relação de cobertura de fluxo de caixa são registadas na demonstração da posição financeira pelo seu justo valor e, na medida em que sejam consideradas coberturas eficazes, as variações no justo valor dos instrumentos são inicialmente registadas por contrapartida de capitais próprios e, posteriormente, reclassificadas para a rubrica de custos financeiros.

Se as operações de cobertura apresentarem ineficácia, esta é registada diretamente em resultados. Desta forma, e em termos líquidos, os fluxos associados às operações cobertas são periodificados à taxa inerente à operação de cobertura contratada.

Quando um instrumento de cobertura expira é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em reservas são reconhecidas em resultados quando a operação coberta também afeta resultados.

2.12. INVENTÁRIOS

Os inventários, que incluem essencialmente telemóveis, equipamento terminal de cliente, DVDs e direitos, encontram-se valorizados pelo mais baixo de entre o respetivo valor de custo e valor realizável líquido.

O custo de aquisição inclui o preço da fatura, despesas de transporte e seguro, utilizando-se o "Custo Médio Ponderado", como método de custeio das saídas.

Os inventários são ajustados por motivo de obsolescência tecnológica, bem como pela diferença entre o custo de aquisição e o valor de realização, caso este seja inferior, sendo essa redução reconhecida diretamente na demonstração do rendimento integral do exercício.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda normal deduzido dos custos para completar a produção e dos custos de comercialização.

As diferenças entre o custo e o respetivo valor realizável líquido dos inventários, no caso deste ser inferior ao custo, são registadas como custos operacionais na rubrica de "Custo das mercadorias vendidas".

Os inventários em trânsito, por não se encontrarem disponíveis para consumo ou venda, encontram-se segregados das restantes existências e são valorizadas ao custo de aquisição específico.

2.13. SUBSÍDIOS

Os subsídios são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que as empresas do Grupo irão cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração, nomeadamente para formação de colaboradores, são reconhecidos na demonstração do rendimento integral a abater aos correspondentes custos incorridos.

Os subsídios ao investimento são apresentados na demonstração da posição financeira como um rendimento diferido.

Se o subsídio é considerado como rendimento diferido, este é reconhecido como rendimento numa base sistemática e racional durante a vida útil do ativo.

2.14. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

As provisões são reconhecidas quando: (i) existe uma obrigação presente resultante de eventos passados, sendo provável que na liquidação dessa obrigação seja necessário um dispêndio de recursos internos; e (ii) o montante ou valor da referida obrigação seja razoavelmente estimável. Quando uma das condições antes descritas não é preenchida, o Grupo procede à divulgação dos eventos como passivo contingente, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos decorrente dessa contingência seja remota, caso em que os mesmos não são objeto de divulgação.

As provisões, para processos judiciais em curso intentados contra o Grupo, são constituídas de acordo com as avaliações de risco efetuadas pelo Grupo e pelos seus consultores legais, baseadas em taxas de sucesso.

As provisões para reestruturação apenas são reconhecidas quando o Grupo tem um plano detalhado e formalizado identificando as principais características do programa e após terem sido comunicados esses factos às entidades envolvidas.

As provisões para os custos de desmantelamento, remoção de ativos e restauração do local, são reconhecidas quando os bens são instalados, de acordo com as melhores estimativas a essa data (Nota 28).

O montante do passivo constituído reflete os efeitos da passagem do tempo, sendo a correspondente atualização financeira reconhecida em resultados como custo financeiro.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante das disposições de um contrato de acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar que excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, salvo exceção prevista na IFRS 3 no âmbito da concentração de atividades empresariais, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

As provisões são revistas e atualizadas na data da demonstração da posição financeira, de modo a refletir a melhor estimativa, nesse momento, da obrigação em causa.

2.15. LOCAÇÕES

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos correspondentes; ou como (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse desses ativos.

A classificação das locações como financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, sendo os ativos, as amortizações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação registadas de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações do ativo fixo tangível e intangível são reconhecidos como custos na demonstração do rendimento integral do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração do rendimento integral, durante o período do contrato de locação.

2.16. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A ZON Optimus encontra-se abrangida pelo regime especial de tributação dos grupos de sociedades, que abrange todas as empresas em que participa, direta ou indiretamente, em pelo menos 75% do respetivo capital social e que, simultaneamente, sejam residentes em Portugal e tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC).

As restantes empresas participadas, não abrangidas pelo regime especial de tributação dos grupos de sociedades, são tributadas individualmente, com base nas respetivas matérias coletáveis e nas taxas de imposto aplicáveis.

O imposto sobre o rendimento é registado de acordo com o preconizado pela IAS 12. Na mensuração do custo relativo ao imposto sobre o rendimento do período, para além do imposto corrente é ainda considerado o efeito do imposto diferido, calculado com base no método do passivo, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras consolidadas, bem como os prejuízos fiscais reportáveis existentes à data da demonstração da posição financeira. Os ativos e passivos por impostos diferidos foram calculados com base na legislação fiscal atualmente em vigor, ou em legislação já publicada para aplicação futura.

Tal como estabelecido na referida norma, são reconhecidos ativos por impostos diferidos apenas quando exista razoável segurança de que estes poderão vir a ser utilizados na redução do resultado tributável futuro, ou quando existam passivos por impostos diferidos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os ativos por impostos diferidos sejam revertidos. No final de cada período é efetuada uma avaliação desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função da sua expectativa de utilização futura.

O montante de imposto a incluir quer no imposto corrente, quer no imposto diferido, que resulta de transações ou eventos reconhecidos em rubricas do capital próprio, é registado diretamente nestas mesmas rubricas, não afetando o resultado do exercício.

2.17. PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

Os benefícios concedidos a colaboradores ao abrigo de Planos de incentivos de aquisição de ações ou de opções sobre ações são registados de acordo com as disposições da IFRS 2 – Pagamentos com base em ações.

De acordo com a IFRS 2, os benefícios concedidos a serem liquidados com base em ações próprias (instrumentos de capital próprio), são reconhecidos pelo justo valor na data de atribuição.

Dado que não é possível estimar com fiabilidade o justo valor dos serviços recebidos dos empregados, o seu valor é mensurado por referência ao justo valor dos instrumentos de capital próprio, de acordo com a sua cotação à data de concessão.

O justo valor determinado na data da atribuição do benefício é reconhecido como custo de forma linear ao longo do período em que o mesmo é adquirido pelos beneficiários, decorrente de prestação de serviços, com o correspondente aumento no capital próprio.

Por sua vez, os benefícios concedidos com base em ações, mas liquidados em dinheiro, conduzem ao reconhecimento de um passivo valorizado pelo justo valor na data da demonstração da posição financeira.

2.18. RÉDITO

As principais naturezas de rédito das empresas participadas pela ZON Optimus são as seguintes:

- i) Receitas dos Serviços de Telecomunicações:

Televisão por cabo, banda larga fixa e voz fixa: As receitas decorrentes dos serviços prestados sobre a rede de fibra e cabo resultam de: (a) subscrição de pacotes de canais base que podem ser

comercializados em bundle com os serviços de banda larga fixa e/ou voz fixa; (b) subscrição de pacotes de canais premium e S-VOD; (c) aluguer de equipamento terminal; (d) consumo de conteúdos (VOD); (e) tráfego e terminação voz; (f) ativação do serviço; (g) venda de equipamento; e (h) outros serviços adicionais (ex: firewall, antivírus).

Televisão por satélite: As receitas decorrentes do serviço de televisão por satélite resultam essencialmente de: (a) subscrição de pacotes de canais base e premium; (b) aluguer de equipamento; (c) consumo de conteúdos (VOD); (d) ativação do serviço; e (e) venda de equipamento.

Banda larga e voz móveis: As receitas provenientes dos serviços de acesso à Internet de banda larga móvel e de serviços de voz móvel, resultam fundamentalmente da assinatura mensal e/ou da utilização do serviço de Internet e voz para além do tráfego associada à modalidade escolhida pelo cliente.

O rédito dos serviços de telecomunicações é reconhecido no período em que os serviços são prestados. Os valores não faturados são registados com base em estimativas. As diferenças entre os valores estimados e os reais, que normalmente não são significativas, são registadas no período subsequente.

Os rendimentos decorrentes da venda de equipamentos são reconhecidos quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos bens são transferidos para o comprador e o valor dos benefícios possa ser razoavelmente quantificado.

O rédito das penalidades, face às incertezas inerentes, apenas é reconhecido no momento do recebimento, sendo o valor divulgado como ativo contingente (Nota 33).

- ii) Receitas de Publicidade: As receitas de publicidade englobam essencialmente a angariação de publicidade para os canais de televisão por subscrição para os quais o Grupo detém os direitos de exploração e salas de cinema. Estas receitas são reconhecidas no período da sua inserção, deduzidas dos descontos concedidos
- iii) Distribuição e Exibição Cinematográfica: As receitas relativas à distribuição referem-se à distribuição de filmes para exibidores cinematográficos não detidos pelo Grupo, as quais são reconhecidas no período de exibição dos filmes, enquanto as receitas de exibição cinematográfica decorrem maioritariamente da venda de bilhetes de cinema e das vendas de produtos nos bares, as quais são reconhecidas como receita no período de exibição dos filmes dos bilhetes vendidos e de venda dos produtos nos bares, respetivamente.
- iv) Receitas de Produção e Distribuição de Conteúdos e Canais: As receitas da produção e distribuição incluem fundamentalmente a venda de DVDs, venda de conteúdos e a distribuição de canais de televisão

por subscrição a terceiros e são reconhecidas no período em que são vendidos, exibidos e disponibilizados para distribuição aos operadores de telecomunicações, respetivamente.

2.19. ESPECIALIZAÇÃO DOS EXERCÍCIOS

As receitas e as despesas das diversas empresas do Grupo são reconhecidas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas ou incorridas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

2.20. ATIVOS, PASSIVOS E TRANSAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio da data da transação. A cada data de fecho é efetuada a atualização cambial de saldos (itens monetários) em aberto, aplicando a taxa de câmbio em vigor a essa data. As diferenças cambiais decorrentes desta atualização são reconhecidas na demonstração do rendimento integral do exercício em que foram determinadas. As variações cambiais geradas em itens monetários que constituam extensão do investimento denominado na moeda funcional do Grupo ou da participada em questão são reconhecidos no capital próprio. As diferenças de câmbio em itens não monetários são classificadas em "Outras reservas" no capital próprio.

A conversão de demonstrações financeiras de empresas participadas denominadas em moeda estrangeira é efetuada considerando as seguintes taxas de câmbio:

- Taxa de câmbio vigente à data da demonstração da posição financeira para a conversão dos ativos e passivos;
- Taxa de câmbio média do período para a conversão das rubricas da demonstração do rendimento integral;
- Taxa de câmbio média do período para a conversão dos fluxos de caixa (nos casos em que essa taxa de câmbio se aproxime da taxa real, sendo que para os restantes fluxos de caixa é utilizada a taxa de câmbio da data das operações);
- Taxa de câmbio histórica para a conversão das rubricas do capital próprio.

As diferenças de câmbio originadas na conversão para euros de demonstrações financeiras de empresas participadas denominadas em moeda estrangeira são incluídas no capital próprio, na rubrica "Outras reservas".

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de março de 2014, os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros com base nas seguintes taxas de câmbio de tais moedas relativamente ao Euro, divulgadas pelo Banco de Portugal:

TAXAS DE CâMBIO

TAXA FINAL

	31-12-2013	31-03-2014
Dólar Americano	1,3791	1,3788
Libra Esterlina	0,8337	0,8282
Metical Moçambicano	41,2000	41,8200
Dólar Canadiano	1,4671	1,5225
Franco Suíço	1,2276	1,2194
Real	3,2576	3,1276

Nos períodos findos em 31 de março de 2013 e 2014 as demonstrações de resultados das empresas participadas expressas em moeda estrangeira foram convertidas para euros com base nas taxas de câmbio médias das moedas dos respetivos países de origem relativamente ao Euro, que são as seguintes:

TAXAS DE CâMBIO

TAXA MÉDIA

	3M 13	3M 14
Metical Moçambicano	40,4149	41,6633
Dólar Americano	1,3206	1,3696

2.21. ENCARGOS FINANCEIROS COM EMPRÉSTIMOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como custo de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, exceto nos casos de empréstimos incorridos (quer sejam genéricas ou específicas) na aquisição, construção ou produção de um ativo que demore um período substancial de tempo (mais de um ano) para se encontrar na condição pretendida, os quais são capitalizados no custo de aquisição do referido bem.

2.22. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, edifícios detidos para a obtenção de rendas e não para o uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para fins administrativos ou para venda no decurso ordinário dos negócios. Estas são mensuradas inicialmente pelo seu custo.

Posteriormente, o Grupo considera o método do custo na mensuração das propriedades de investimento, considerando que da adoção do modelo do justo valor não resultariam diferenças relevantes.

Uma propriedade de investimento deve ser eliminada da demonstração da posição financeira na alienação, ou quando a propriedade de investimento for permanentemente retirada de uso e nenhuns benefícios económicos forem esperados da sua alienação.

2.23. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com o método direto. O Grupo classifica na rubrica de caixa e equivalentes de caixa os ativos com maturidade inferior a três meses, e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na demonstração da posição financeira na rubrica de "Empréstimos obtidos".

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes e os pagamentos a fornecedores, ao pessoal e a outros relacionados com a atividade operacional.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, as aquisições e as alienações de investimentos em empresas participadas e os recebimentos e os pagamentos decorrentes da compra e venda de ativos intangíveis e tangíveis, entre outras.

As atividades de financiamento abrangem, designadamente, os pagamentos e os recebimentos referentes a empréstimos obtidos, pagamento de juros e custos similares, contratos de locação financeira, compra e venda de ações próprias e pagamento de dividendos.

2.24. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam a essa data são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período.

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após essa data são divulgados nas notas às demonstrações financeiras, caso sejam materialmente relevantes.

3. JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS

3.1. ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

A preparação de demonstrações financeiras consolidadas exige que a gestão do Grupo efetue julgamentos e estimativas que afetam a demonstração da posição financeira e os resultados reportados. Estas estimativas são baseadas na melhor informação e conhecimento de eventos passados e/ou presentes e nas ações que a Empresa considera poder vir a desenvolver no futuro. Todavia, na data de concretização das operações, os resultados das mesmas poderão ser diferentes destas estimativas.

As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas em resultados de forma prospectiva, conforme disposto pela IAS 8 – “Políticas contabilísticas, alterações em estimativas contabilísticas e erros”.

As estimativas e os pressupostos que apresentam um maior risco de originar um ajustamento material nos ativos e passivo são apresentados abaixo:

IMPARIDADE DOS ATIVOS NÃO CORRENTES, EXCLUINDO GOODWILL

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou quaisquer outras alterações de efeito adverso no ambiente tecnológico, de mercado, económico e legal, muitos dos quais fora da esfera de influência do Grupo.

A identificação e avaliação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do valor recuperável dos ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração.

IMPARIDADE DO GOODWILL

O goodwill é sujeito a testes de imparidade anuais ou sempre que existam indícios de uma eventual perda de valor, de acordo com os critérios indicados na Nota 24. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de caixa, às quais o goodwill é atribuído, são determinados com base no cálculo de valores de uso. Esses cálculos exigem o uso de estimativas por parte da gestão.

ATIVOS INTANGÍVEIS E TANGÍVEIS

A vida útil de um ativo é o período durante o qual o Grupo espera que um ativo esteja disponível para uso e esta deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

A determinação das vidas úteis dos ativos, do método de amortização/depreciação a aplicar e das perdas estimadas decorrentes da substituição destes antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica e/ou outros é essencial para determinar o montante das amortizações/depreciações a reconhecer na demonstração do rendimento integral consolidado de cada exercício.

Estes três parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos setores em que o Grupo opera.

Os custos capitalizados associados aos direitos de distribuição de conteúdos audiovisuais adquiridos para comercialização nas diversas janelas de exibição são amortizados pelo prazo máximo de exploração constante dos respetivos contratos. Adicionalmente, estes ativos são sujeitos a testes de imparidade sempre que existam indícios de alterações no padrão de geração do rédito futuro subjacente a cada contrato.

PROVISÕES

O Grupo analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

São reconhecidos ativos por impostos diferidos apenas quando existe forte segurança de que existirão lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização das diferenças temporárias ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os impostos diferidos ativos sejam revertidos. A avaliação dos ativos por impostos diferidos é efetuada pela gestão no final de cada período tendo em atenção a expectativa de performance do Grupo no futuro.

IMPARIDADE DAS CONTAS A RECEBER

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de reporte, tendo em conta a informação histórica do cliente e o seu perfil de risco. As contas a receber são ajustadas pela avaliação

efetuada pela gestão dos riscos estimados de cobrança existentes à data da demonstração da posição financeira, os quais poderão divergir do risco efetivo a incorrer.

JUSTO VALOR DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo financeiro, com mercado ativo, é aplicado o respetivo preço de mercado. No caso de não existir um mercado ativo, o que se verifica para alguns dos ativos e passivos financeiros do Grupo, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado.

O Grupo aplica técnicas de valorização para instrumentos financeiros não cotados, tais como, derivados, instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados e para ativos disponíveis para venda. Os modelos de valorização utilizados com maior frequência são modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de opções, que incorporam, por exemplo, curvas de taxa de juro e volatilidade de mercado.

Para alguns tipos de derivados mais complexos são utilizados modelos de valorização mais avançados, contendo pressupostos e dados que não são diretamente observáveis em mercado, para os quais o Grupo utiliza estimativas e pressupostos internos.

3.2. ERROS, ESTIMATIVAS E ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Durante os trimestres findos em 31 de março de 2013 e 31 de março de 2014 não foram reconhecidos erros materiais relativos a exercícios anteriores. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 ocorreram alterações de políticas contabilísticas cujos impactos resultaram na reexpressão das demonstrações financeiras do trimestre findo em 31 de março de 2013. Estas alterações encontram-se descritas na nota 2.1..

4. ALTERAÇÃO DE PERÍMETRO

No trimestre findo em 31 de março de 2014, não existiu qualquer alteração de perímetro.

A 27 de agosto de 2013 ocorreu a operação de fusão por incorporação da Optimus SGPS na ZON, mediante a transferência global do património da sociedade Optimus SGPS para a sociedade ZON, nos termos do disposto na alínea a) do número 4 do artigo 97º do Código das Sociedades Comerciais, com efeitos a partir da data da fusão.

No seguimento da fusão, a Empresa efetuou uma avaliação preliminar do justo valor dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos através desta operação, atualizada durante o trimestre findo em 31 de março de 2014, pelo que a alocação do preço de compra está ainda sujeita a alterações até à conclusão do período de um ano a contar desde a data do controlo, conforme permitido pela IFRS 3 – Concentrações Empresariais. Não obstante, a Empresa não estima alterações materiais em resultado de eventuais alterações à alocação realizada.

O detalhe dos ativos líquidos do Grupo Optimus e do Goodwill apurado no âmbito desta transação, atualizado a 31 de março de 2014, é como segue:

AFETAÇÃO DO JUSTO VALOR

	VALOR CONTABILÍSTICO	AJUSTAMENTOS PARA O JUSTO VALOR	JUSTO VALOR
ATIVOS ADQUIRIDOS			
Caixa e equivalentes de caixa	17.987	-	17.987
Inventários	19.125	(1.384)	17.741
Contas a receber e outros ativos	224.165	-	224.165
Ativos intangíveis	353.331	45.480	398.811
Ativos tangíveis	569.441	(62.616)	506.825
Ativos por impostos diferidos	100.976	18.222	119.198
	1.285.025	(298)	1.284.727
PASSIVOS ADQUIRIDOS			
Empréstimos obtidos	452.362	-	452.362
Contas a pagar e outros passivos	287.368	15.326	302.694
Provisões	35.224	46.013	81.237
Passivos por impostos diferidos	1.142	10.997	12.139
Planos de ações	6.469	3.144	9.613
	782.565	75.480	858.045
TOTAL DOS ATIVOS LÍQUIDOS ADQUIRIDOS	502.460	(75.778)	426.682
GOODWILL (NOTA 24)			429.722
PREÇO DE AQUISIÇÃO (NOTA 29)			856.404

O justo valor dos ativos líquidos adquiridos foi determinado através de diversas metodologias de valorização para cada tipo de ativo ou passivo, com base na melhor informação disponível. Os principais ajustamentos ao justo valor efetuados no âmbito deste processo foram: (i) carteira de clientes (23,4 milhões de euros), a qual será amortizada linearmente com base no prazo médio estimado de retenção dos clientes; (ii) licenças de telecomunicações (12,7 milhões de euros), as quais serão amortizadas pelo período de vida remanescente das mesmas; (iii) custos de reconstrução de infraestruturas e reposição de equipamentos e outros ajustamentos de equipamento básico no montante de 22,7 milhões de euros; (iv) ajustamento de 27,7 milhões de euros ao valor contabilístico dos ativos abrangidos pelos compromissos assumidos com a Autoridade da Concorrência, no âmbito da operação de fusão, nomeadamente, o acordo para a existência de uma opção de compra da rede de fibra da Optimus; (v) passivos contingentes relativos a obrigações presentes no montante de 49,6 milhões de euros, conforme permitido pela IFRS 3, dos quais uma parte,

correspondente a contingências fiscais, foram registados como redução aos ativos por impostos diferidos sobre prejuízos fiscais; e (vi) obrigações contratuais no montante de 15,3 milhões de euros referentes a contratos de longa duração cujos preços praticados são distintos dos preços de mercado.

As metodologias utilizadas nos principais ajustamentos ao justo valor foram:

METODOLOGIAS DE VALORIZAÇÃO E HIERARQUIA DE JUSTO VALOR

	METODOLOGIA UTILIZADA	HIERARQUIA DO JUSTO VALOR
Carteira de clientes	Cash flows descontados	Nível 3
Licenças de telecomunicações	Cash flows descontados	Nível 3
Edifícios	Cash flows descontados	Nível 3
Torres de telecomunicações	Custos de reconstrução atual	Nível 2
Equipamento básico	Custos de reposição	Nível 2
Obrigações contratuais	Comparação com custos atuais praticados	Nível 2

No processo de identificação do justo valor dos ativos e passivos adquiridos o Conselho de Administração recorreu ao uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos, tais como: (i) o período de permanência médio dos clientes Optimus utilizado na valorização da carteira de clientes; (ii) o tempo médio de utilização das atuais tecnologias 2G/3G e LTE e evolução das receitas em resultado do surgimento de outras novas tecnologias, na valorização das licenças de telecomunicações; entre outras. Apesar destas estimativas terem por base a melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas.

Foram contemplados diversos cenários nas várias avaliações e efetuadas análises de sensibilidade dos quais não conduziram a variações significativas na afetação do justo valor dos ativos e passivos.

Para os restantes ativos e passivos não foram identificadas diferenças significativas entre o justo valor e o respetivo valor contabilístico.

Como habitualmente acontece nas concentrações de atividades empresariais, também nesta operação, não foi possível atribuir, em termos contabilísticos, ao justo valor de ativos identificados e de passivos assumidos, uma parte do custo de aquisição, sendo essa componente reconhecida como Goodwill e registada na rubrica de Ativos intangíveis. Este Goodwill está relacionado com diversos elementos, que não podem ser isolados e quantificados de forma fiável e incluem, entre outros, sinergias, força de trabalho qualificada e capacidades tecnológicas.

Caso as empresas fusionadas tivessem sido consolidadas desde 1 de janeiro de 2013, os valores das receitas operacionais consolidadas e do resultado líquido antes de interesses sem controlo, após anulação das

transações com partes relacionadas do Grupo ZON OPTIMUS, para o trimestre findo em 31 de março de 2013, seriam como segue:

PRÓ-FORMA DE 3 MESES DO GRUPO ZON OPTIMUS
PARA O TRIMESTRE FINDO A 31 DE MARÇO DE 2013

	VALOR
RÉDITOS:	
Vendas e prestação de serviços	347.817
Outras receitas	4.040
	351.857
CUSTOS, PERDAS E GANHOS:	
Custos com o pessoal	23.264
Custos diretos	97.656
Fornecimentos e serviços externos	47.490
Provisões e ajustamentos	3.222
Perdas / (ganhos) em empresas participadas, líquidas	(1.299)
Depreciações, amortizações e perdas por imparidade	87.071
Outros custos / (ganhos)	42.458
	299.862
RESULTADOS ANTES DE RESULTADOS FINANCEIROS E IMPOSTOS	51.995
Resultados financeiros	16.712
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	35.283
Imposto sobre o rendimento	7.567
RESULTADO CONSOLIDADO LÍQUIDO	27.716

As principais variações ocorridas nas diversas rubricas das demonstrações financeiras consolidadas da ZON OPTIMUS, resultam predominantemente da entrada no perímetro de consolidação das empresas fusionadas em 27 de agosto de 2013 (Nota 1), pelo que a 31 de março de 2013 os contributos destas empresas eram nulos.

5. RELATO POR SEGMENTOS

Os segmentos de negócio são os seguintes:

- Telco - prestação de serviços de TV, Internet (fixa e móvel) e voz (fixa e móvel) e inclui as seguintes entidades: Be Artis, Be Towering, Optimus, Per-mar, Sontária, ZON OPTIMUS, ZON Televisão por Cabo, SGPS, S.A. ("ZON Televisão por Cabo"), ZON TV Cabo, ZON TV Cabo Açoreana, ZON TV Cabo Madeirense, ZON Conteúdos, ZON Lusomundo TV, ZON Finance B.V., Teliz Holding B.V..
- Audiovisuais - prestação de serviços de edição e venda de videogramas, distribuição de filmes, exploração de salas de cinemas e aquisição/negociação de direitos para televisão por subscrição e VOD

(vídeo-on-demand) e inclui as seguintes entidades: ZON Audiovisuais, SGPS, S.A., ZON Cinemas, SGPS, S.A., ZON LM Audiovisuais, ZON LM Cinemas, Lusomundo Moçambique, Lda. ("Lusomundo Moçambique"), Lusomundo Espanha, SL ("Lusomundo Espanha"), Lusomundo Imobiliária 2, S.A. ("Lusomundo Imobiliária 2"), Lusomundo Sociedade de Investimentos Imobiliários, SGPS, S.A. ("Lusomundo SII), Empracine – Empresa Promotora de Atividades Cinematográficas, Lda. ("Empracine").

Os resultados por segmento para os trimestres findos a 31 de março de 2013 e 2014, são como se segue:

RESULTADO POR SEGMENTO
PARA O TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2013

	TELCO 3M 13	AUDIOVISUAIS 3M 13	GRUPO 3M 13
Total de rédito	179.331	24.332	203.663
Rédito inter-segmentos	(4.513)	(4.796)	(9.309)
RÉDITO	174.818	19.536	194.354
RESULTADO OPERACIONAL	28.183	(313)	27.870
Custos de financiamento e outros	10.392	426	10.818
Perdas / (Ganhos) em ativos financeiros	-	10	10
RESULTADOS ANTES DO IMPOSTO	17.791	(749)	17.042
Imposto sobre o rendimento do período	4.319	229	4.548
RESULTADO LÍQUIDO	13.472	(978)	12.494
OUTROS CUSTOS:			
Depreciações, amortizações e imparidade	45.244	7.401	52.645
Provisões e ajustamentos	1.979	2.873	4.852
Custos/ (proveitos) não recorrentes	96	12	108

RESULTADO POR SEGMENTO
PARA O TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2014

	TELCO 3M 14	AUDIOVISUAIS 3M 14	GRUPO 3M 14
Total de rédito	324.226	22.451	346.677
Rédito inter-segmentos	(4.602)	(4.731)	(9.333)
RÉDITO	319.624	17.720	337.344
RESULTADO OPERACIONAL	47.166	912	48.078
Custos de financiamento e outros	13.830	775	14.605
Perdas / (Ganhos) em ativos financeiros	570	12	582
RESULTADOS ANTES DO IMPOSTO	32.766	125	32.891
Imposto sobre o rendimento do período	7.342	(15)	7.327
RESULTADO LÍQUIDO	25.424	140	25.564
OUTROS CUSTOS:			
Depreciações, amortizações e imparidade	75.756	8.115	83.871
Provisões e ajustamentos	(3.601)	2	(3.599)
Custos/ (proveitos) não recorrentes	2.735	95	2.830

As transações inter-segmentos são efetuadas a condições e termos de mercado, equiparáveis às transações efetuadas com entidades terceiras.

Os ativos e passivos por segmento, bem como os investimentos em ativos fixos tangíveis e intangíveis a 31 de dezembro de 2013, decorrente das alterações descritas na Nota 1, são como segue:

ATIVOS E PASSIVOS POR SEGMENTO

A 31 DE DEZEMBRO DE 2013

	TELCO	AUDIO VISUAIS	ELIMINAÇÕES	NÃO ALOCADOS	GRUPO
Ativos	2.705.667	126.137	(144.051)	179.304	2.867.056
Investimento em empresas participadas	29.927	1.687	-	-	31.614
TOTAL DE ATIVOS	2.735.594	127.824	(144.051)	179.304	2.898.670
PASSIVOS	704.701	120.682	(144.051)	1.157.126	1.838.458
INVESTIMENTO EM ATIVOS TANGÍVEIS	143.684	3.067	-	-	146.751
INVESTIMENTO EM ATIVOS INTANGÍVEIS	38.955	26.617	-	-	65.572

A 31 de dezembro de 2013, os ativos e passivos reexpressos não alocados aos segmentos detalham-se da seguinte forma:

ATIVOS E PASSIVOS NÃO ALOCADOS AO SEGMENTO

A 31 DE DEZEMBRO DE 2013

	ATIVOS	PASSIVOS
NÃO ALOCADOS:		
Impostos diferidos (Nota 16)	149.431	15.456
Imposto corrente (Nota 21)	9.065	-
Empréstimos - correntes (Nota 26)	-	213.431
Empréstimos - não correntes (Nota 26)	-	928.239
Ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 23)	19.329	-
Ativos não correntes detidos para venda	678	-
Propriedades de investimento	801	-
	179.304	1.157.126

Os ativos e passivos por segmento, bem como os investimentos em ativos fixos tangíveis e intangíveis a 31 de março de 2014, são como segue:

ATIVOS E PASSIVOS POR SEGMENTO

A 31 DE MARÇO DE 2014

	TELCO	AUDIO VISUAIS	ELIMINAÇÕES	NÃO ALOCADOS	GRUPO
Ativos	2.628.870	147.554	(153.538)	172.399	2.795.285
Investimento em empresas participadas	30.399	2.024	(1)	-	32.422
TOTAL DE ATIVOS	2.659.269	149.578	(153.539)	172.399	2.827.707
PASSIVOS	692.143	125.674	(153.203)	1.087.525	1.752.139
INVESTIMENTO EM ATIVOS TANGÍVEIS	33.635	785	-	-	34.420
INVESTIMENTO EM ATIVOS INTANGÍVEIS	15.403	6.833	-	-	22.236

A 31 de março de 2014, os ativos e passivos não alocados aos segmentos detalham-se da seguinte forma:

ATIVOS E PASSIVOS NÃO ALOCADOS AO SEGMENTO

A 31 DE MARÇO DE 2014

	ATIVOS	PASSIVOS
NÃO ALOCADOS:		
Impostos diferidos (Nota 16)	143.608	16.208
Imposto corrente (Nota 21)	8.565	-
Empréstimos - correntes (Nota 26)	-	339.565
Empréstimos - não correntes (Nota 26)	-	731.752
Ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 23)	18.759	-
Ativos não correntes detidos para venda	678	-
Propriedades de investimento	789	-
	172.399	1.087.525

As variações ocorridas nas rubricas de ativos e passivos do segmento "Telco", devem-se predominantemente à inclusão neste segmento dos contributos das empresas fusionadas em 27 de agosto de 2013 (Nota 4).

6. RECEITAS OPERACIONAIS

As receitas operacionais consolidadas nos trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2014 repartem-se da seguinte forma:

RECEITAS OPERACIONAIS CONSOLIDADAS

	3M 13 REEXPRESSO	3M 14
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS:		
Telco i)	172.776	309.402
Audiovisuais e exibição cinematográfica ii)	14.563	13.739
	187.339	323.141
VENDAS:		
Telco iii)	1.097	7.682
Audiovisuais e exibição cinematográfica iv)	4.695	3.749
	5.792	11.431
OUTRAS RECEITAS:		
Telco	945	2.540
Audiovisuais e exibição cinematográfica	278	232
	1.223	2.772
	194.354	337.344

Estas receitas operacionais encontram-se líquidas de eliminações intercompanhias.

i) Esta rubrica inclui essencialmente receitas relativas: (a) subscrição de pacotes de canais base que podem ser comercializados em bundle com os serviços de banda larga fixa e/ou voz fixa; (b) subscrição de pacotes

de canais premium e S-VOD; (c) aluguer de equipamento terminal; (d) consumo de conteúdos (VOD); (e) tráfego e terminação voz móvel e fixa; (f) ativação do serviço; (g) acesso à Internet de banda larga móvel e (h) outros serviços adicionais (ex: firewall, antivírus).

ii) Esta rubrica inclui essencialmente:

- a. receitas de bilheteira e publicidade nos cinemas da ZON LM Cinemas.
- b. receitas relativas à distribuição de filmes a outros exibidores cinematográficos em Portugal e à produção e comercialização de conteúdos audiovisuais.

iii) Esta rubrica inclui essencialmente receitas relativas à venda de equipamento terminal, telefones e telemóveis.

iv) Esta rubrica inclui essencialmente a venda de produtos de bar da ZON LM Cinemas e DVDs.

As variações positivas ocorridas nas rubricas de receitas operacionais, devem-se predominantemente às receitas das empresas fusionadas em 27 de agosto de 2013 (Nota 4).

7. CUSTOS COM O PESSOAL

Nos trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2014 esta rubrica tem a seguinte composição:

CUSTOS COM PESSOAL

	3M 13 REEXPRESSO	3M 14
Remunerações	9.609	16.248
Encargos sociais	1.992	4.113
Benefícios sociais	199	438
Outros	56	256
	11.856	21.055

Nos trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2014, o número médio de pessoal ao serviço das empresas incluídas na consolidação foi de 1.436 e 2.360 empregados, respetivamente. No final do trimestre findo em 31 de março de 2014, o número de pessoal ao serviço das empresas incluídas na consolidação ascendia a 2.339 empregados.

A variação ocorrida na rubrica de custos com o pessoal, deve-se predominantemente aos custos com o pessoal das empresas fusionadas em 27 de agosto de 2013 (Nota 4).

8. CUSTOS DIRETOS

Nos trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2014 esta rubrica tem a seguinte composição:

CUSTOS DIRETOS

	3M 13 REEXPRESSO	3M 14
Custos de conteúdos	39.389	37.377
Custos de telecomunicações - tráfego	5.566	43.522
Custos de telecomunicações - capacidade	5.659	12.043
Repartição de receitas de publicidade	2.352	2.913
Outros	966	868
	53.932	96.723

A variação ocorrida nas rubricas de Custos de telecomunicações, deve-se predominantemente aos custos de telecomunicações das empresas fusionadas em 27 de agosto de 2013 (Nota 4).

9. CUSTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS

Nos trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2014 esta rubrica tem a seguinte composição:

CUSTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS

	3M 13 REEXPRESSO	3M 14
Custo das mercadorias vendidas	1.235	9.641
Aumentos/(diminuições) da imparidade para inventários	40	1.602
	1.275	11.243

A variação ocorrida na rubrica de custos das mercadorias vendidas, deve-se predominantemente aos custos das vendas de equipamentos (predominantemente telemóveis) das empresas fusionadas em 27 de agosto de 2013 (Nota 4).

10. SERVIÇOS DE SUPORTE E FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2014, estas rubricas têm a seguinte composição:

SERVIÇOS DE SUPORTE E FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS

	3M 13 REEXPRESSO	3M 14
SERVIÇOS DE SUPORTE:		
Call centers e apoio a cliente	5.059	8.134
Suporte comercial e técnico	4.497	5.162
Sistemas de informação	2.080	4.579
Suporte administrativo e outros	1.992	4.722
	13.628	22.597
FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS:		
Manutenção e reparação	6.270	11.766
Rendas e alugueres	5.427	10.355
Comissões	752	5.366
Trabalhos especializados	3.481	4.490
Electricidade	1.809	4.350
Instalação e montagem de equipamento terminal	1.109	2.477
Comunicação	1.423	1.613
Honorários	211	1.433
Deslocações e estadas	290	869
Combustíveis, água e outros Fluidos	296	599
Seguros	167	118
Outros fornecimentos e serviços externos	2.282	3.621
	23.517	47.057

As variações positivas ocorridas nas diversas rubricas, devem-se predominantemente aos custos das empresas fusionadas em 27 de agosto de 2013 (Nota 4).

11. PROVISÕES E AJUSTAMENTOS

Nos trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

PROVISÕES E AJUSTAMENTOS

	3M 13 REEXPRESSO	3M 14
Provisões (Nota 28)	(400)	(912)
Imparidade de Contas a receber - clientes (Nota 20)	5.254	(2.969)
Imparidade de Contas a receber - outros	-	283
Recuperação de dívidas	(2)	(1)
	4.852	(3.599)

12. PERDAS / (GANHOS) EM EMPRESAS PARTICIPADAS, LÍQUIDAS

Nos trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

PERDAS / (GANHOS) EM EMPRESAS PARTICIPADAS

	3M 13 REEXPRESSO	3M 14
EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL (NOTA 22)		
Sport TV	299	(548)
Dreamia	(577)	(336)
Finstar	(1.045)	(3.909)
Mstar	(60)	(103)
Upstar	(3)	(4)
Outros	87	(3)
	(1.299)	(4.903)

13. DEPRECIAÇÕES, AMORTIZAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADE

Nos trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

DEPRECIAÇÕES, AMORTIZAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADE

	3M 13 REEXPRESSO	3M 14
ATIVOS INTANGÍVEIS		
Propriedade industrial e outros direitos	16.008	29.336
Outros ativos intangíveis	418	428
	16.426	29.764
ATIVOS TANGÍVEIS		
Edifícios e outras construções	779	2.839
Equipamento básico	30.826	45.174
Equipamento de transporte	358	223
Equipamento administrativo	3.750	5.326
Outros ativos tangíveis	506	545
	36.219	54.107
	52.645	83.871

As variações positivas ocorridas nas rubricas de depreciações, amortizações e perdas por imparidade, devem-se predominantemente aos custos das empresas fusionadas em 27 de agosto de 2013 (Nota 4).

14. CUSTOS DE FINANCIAMENTO E OUTROS CUSTOS / (PROVEITOS) FINANCEIROS, LÍQUIDOS

Nos trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2014, os custos de financiamento e outros custos financeiros líquidos têm a seguinte composição:

CUSTOS DE FINANCIAMENTO E OUTROS CUSTOS / (PROVEITOS) FINANCEIROS LÍQUIDOS

	3M 13 REEXPRESSO	3M 14
CUSTOS DE FINANCIAMENTO:		
JUROS SUPORTADOS:		
Empréstimos obtidos	7.166	8.598
Derivados	872	852
Locações financeiras	1.437	1.517
Outros	28	229
	9.503	11.196
JUROS OBTIDOS	(2.595)	(1.523)
	6.908	9.673
OUTROS CUSTOS / (PROVEITOS) FINANCEIROS LÍQUIDOS:		
Comissões dos empréstimos obtidos	3.061	3.773
Outros	803	1.110
	3.864	4.883

A redução dos juros obtidos de depósitos a prazo, resulta predominantemente do decréscimo do valor médio das aplicações financeiras.

15. PERDAS / (GANHOS) EM ATIVOS FINANCEIROS, LÍQUIDAS

Nos trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

PERDAS / (GANHOS) EM ATIVOS FINANCEIROS

	3M 13 REEXPRESSO	3M 14
Perdas por Imparidade do FICA (Nota 23)	-	570
Outros	10	12
	10	582

16. IMPOSTOS E TAXAS

Durante o trimestre findo em 31 de março de 2014, a ZON OPTIMUS e as suas empresas participadas são tributadas em sede de IRC - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas à taxa de 23% (18,4% no caso da ZON TV Cabo Açoreana), acrescida de Derrama à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável, atingindo desta forma uma taxa agregada de cerca de 24,5%. Nas medidas de austeridade previstas pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, esta taxa é elevada em 3% sobre a parte do lucro tributável de cada empresa que seja superior a 1,5 milhões de euros e inferior a 7,5 milhões de euros, e é elevada em 5% sobre a parte do lucro tributável de cada empresa que seja superior a 7,5 milhões de euros. Adicionalmente, nas medidas que aprovam a Reforma do IRC, publicadas pela Lei n.º 2/2014, de 16 de janeiro, foi adicionado um escalão à derrama estadual em que a taxa é elevada em 7% sobre a parte do lucro tributável de cada empresa que seja superior a 35 milhões de euros.

No apuramento da matéria coletável, à qual são aplicadas as referidas taxas de imposto, são adicionados e subtraídos aos resultados contabilísticos montantes não aceites fiscalmente. Estas diferenças entre o resultado contabilístico e fiscal podem ser de natureza temporária ou permanente.

A ZON OPTIMUS é tributada de acordo com o regime especial de tributação dos grupos de sociedades (RETGS), do qual fazem parte as empresas em que detém, direta ou indiretamente, pelo menos 75% do seu capital e cumprem os requisitos previstos no artigo 69º do Código do IRC.

As empresas que fazem parte do RETGS em 2014 são as seguintes:

- Be Artis (incluída no RETGS durante o exercício de 2014)
- Be Toweing (incluída no RETGS durante o exercício de 2014)
- Empracine
- Optimus (incluída no RETGS durante o exercício de 2014)
- Per-mar (incluída no RETGS durante o exercício de 2014)
- Sontária (incluída no RETGS durante o exercício de 2014)
- ZON OPTIMUS
- ZON Lusomundo TV
- Lusomundo SII
- ZON Cinemas SGPS
- ZON Audiovisuais SGPS
- ZON TV Cabo
- ZON TV Cabo Madeirense (incluída no RETGS durante o exercício de 2014)
- ZON Televisão por Cabo SGPS
- Lusomundo Imobiliária 2
- ZON LM Audiovisuais

- ZON LM Cinemas
- ZON Conteúdos

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais (cujo prazo é de cinco ou seis anos), tenham sido obtidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, sobre estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos.

O Conselho de Administração da ZON OPTIMUS, suportado nas informações dos seus consultores fiscais, entende que eventuais revisões e correções dessas declarações fiscais, bem como outras contingências de natureza fiscal, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de março de 2014.

A) IMPOSTOS DIFERIDOS

A ZON OPTIMUS e as suas empresas participadas registaram impostos diferidos relacionados com as diferenças temporárias entre a base fiscal e a contabilística dos ativos e passivos, bem como com os prejuízos fiscais reportáveis existentes à data da demonstração da posição financeira.

O movimento dos ativos e passivos por impostos diferidos nos trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2014 foi conforme segue:

MOVIMENTO DOS ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS PARA O TRIMESTRE FINDO A 31 DE MARÇO DE 2013

	31-12-2012 REEXPRESSO	IMPOSTOS DIFERIDOS DO EXERCÍCIO		31-03-2013 REEXPRESSO
		RESULTADO (NOTA B)	CAPITAL PRÓPRIO (NOTA 29)	
ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS				
Créditos de cobrança duvidosa	5.342	-	-	5.342
Inventários	1.490	-	-	1.490
Outras provisões e ajustamentos	27.864	(229)	-	27.635
Mais-valias intragrupo	15.881	(581)	-	15.300
Derivados	1.616	-	(332)	1.284
	52.193	(810)	(332)	51.051
PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS				
Reavaliação de ativos fixos tangíveis	2.776	-	-	2.776
Capitalização de custos de angariação de clientes	4.712	49	-	4.761
Derivados	-	-	88	88
	7.488	49	88	7.625
TOTAL DE IMPOSTOS DIFERIDOS LÍQUIDOS	44.705	(859)	(420)	43.426

MOVIMENTO DOS ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS
PARA O TRIMESTRE FINDO A 31 DE MARÇO DE 2014

	31-12-2013 REEXPRESSO	IMPOSTOS DIFERIDOS DO EXERCÍCIO		31-03-2014
		RESULTADO (NOTA B)	CAPITAL PRÓPRIO (NOTA 29)	
ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS				
Créditos de cobrança duvidosa	16.073	(3.146)	-	12.927
Inventários	3.216	1.007	-	4.223
Outras provisões e ajustamentos	81.869	(1.320)	-	80.549
Mais-valias intragrupo	27.876	(969)	-	26.907
Passivos registados no âmbito da alocação do justo valor aos passivos adquiridos na operação de fusão	5.311	(184)	-	5.127
Derivados	693	-	17	710
Incentivos fiscais	14.393	(1.228)	-	13.165
	149.431	(5.840)	17	143.608
PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS				
Reavaliação de ativos fixos tangíveis	1.415	-	-	1.415
Revalorizações de ativos no âmbito da alocação do justo valor aos ativos adquiridos na operação de fusão	13.134	690	-	13.824
Outras provisões e ajustamentos	907	62	-	969
	15.456	752	-	16.208
TOTAL DE IMPOSTOS DIFERIDOS LÍQUIDOS	133.975	(6.592)	17	127.400

A 31 de março de 2014, os ativos por imposto diferido referentes a outras provisões e ajustamentos referem-se predominantemente a: i) imparidades, acelerações de amortizações para além das amortizações fiscalmente aceites e outros ajustamentos em ativos fixos tangíveis e intangíveis no montante de 59,3 milhões de euros; ii) diferenças temporárias geradas com os ajustamentos de conversão para IAS/IFRS à data de 31 de dezembro de 2009, no montante de 5,3 milhões de euros; e iii) provisões diversas no montante de 15,9 milhões de euros.

A 31 de março de 2014, o passivo por imposto diferido referente à revalorização de ativos no âmbito da alocação do justo valor aos ativos adquiridos na operação de fusão refere-se à valorização da carteira de clientes, licenças de telecomunicações e outros ativos das empresas do Grupo Optimus.

A 31 de março de 2014 encontravam-se por registar ativos por impostos diferidos no montante de 12.813 milhares de euros correspondentes a: i) prejuízos fiscais, predominantemente do exercício de 2009 e 2013; ii) incentivos fiscais no montante de 3.723 milhares de euros; e iii) diferenças temporárias no montante de 319 milhares de euros.

Os ativos por impostos diferidos foram reconhecidos na medida em que é provável que ocorram lucros tributáveis no futuro que possam ser utilizados para recuperar as perdas fiscais ou diferenças tributárias dedutíveis. Esta avaliação baseou-se nos planos de negócios das empresas do Grupo, periodicamente revistos e atualizados.

Em 31 de março de 2014, a taxa de imposto utilizada, para o apuramento dos impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais foi de 23%. No caso das diferenças temporárias, a taxa utilizada foi de 24,5% elevada até um máximo de 3,8% de derrama estadual quando se entendeu como provável a tributação das diferenças temporárias no período estimado de aplicação da referida taxa. Os benefícios fiscais, por se tratarem de deduções à coleta, são considerados a 100%, sendo que em alguns casos, a sua integral aceitação encontra-se dependente da aprovação das autoridades concedentes de tais benefícios fiscais.

Nos termos da legislação em vigor em Portugal os prejuízos fiscais gerados até 2009, de 2010 a 2011, e a partir de 2012 são reportáveis durante um período de seis anos, quatro anos e cinco anos, respetivamente, após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período, até ao limite de 75% do lucro tributável, em 2013, e 70% do lucro tributável nos exercícios seguintes.

B) RECONCILIAÇÃO DA TAXA EFETIVA DE IMPOSTO

Nos trimestres findos em 31 março de 2013 e 2014, a reconciliação entre as taxas nominal e efetiva de imposto, é como segue:

RECONCILIAÇÃO ENTRE AS TAXAS NOMINAL E EFETIVA DE IMPOSTO

	3M 13 REEXPRESSO	3M 14
Resultado antes de impostos	17.042	32.891
Taxa nominal de imposto	26,5%	24,5%
IMPOSTO ESPERADO	4.516	8.058
Diferenças permanentes i)	(344)	(1.289)
Benefícios fiscais ii)	(325)	(359)
Derrama estadual	453	895
Tributação autónoma	217	261
Outros	30	(239)
IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	4.548	7.327
Taxa efetiva de imposto	26,7%	22,3%
Imposto corrente (Nota 21)	3.689	735
Imposto diferido	859	6.592
	4.548	7.327

i) Em 31 de março de 2013 e 2014 as diferenças permanentes têm a seguinte composição:

DIFERENÇAS PERMANENTES

	3M 13 REEXPRESSO	3M 14
Efeito de aplicação da equivalência patrimonial (Nota 12)	(1.299)	(4.903)
Outros	-	(360)
	(1.299)	(5.263)
	26,5%	24,5%
	(344)	(1.289)

ii) Registo de impostos diferidos pelo Grupo do benefício fiscal - SIFIDE (Sistema de Incentivos Fiscais em Investigação e Desenvolvimento Empresarial) - previsto na Lei n.º 40/2005, de 3 de agosto, do RFAI (Regime Fiscal de Apoio ao Investimento) - previsto na Lei n.º 10/2009, de 10 de março e CFEI (Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento) - previsto na Lei n.º 49/2013, de 16 de julho. Nos termos do Código do IRC, o imposto liquidado não pode ser inferior a 90% do montante que seria apurado se a Empresa não usufruísse de benefícios fiscais. Deste modo, este montante corresponde à referida diferença, considerando que o valor é apurado na sociedade dominante do Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades e os benefícios fiscais apurados nas sociedades dominadas.

17. RESULTADO LÍQUIDO POR AÇÃO

Os resultados por ação nos trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2014 foram calculados como segue:

RESULTADO LÍQUIDO POR AÇÃO

	3M 13 REEXPRESSO	3M 14
Resultado líquido consolidado, atribuível a acionistas	12.294	25.263
Nº de ações ordinárias em circulação no período (média ponderada)	308.774.768	514.333.172
Resultado básico por ação - euros	0,04	0,05
Resultado diluído por ação - euros	0,04	0,05

Nos trimestres apresentados não existiram quaisquer efeitos dilutivos com impacto no resultado líquido por ação, pelo que este é igual ao resultado básico por ação.

18. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS CLASSIFICADOS DE ACORDO COM AS CATEGORIAS DA IAS 39 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS: RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

As políticas contábilísticas previstas na IAS 39 para os instrumentos financeiros foram aplicadas aos seguintes itens:

ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS CLASSIFICADOS DE ACORDO COM AS CATEGORIAS DO IAS 39 A 31 DE DEZEMBRO DE 2013

	EMPRÉSTIMOS E VALORES A RECEBER	ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE	DERIVADOS DE COBERTURA
ATIVOS				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 19)	74.380	-	-	-
Contas a receber - clientes (Nota 20)	276.630	-	-	-
Contas a receber - outros	33.235	-	-	-
Ativos disponíveis para venda (Nota 23)	-	19.329	-	-
TOTAL ATIVOS FINANCEIROS	384.245	19.329	-	-
PASSIVOS				
Empréstimos obtidos (Nota 26)	-	-	-	-
Contas a pagar - fornecedores (Nota 27)	-	-	-	-
Contas a pagar - outros	-	-	-	-
Acréscimos de custos	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivados (Nota 30)	-	-	-	2.814
TOTAL PASSIVOS FINANCEIROS	-	-	-	2.814

	OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS	TOTAL ATIVOS / PASSIVOS FINANCEIROS	ATIVOS/ PASSIVOS NÃO FINANCEIROS	TOTAL
ATIVOS				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 19)	-	74.380	-	74.380
Contas a receber - clientes (Nota 20)	-	276.630	-	276.630
Contas a receber - outros	-	33.235	4.937	38.172
Ativos disponíveis para venda (Nota 23)	-	19.329	-	19.329
TOTAL ATIVOS FINANCEIROS	-	403.574	4.937	408.511
PASSIVOS				
Empréstimos obtidos (Nota 26)	1.141.670	1.141.670	-	1.141.670
Contas a pagar - fornecedores (Nota 27)	296.715	296.715	108	296.823
Contas a pagar - outros	70.748	70.748	-	70.748
Acréscimos de custos	129.901	129.901	-	129.901
Instrumentos financeiros derivados (Nota 30)	-	2.814	-	2.814
TOTAL PASSIVOS FINANCEIROS	1.639.034	1.641.848	108	1.641.956

ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS CLASSIFICADOS
DE ACORDO COM AS CATEGORIAS DO IAS 39
A 31 DE MARÇO DE 2014

	EMPRÉSTIMOS E VALORES A RECEBER	ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE	DERIVADOS DE COBERTURA
ATIVOS				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 19)	22.898	-	-	-
Contas a receber - clientes (Nota 20)	288.034	-	-	-
Contas a receber - outros	26.159	-	-	-
Ativos disponíveis para venda (Nota 23)	-	18.759	-	-
TOTAL ATIVOS FINANCEIROS	337.091	18.759	-	-
PASSIVOS				
Empréstimos obtidos (Nota 26)	-	-	-	-
Contas a pagar - fornecedores (Nota 27)	-	-	-	-
Contas a pagar - outros	-	-	-	-
Acréscimos de custos	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivados (Nota 30)	-	-	-	2.879
TOTAL PASSIVOS FINANCEIROS	-	-	-	2.879

	OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS	TOTAL ATIVOS / PASSIVOS FINANCEIROS	ATIVOS/ PASSIVOS NÃO FINANCEIROS	TOTAL
ATIVOS				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 19)	-	22.898	-	22.898
Contas a receber - clientes (Nota 20)	-	288.034	-	288.034
Contas a receber - outros	-	26.159	8.165	34.324
Ativos disponíveis para venda (Nota 23)	-	18.759	-	18.759
TOTAL ATIVOS FINANCEIROS	-	355.849	8.165	364.015
PASSIVOS				
Empréstimos obtidos (Nota 26)	1.071.317	1.071.317	-	1.071.317
Contas a pagar - fornecedores (Nota 27)	283.632	283.632	111	283.743
Contas a pagar - outros	59.837	59.837	-	59.837
Acréscimos de custos	145.756	145.756	-	145.756
Instrumentos financeiros derivados (Nota 30)	-	2.879	-	2.879
TOTAL PASSIVOS FINANCEIROS	1.560.542	1.563.421	111	1.563.532

Os saldos de impostos a recuperar e impostos a pagar, dada a sua natureza, foram considerados como instrumentos financeiros não abrangidos pela IFRS 7. De igual forma, as rubricas de pagamentos antecipados e proveitos diferidos não foram consideradas nesta desagregação por serem constituídas por saldos não abrangidos no âmbito da IFRS 7.

É entendimento do Conselho de Administração do Grupo que o justo valor das classes de instrumentos financeiros registados ao custo amortizado e dos registados ao valor presente dos pagamentos não difere de forma significativa do seu valor contabilístico, atendendo às condições contratuais de cada um desses instrumentos financeiros.

19. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de março de 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31-12-2013 REEXPRESSO	31-03-2014
Caixa	1.085	1.527
Depósitos à ordem	13.093	9.983
Depósitos a prazo i)	60.202	11.388
	74.380	22.898

i) Em 31 de março de 2014, os depósitos a prazo têm maturidades de curto prazo e vencem juros a taxas de mercado.

20. CONTAS A RECEBER – CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de março de 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

CONTAS A RECEBER - CLIENTES

	31-12-2013 REEXPRESSO	31-03-2014
Contas a receber de clientes	216.374	224.367
Contas a receber de clientes de cobrança duvidosa	180.609	178.207
Valores a faturar	60.030	63.714
	457.013	466.288
Imparidade de contas a receber de clientes	(180.383)	(178.254)
	276.630	288.034

IMPARIDADE DAS CONTAS A RECEBER

O resumo dos movimentos ocorridos nos ajustamentos por imparidade foram os seguintes:

IMPARIDADE DAS CONTAS A RECEBER

	3M 13 REEXPRESSO	3M 14
SALDOS EM 1 DE JANEIRO	131.763	180.383
Aumentos e reduções (Nota 11)	5.254	(2.969)
Utilizações / Outros	33	840
SALDOS EM 31 DE MARÇO	137.050	178.254

21. IMPOSTOS A PAGAR E A RECUPERAR

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de março de 2014, estas rubricas têm a seguinte composição:

IMPOSTO A PAGAR E RECUPERAR

	31-12-2013 REEXPRESSO		31-03-2014	
	DEVEDOR	CREDOR	DEVEDOR	CREDOR
CORRENTE				
Imposto sobre o Valor Acrescentado	2.337	17.954	548	16.936
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	9.065	-	8.565	-
Segurança Social	-	1.957	-	1.888
Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares	-	2.107	-	1.423
Outros	428	974	430	271
	11.830	22.992	9.543	20.518
NÃO CORRENTE				
Administração fiscal (Nota 33.3)	7.705	-	7.705	-
Provisão	(3.479)	-	(3.479)	-
	4.226	-	4.226	-
	16.056	22.992	13.769	20.518

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de março de 2014, os montantes a receber e a pagar relativos a IRC têm a seguinte composição:

IMPOSTO A PAGAR E RECUPERAR - IRC

	31-12-2013 REEXPRESSO	31-03-2014
Estimativa do imposto corrente sobre o rendimento i)	(7.365)	(8.182)
Pagamentos por conta	12.838	12.889
Retenções efetuadas a/por terceiros	2.856	3.122
Outros	736	736
	9.065	8.565

i) o montante relativo à estimativa do imposto corrente sobre o rendimento foi registado por contrapartida das seguintes rubricas:

IMPOSTO CORRENTE SOBRE O RENDIMENTO

	31-12-2013 REEXPRESSO	31-03-2014
Imposto corrente (Nota 16)	(6.148)	(735)
Alteração de perímetro (Nota 4)	(1.500)	-
Estimativa de imposto do exercício anterior	-	(7.365)
Outros	283	(82)
	(7.365)	(8.182)

22. INVESTIMENTOS EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E ASSOCIADAS

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de março de 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

INVESTIMENTOS EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E ASSOCIADAS

	31-12-2013 REEXPRESSO	31-03-2014
PARTES DE CAPITAL - EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL		
Sport TV	29.769	30.236
Dreamia	1.687	2.024
Finstar	(13.466)	(9.575)
Mstar	(321)	(393)
Upstar	53	56
Distodo	(125)	(121)
Canal 20 TV, S.A.	5	5
ZON II	50	50
ZON III	50	50
Big Picture 2 Films	-	(2)
	17.702	22.330
ATIVO	31.614	32.422
PASSIVO (NOTA 28)	(13.912)	(10.092)

A rubrica de Investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas registou a seguinte evolução nos trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2014:

INVESTIMENTOS EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E ASSOCIADAS

MOVIMENTOS NOS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2013 E 2014

	3M 13 REEXPRESSO	31-03-2014
SALDO EM 1 DE JANEIRO	13.539	17.702
Ganhos/ (perdas) do exercício (Nota 12)	1.299	4.903
Variações em capital próprio i)	(110)	(275)
SALDO EM 31 DE MARÇO	14.728	22.330

i) Montantes relativos às variações patrimoniais das empresas registadas pelo método de equivalência patrimonial que dizem respeito predominantemente aos impactos cambiais dos investimentos em moeda diferente do euro.

O interesse do Grupo nos resultados e nos ativos e passivos das empresas controladas conjuntamente e associadas, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e ao trimestre findo em 31 de março de 2014, é o seguinte:

INVESTIMENTOS EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E ASSOCIADAS – DEZEMBRO 2013

VALORES EM MILHARES DE EUROS

ENTIDADE	ATIVOS	PASSIVOS	RÉDITOS	RESULTADO LÍQUIDO	% DETIDA	GANHOS / (PERDAS) ATRIBUÍDAS AO GRUPO
Sport TV	119.279	59.496	123.967	(5.807)	50,00%	(2.904)
Dreamia	10.743	7.215	2.083	(103)	50,00%	(52)
Finstar	46.070	90.749	143.896	22.436	30,00%	6.731
Mstar	4.721	5.865	9.960	1.091	30,00%	327
Upstar	42.861	42.684	50.149	51	30,00%	15
Distodo	283	532	742	(455)	50,00%	(227)
Canal 20 TV, S.A.	66	57	-	-	50,00%	-
ZON II	50	-	-	-	100,00%	-
ZON III	50	-	-	-	100,00%	-
Big Picture 2 Films	681	683	3.874	(76)	20,00%	(15)

INVESTIMENTOS EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E ASSOCIADAS – MARÇO 2014

VALORES EM MILHARES DE EUROS

ENTIDADE	ATIVOS	PASSIVOS	RÉDITOS	RESULTADO LÍQUIDO	% DETIDA	GANHOS / (PERDAS) ATRIBUÍDAS AO GRUPO
Sport TV	111.266	50.387	28.831	1.096	50,00%	548
Dreamia	12.108	7.908	1.232	673	50,00%	336
Finstar	47.296	79.212	45.103	13.032	30,00%	3.909
Mstar	6.221	7.302	3.299	345	30,00%	103
Upstar	45.290	45.100	13.111	12	30,00%	4
Distodo	128	369	186	8	50,00%	4
Canal 20 TV, S.A.	66	57	-	-	50,00%	-
ZON II	50	-	-	-	100,00%	-
ZON III	50	-	-	-	100,00%	-
Big Picture 2 Films	934	944	790	(8)	20,00%	(3)

23. ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de março de 2014, a rubrica de ativos financeiros disponíveis para venda tem a seguinte composição:

ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

	31-12-2013 REEXPRESSO	31-03-2014
Fundo de investimento para o cinema e audiovisual ("FICA")	19.246	18.676
Outros	83	83
	19.329	18.759

O saldo reconhecido nesta rubrica refere-se essencialmente ao Fundo de Investimento para o Cinema e Audiovisual constituído em 2007, dando cumprimento ao previsto no artigo 67º do DL nº 227/2006, de 15 de novembro. Este fundo tem por objeto o investimento em obras cinematográficas, audiovisuais e multiplataforma, com vista a aumentar e melhorar a oferta e o valor potencial dessas produções. A ZON OPTIMUS subscreveu 30,12% das unidades de participação deste fundo conjuntamente com outras empresas do meio audiovisual. Na rubrica de "Contas a pagar - outras" encontra-se registado o valor da obrigação assumida de contribuir para o fundo, no montante de 17.500 milhares de euros, que corresponde ao valor presente das prestações em dívida.

Com base nas últimas contas divulgadas do fundo e nas estimativas do valor de recuperação dos ativos (Nota 15), foi registado uma perda por imparidade de 570 milhares de euros durante o trimestre findo em 31 de março de 2014.

24. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e o trimestre findo em 31 de março de 2014, esta rubrica tinha a seguinte composição:

ATIVOS INTANGÍVEIS

	31-12-2013 REEXPRESSO	31-03-2014
CUSTO DE AQUISIÇÃO		
Propriedade industrial e outros direitos	1.346.936	1.352.069
<i>Goodwill</i>	605.220	605.220
Outros ativos intangíveis	11.942	13.301
Ativos intangíveis em curso	24.011	23.560
	1.988.109	1.994.150
AMORTIZAÇÕES E PERDAS DE IMPARIDADE ACUMULADAS		
Propriedade industrial e outros direitos	841.751	855.149
Outros ativos intangíveis	9.925	10.744
	851.676	865.893
	1.136.433	1.128.257

Em 31 de março de 2014, a rubrica "Propriedade industrial e outros direitos" inclui, essencialmente:

- (1) um montante líquido de 71.673 milhares de euros (2013: 73.552 milhares euros) relativo ao contrato de aquisição exclusiva de capacidade em satélites celebrado pela ZON TV Cabo com a Hispasat, o qual foi registado como locação financeira;
- (2) um montante líquido de 167.915 milhares de euros, correspondentes sobretudo ao investimento, líquido de amortizações, realizado no desenvolvimento da rede UMTS pela Optimus, nos quais se incluem: (i) 50.255 milhares de euros relativos à licença, (ii) 16.792 milhares de euros relativos ao contrato celebrado em 2002 entre a Oni Way e os restantes três operadores de telecomunicações móveis a operar em Portugal, (iii) 5.157 milhares de euros relativos à contribuição, estabelecida em 2007, para o Capital Social da Fundação para as Comunicações Móveis no âmbito do acordo celebrado entre o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e os três operadores de telecomunicações a operar em Portugal e (iv) 82.827 milhares de euros relativos ao programa Iniciativas E; e ao montante líquido de 8.697 milhares de euros correspondente à valorização da licença no âmbito da alocação do justo valor decorrente da operação de fusão (Nota 4);
- (3) um montante líquido de 103.729 milhares de euros correspondente à aquisição dos direitos de utilização de frequências (espectro) nas bandas dos 800 MHz, 1800 MHz e 2600 MHz, utilizadas para desenvolvimento de serviços de 4ª geração (LTE – Long Term Evolution) e um montante líquido de 3.624

milhares de euros correspondente à valorização da licença no âmbito da alocação do justo valor decorrente da operação de fusão (Nota 5). No final do trimestre findo em 31 de março de 2014 e considerando a disponibilização da tecnologia LTE, embora sujeita a restrições em algumas zonas do país, uma parcela do valor de aquisição dos direitos de utilização de frequências (espectro) de serviços de 4ª geração (LTE – Long Term Evolution), no montante de 16.550 milhares de euros, encontra-se ainda registada em Ativos intangíveis em curso;

(4) um montante líquido de aproximadamente 43.548 milhares de euros correspondentes à valorização da carteira de clientes da Optimus no âmbito do processo de alocação do justo valor decorrente da operação de fusão (Nota 4);

(5) montantes líquidos capitalizados de aproximadamente 22.927 milhares de euros e 22.506 milhares de euros correspondentes aos encargos com angariação de clientes e direitos futuros de utilização de filmes e séries, respetivamente (Nota 1).

TESTE DE IMPARIDADE AO GOODWILL

O Goodwill foi alocado às unidades geradoras de fluxos de caixa de cada segmento reportável, conforme segue:

GOODWILL POR SEGMENTO

	31-12-2013 REEXPRESSO	31-03-2014
Telco	528.619	528.619
Audiovisuais	76.601	76.601
	605.220	605.220

Em 2013, foram efetuados testes de imparidade com base em avaliações do valor em uso e de acordo com o método dos fluxos de caixa descontados, as quais sustentam a recuperabilidade da quantia escriturada do Goodwill. Os valores destas avaliações são suportados pelas performances históricas e pelas expectativas de desenvolvimento dos negócios e dos respetivos mercados, consubstanciadas em planos de médio/longo prazo aprovados pela Administração.

Nestas estimativas consideraram-se os seguintes pressupostos:

IMPARIDADE AO GOODWILL

	SEGMENTO TELCO	SEGMENTO AUDIOVISUAIS	
		ZON LM AUDIOVISUAIS	ZON LM CINEMAS
Taxa de desconto (antes de impostos)	9,0%	9,0%	9,0%
Período de avaliação	5 anos	5 anos	3 anos
Crescimento EBITDA*	5,2%	-3,7%	1,8%
Taxa de crescimento na perpetuidade	2,0%	2,0%	2,0%

* EBITDA = Resultado operacional + Depreciações e amortizações (CAGR)

A taxa de crescimento negativa para o período de 5 anos da ZON LM Audiovisuais deve-se à queda prevista nos preços para o exercício de 2014, com impacto significativo em EBITDA, não compensado pelo crescimento EBITDA estimado para os restantes anos do período explícito.

O número de anos explícitos adotados nos testes de imparidade resulta do grau de maturidade dos respetivos negócios e mercado, tendo sido determinados com base no considerado mais apropriado para a valorização de cada unidade geradora de fluxos caixa.

Foram efetuadas análises de sensibilidade às variações das taxas de desconto em aproximadamente 10% das quais não resultaram quaisquer imparidades.

Foram ainda efetuadas análise de sensibilidade para uma taxa de crescimento na perpetuidade de 0% das quais não resultaram igualmente quaisquer imparidades.

A 31 de março de 2014, foi entendido que os pressupostos assumidos nos testes de imparidade realizados em 2013 não tiveram variações relevantes.

25. ATIVOS TANGÍVEIS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e o trimestre findo em 31 de março de 2014, esta rubrica tinha a seguinte composição:

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

	31-12-2013 REEXPRESSO	31-03-2014
CUSTO DE AQUISIÇÃO		
Terrenos e recursos naturais	1.244	1.244
Edifícios e outras construções	289.570	289.872
Equipamento básico	2.145.368	2.157.285
Equipamento de transporte	10.848	10.974
Ferramentas e utensílios	1.226	1.227
Equipamento administrativo	289.813	295.257
Outros ativos tangíveis	39.886	40.326
Ativos tangíveis em curso	29.193	31.497
	2.807.148	2.827.682
DEPRECIAÇÃO E PERDAS DE IMPARIDADE ACUMULADA		
Edifícios e outras construções	130.827	140.512
Equipamento básico	1.271.571	1.295.411
Equipamento de transporte	4.228	4.451
Ferramentas e utensílios	1.204	1.206
Equipamento administrativo	264.817	270.122
Outros ativos tangíveis	37.678	38.244
	1.710.325	1.749.946
	1.096.823	1.077.736

O valor líquido dos ativos fixos tangíveis é composto maioritariamente por equipamento básico dos quais se destaca:

- i) todo o equipamento terminal de rede instalado nos clientes , incluídos na rubrica de Equipamento básico cujo montante líquido ascende a 174,7 milhões de euros.
- ii) toda a rede e infraestruturas de telecomunicações (rede de fibra ótica e cablagens, equipamentos de rede, e outros equipamentos) no montante de 687,2 milhões de euros;

O custo de aquisição dos "Ativos fixos tangíveis" e "Ativos Intangíveis" detidos pelo Grupo no âmbito de contratos de locação financeira, em 31 de dezembro de 2013 e 31 de março de 2014, ascendia a 167,3 milhões de euros e a 167,5 milhões de euros, sendo o seu valor líquido contabilístico, nessas datas, de 113,4 milhões de euros e 109,3 milhões de euros, respetivamente.

Os ativos fixos tangíveis e intangíveis incluem juros suportados e outros encargos financeiros incorridos, diretamente relacionados com a construção de determinados ativos fixos tangíveis ou intangíveis em curso.

Em 31 de março de 2014, o total do valor líquido destes custos ascende a 12,7 milhões de euros. Os valores capitalizados no trimestre findo em 31 de março de 2014 foram de 345 milhares de euros.

26. EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de março de 2014, o detalhe de empréstimos obtidos é como segue:

EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

	31-12-2013 REEXPRESSO		31-03-2014	
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	CORRENTE	NÃO CORRENTE
EMPRÉSTIMOS - VALOR NOMINAL	184.969	813.945	316.874	619.058
Empréstimos obrigacionistas	157.100	340.000	297.050	200.000
Papel comercial	20.000	375.000	15.000	320.000
Empréstimos externos	-	98.945	-	99.058
Empréstimos nacionais	3.609	-	-	-
Descobertos bancários	4.260	-	4.824	-
EMPRÉSTIMOS - ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	2.484	(2.406)	(100)	(1.668)
LOCAÇÕES FINANCEIRAS	25.978	116.700	22.791	114.362
Contratos de longa duração	17.426	106.559	15.960	105.307
Outros	8.552	10.141	6.831	9.055
	213.431	928.239	339.565	731.752

O custo médio de financiamento das linhas utilizadas durante o trimestre findo a 31 de março de 2014 foi de aproximadamente 5,02% (5,07% em 2013).

26.1. EMPRÉSTIMOS OBRIGACIONISTAS

A Empresa tem obrigações emitidas, através de três instituições bancárias, no montante global de 157,1 milhões de euros, com maturidade em 2014 e com pagamento de juros semestrais e reembolso ao par no final do contrato.

Em junho de 2012, a ZON OPTIMUS lançou uma Oferta Pública de Subscrição de Obrigações, destinada ao público em geral, denominada "Obrigações ZON Multimédia 2012-2015", através da qual emitiu 200 milhões de euros com uma maturidade de 3 anos e pagamento de juros semestrais a taxa fixa.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2013, e na sequência da operação de fusão (Nota 4), foi cedido à ZON OPTIMUS o empréstimo obrigacionista de 40 milhões de euros contratado pela Sonaecom

em março de 2010. O empréstimo vence juros a taxas variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Esta emissão foi organizada e montada, respetivamente, pelo Banco Espírito Santo de Investimento e pela Caixa – Banco de Investimento.

Ainda na sequência da operação de fusão foi ainda cedido à ZON OPTIMUS o empréstimo obrigacionista de 100 milhões de euros contratado pela Sonaecom em setembro de 2011. O empréstimo vence juro a taxas variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Esta emissão foi organizada e montada pelo BNP Paribas, ING Belgium SA/NV e Portigon AG (anteriormente conhecido como WestLB AG). Durante o período findo em 31 de dezembro de 2013, Portigon AG transferiu toda a sua participação de 33,3 milhões de euros no empréstimo obrigacionista para Erste Abwicklungsanstalt ("EAA"), uma entidade estatal alemã.

Ao valor destes financiamentos foi acrescido o montante líquido de 5.540 milhares de euros, correspondente aos respetivos juros e comissões e registados na rubrica Empréstimos - acréscimos e diferimentos.

26.2. PAPEL COMERCIAL

A Empresa tem uma dívida de 335 milhões de euros, sob a forma de papel comercial, contratada com seis instituições bancárias, correspondendo a cinco programas, vencendo juros a taxas de mercado. Estão classificados como não correntes os programas agrupados de papel comercial com maturidade superior a 1 ano no valor de 320 milhões de euros, uma vez que a Empresa tem capacidade de renovação unilateral das emissões atuais até à maturidade dos programas e os mesmos têm subscrição garantida pelo organizador. Desta forma, o valor em questão, apesar de ter vencimento corrente, foi classificado como sendo não corrente para efeitos de apresentação na demonstração da posição financeira. Os restantes programas, face à liquidação prevista, foram classificados como correntes.

Ao valor deste financiamento foi deduzido o montante líquido de 7.413 milhares de euros, correspondente aos juros e comissões e registados na rubrica Empréstimos - acréscimos e diferimentos.

26.3. EMPRÉSTIMOS EXTERNOS

A ZON OPTIMUS e a ZON TV Cabo assinaram com o Banco Europeu de Investimento, em setembro de 2009, um Contrato de Financiamento do Projeto Next Generation Network no montante de 100 milhões de euros. Este contrato tem vencimento em setembro de 2015 e destina-se à realização de investimentos relativos à implementação da rede de nova geração. Ao valor deste financiamento foi deduzido o montante de 942 milhares de euros, correspondendo ao benefício associado ao facto do financiamento apresentar uma taxa bonificada.

Adicionalmente, em novembro de 2013, a ZON OPTIMUS assinou um Contrato de Financiamento com o

Banco Europeu de Investimento no montante de 110 milhões de euros para apoio ao desenvolvimento da rede de banda larga móvel em Portugal. Este contrato tem vencimento até um período máximo de 8 anos a contar da utilização do montante acordado, facto que não ocorreu até 31 de março de 2014.

26.4. LOCAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de março de 2014, a rubrica contratos de longa duração respeita predominantemente aos contratos celebrados pela ZON TV Cabo de aquisição exclusiva de capacidade em satélites, aos contratos celebrados pela ZON TV Cabo e Be Artis referentes à aquisição de direitos de utilização de capacidade de rede de distribuição e ao contrato celebrado pela ZON LM Cinemas referente a aquisição de equipamento digital para os cinemas.

Estes acordos de médio e longo prazo em que o Grupo tem o direito de utilizar um ativo específico são registados como locação financeira de acordo com a IAS 17 - Locações e com a IFRIC 4 - "Determinar se um acordo contém uma locação".

LOCAÇÕES FINANCEIRAS – PAGAMENTOS

	31-12-2013 REEXPRESSO	31-03-2014
Até 1 ano	28.123	27.170
Entre 1 e 5 anos	67.506	69.407
Mais de 5 anos	78.907	74.222
	174.536	170.799
Custos financeiros futuros (locação)	(31.858)	(33.646)
VALOR ATUAL DAS LOCAÇÕES FINANCEIRAS	142.678	137.153

LOCAÇÕES FINANCEIRAS – VALOR ATUAL

	31-12-2013 REEXPRESSO	31-03-2014
Até 1 ano	25.978	22.791
Entre 1 e 5 anos	50.322	51.304
Mais de 5 anos	66.378	63.058
	142.678	137.153

Todos os empréstimos bancários obtidos (com exceção das obrigações ZON Multimédia 2012-2015 e papéis comerciais no montante de 75 milhões de euros) e locações financeiras contratadas, estão negociados a taxas de juro variáveis no curto prazo, pelo que o seu valor contabilístico se aproxima do seu justo valor.

A maturidade dos empréstimos obtidos contratados é a seguinte:

MATURIDADE DOS EMPRÉSTIMOS

	31-12-2013 REEXPRESSO			31-03-2014		
	MENOS DE 1 ANO	ENTRE 1 E 5 ANOS	MAIS DE 5 ANOS	MENOS DE 1 ANO	ENTRE 1 E 5 ANOS	MAIS DE 5 ANOS
Empréstimos obrigacionistas	155.052	338.928	-	303.237	199.353	-
Papel comercial	16.159	373.678	-	8.608	318.979	-
Empréstimos externos	(220)	98.932	-	-	99.058	-
Empréstimos nacionais	12.202	-	-	105	-	-
Descobertos bancários	4.260	-	-	4.824	-	-
Locações financeiras	25.978	50.322	66.378	22.791	51.304	63.058
	213.431	861.861	66.378	339.565	668.694	63.058

27. CONTAS A PAGAR – FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de março de 2014, as contas a pagar a fornecedores e outras entidades têm a seguinte composição:

CONTAS A PAGAR - FORNECEDORES

	31-12-2013 REEXPRESSO	31-03-2014
Fornecedores conta corrente	296.715	283.632
Adiantamentos de clientes	108	111
	296.823	283.743

28. PROVISÕES

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de março de 2014, as provisões têm a seguinte composição

PROVISÕES

	31-12-2013 REEXPRESSO	31-03-2014
Processos judiciais em curso e outros - i)	16.530	39.985
Investimentos financeiros - ii)	13.912	10.092
Desmantelamento e remoção de ativos - iii)	14.509	14.412
Passivos contingentes - iv)	34.931	10.524
Contingências diversas - v)	21.887	19.780
	101.770	94.793

- i) O montante apresentado na rubrica "Processos judiciais em curso e outros" corresponde a provisões para fazer face a processos legais e fiscais em curso dos quais se destacam:
- Processo de contraordenação no valor de cerca de 4,5 milhões de euros, instaurado pela Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd) contra a subsidiária Optimus, por alegada violação de normas relacionadas com a proteção legal de dados. Durante a fase de projeto de decisão, a Optimus alegou, por um lado, um conjunto de vícios processuais e, por outro, um conjunto de argumentos de facto e de direito que o Conselho de Administração entendia imporem uma decisão final de arquivamento do processo contraordenacional. No entanto, no dia 16 de janeiro de 2014, a Optimus recebeu a Nota de Liquidação referente à coima aplicada pela CNPD, em relação à qual irá recorrer para os tribunais judiciais, sendo convicção do Conselho de Administração a obtenção de uma decisão favorável;
 - Processo que a PT intentou contra a ZON TV Cabo Madeirense no valor de cerca de 1,6 milhões de euros relativo a alegada utilização de condutas, prestação de MID, prestação de serviço Vídeo/Áudio, despesas de operação, manutenção e gestão de cabo submarino Madeira/Porto Santo e utilização de dois troços de fibra ótica (Nota 33.4);
 - Cedência de créditos futuros: no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Optimus foi notificada do Relatório da Inspeção Tributária, onde se considera que é indevido o acréscimo, no apuramento do lucro tributável do exercício de 2008, do montante de 100 milhões de euros, respeitante ao preço inicial dos créditos futuros cedidos para titularização. Atendendo ao princípio da periodização do lucro tributável, a Optimus foi posteriormente, notificada da dedução indevida do montante de 20 milhões de euros, no apuramento do lucro tributável dos exercícios de 2009 (Relatório da Inspeção Tributária e nota de liquidação rececionados em dezembro de 2011 e janeiro de 2012, respetivamente), 2010 (Relatório da Inspeção Tributária e nota de liquidação rececionados em janeiro de 2013 e maio de 2013,

respetivamente) e 2011 (Relatório da Inspeção Tributária rececionado em janeiro de 2014). Dado que o acréscimo efetuado em 2008, não foi aceite por não cumprir o disposto no artigo 18º do CIRC, também nos exercícios seguintes a dedução correspondente aos créditos gerados nesse ano para cumprimento da amortização anual contratada no âmbito da operação (20 milhões por ano durante 5 anos) serão de eliminar no apuramento do lucro tributável. A Optimus impugnou as decisões referentes aos exercícios de 2008, 2009 e 2010 e impugnará em seu devido tempo a decisão referente ao exercício de 2011. Relativamente ao exercício de 2008, o Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto já se pronunciou desfavoravelmente, em março de 2014, tendo a empresa interposto o competente recurso;

- d. Prestações acessórias: a Administração Tributária defende que a Optimus violou o princípio da plena concorrência estatuído no nº 1 do artigo 58º do CIRC, ao ter efetuado prestações acessórias em benefício da sua participada Be Towering, sem ter sido remunerada de harmonia com uma taxa de juro de mercado. Em consequência foi notificada, relativamente aos exercícios de 2004, 2005, 2006 e 2007 de correções ao apuramento do lucro tributável no valor total de 20,5 milhões de euros. A Optimus impugnou as decisões referentes a todos os exercícios. Relativamente ao exercício de 2007, o Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto já se pronunciou desfavoravelmente, tendo a empresa recorrido da decisão.
- ii) O montante apresentado na rubrica "Investimentos financeiros" corresponde às responsabilidades assumidas, para além do investimento efetuado, pelo Grupo perante as entidades associadas e entidades conjuntamente controladas (Nota 22);
- iii) O montante apresentado na rubrica "Desmantelamento e remoção de ativos" refere-se aos encargos estimados futuros, descontados para o valor presente, de acordo com o termo da utilização dos espaços onde se encontram as torres de telecomunicações e cinemas;
- iv) O montante apresentado na rubrica "Passivos contingentes" refere-se a diversas provisões criadas para obrigações presentes não prováveis, no âmbito do processo de fusão por incorporação da Optimus SGPS (Nota 4), dos quais se destacam:
 - a. processo de contraordenação relativo ao alegado incumprimento, pela Optimus, de uma deliberação da Anacom em 26 de outubro de 2005, relativa ao tarifário de terminação de chamadas na rede fixa e que originou a aplicação de uma coima no valor de cerca de 6,5 milhões de euros, aplicada à Optimus, por deliberação do Conselho de Administração da Anacom, em abril de 2012;
 - b. Outros processos fiscais, em relação aos quais o Conselho de Administração entende ser provável a obtenção de sentença favorável à Optimus, mas que considera corresponderem a um Passivo contingente no âmbito do apuramento do justo valor dos passivos assumidos no processo de fusão;

- v) O montante apresentado na rubrica "Contingências diversas" refere-se a provisões para fazer face a riscos relacionados com eventos/diferendos de natureza diversa das quais a sua resolução poderão resultar exfluxos de caixa, e outros passivos prováveis resultantes de transações diversas efetuadas em exercícios anteriores e cuja saída de fundos é provável, nomeadamente, custos imputados ao período corrente ou a períodos passados, em relação aos quais não é possível estimar com grande fiabilidade o momento da concretização da despesa.

Nos trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2014, os movimentos registados nas rubricas de provisões são os seguintes:

PROVISÕES MOVIMENTOS

2013

	31-12-2012 REEXPRESSO	REFORÇO	REDUÇÃO	OUTROS	31-03-2013 REEXPRESSO
Processos judiciais em curso e outros	3.920	-	(400)	-	3.520
Investimentos financeiros	21.540	-	(1.116)	-	20.424
Outros riscos e encargos					
Desmantelamento e remoção de ativos	4.910	-	(81)	-	4.829
	30.371	-	(1.597)	-	28.773

PROVISÕES – MOVIMENTOS

2014

	31-12-2013 REEXPRESSO	ALTERAÇÃO DE PERÍMETRO	REFORÇO	REDUÇÃO	OUTROS	31-03-2014
Processos judiciais em curso e outros	16.530	-	312	(1.185)	24.328	39.985
Investimentos financeiros	13.912	-	-	(3.820)	-	10.092
Outros riscos e encargos						
Desmantelamento e remoção de ativos	14.509	-	225	-	(322)	14.412
Passivos contingentes	34.931	-	-	-	(24.407)	10.524
Contingências diversas	21.887	-	-	(39)	(2.068)	19.780
	101.770	-	537	(5.044)	(2.469)	94.793

A 31 de março de 2014, os movimentos registados em "Outros" no montante de 2.469 milhares referem-se predominantemente à utilização de provisões criadas para indemnizações a colaboradores no montante de 1.533 milhares de euros.

Adicionalmente, durante o trimestre findo em 31 de março de 2014, foram constituídas provisões para processos cuja avaliação de risco foi alterada para provável, na sequência de decisões desfavoráveis recentes, o que levou à reclassificação da rubrica de Passivos contingentes para Processos judiciais em curso e outros de um montante de 24 milhões de euros.

Os movimentos líquidos para os trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2014, refletidos na demonstração do rendimento integral, na rubrica de Provisões decompõem-se da seguinte forma:

PROVISÕES – MOVIMENTOS LÍQUIDOS

	3M 13 REEXPRESSO	3M 14
Provisões (Nota 11)	(400)	(912)
Juros suportados - Desmantelamento de ativos	(81)	225
Investimentos financeiros (Nota 15)	(1.116)	(3.820)
PROVISÕES E AJUSTAMENTOS	(1.597)	(4.507)

29. CAPITAL PRÓPRIO

29.1. CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de março de 2014, o capital social da ZON OPTIMUS ascende a 5.151.613,80 euros e está representado por 515.161.380 ações nominativas, sob forma escritural, com o valor nominal de 1 cêntimo de Euro cada.

Os principais acionistas em 31 dezembro de 2013 e 31 de março de 2014, são:

PRINCIPAIS ACIONISTAS

	31-12-2013		31-03-2014	
	NÚMERO DE AÇÕES	% CAPITAL SOCIAL	NÚMERO DE AÇÕES	% CAPITAL SOCIAL
ZOPT, SGPS, SA ⁽¹⁾	257.632.005	50,01%	257.632.005	50,01%
Banco BPI, SA	23.344.798	4,53%	23.344.798	4,53%
Fundação José Berardo e Metalgest - Sociedade de Gestão, SGPS, SA ⁽²⁾	17.999.249	3,49%	17.999.249	3,49%
Joaquim Alves Ferreira de Oliveira ⁽³⁾	14.955.684	2,90%	14.955.684	2,90%
Sonaecom, SGPS, SA	37.489.324	7,28%	11.012.532	2,14%
Espírito Santo Irmãos, SGPS, SA	15.455.000	3,00%	-	0,00%
TOTAL	366.876.060	71,22%	324.944.268	63,08%

(1) De acordo com as alíneas b) e c) do n.º 1 do Artigo 20.º e Artigo 21.º do Cód.VM, é imputável uma participação qualificada de 52,15% do capital social e direitos de voto da Sociedade, calculada nos termos do artigo 20.º do Cód.VM, à ZOPT, à Sonaecom e às seguintes entidades:

a. Às sociedades Kento Holding Limited e Unitel International Holdings, BV, bem como à Senhora Eng.ª Isabel dos Santos, sendo (i) a Kento Holding Limited e a Unitel International Holdings, BV,

sociedades direta e indiretamente controladas pela Senhora Eng.^a Isabel dos Santos, e (ii) a ZOPT, uma sociedade conjuntamente controlada pelas suas acionistas Kento Holding Limited, Unitel International Holdings, BV e Sonaecom em virtude do acordo parassocial entre estas celebrado;

- b. Às entidades em relação de domínio com a Sonaecom, designadamente, a SONTEL, BV, a Sonae Investments, BV, a SONAE, SGPS, S.A., a EFANOR INVESTIMENTOS, SGPS, S.A. e o Senhor Eng.º Belmiro Mendes de Azevedo, igualmente em virtude da referida relação de domínio e do acordo parassocial mencionado em a.

(2) A Fundação José Berardo é titular de 14.013.761 ações correspondentes a 2,72% do capital social da Sociedade. Por sua vez, a Metalgest - Sociedade de Gestão, SGPS, S.A. é titular de 3.985.488 ações correspondentes a 0,774% do capital social da Sociedade. A posição da Fundação José Berardo é reciprocamente imputada à Metalgest - Sociedade de Gestão, SGPS, S.A.

(3) São imputados os direitos de voto correspondentes a 2,90% do capital social ao Senhor Eng.º Joaquim Francisco Alves Ferreira de Oliveira, uma vez que controla a GRIPCOM, SGPS, S.A., e a Controlinveste International S.à.r.l., que detêm respetivamente 1,36% e 1,55% do capital social da ZON OPTIMUS.

29.2. PRÉMIO DE EMISSÃO DE AÇÕES

Em 27 de agosto de 2013, e na sequência da concretização da operação de fusão entre a ZON e a Optimus SGPS, o capital da Empresa foi aumentado em 856.404.278 euros, correspondendo ao total das ações emitidas (206.064.552 ações), com base na cotação bolsista de fecho do dia 27 de agosto. O aumento de capital detalha-se da seguinte forma:

- i) capital social no montante de 2.060.646 euros;
- ii) prémios por emissão de ações no montante de 854.343.632 euros.

Adicionalmente, foram deduzidos aos prémios de emissão de ações um montante de 125 mil euros relativos a encargos com o respetivo aumento de capital.

O prémio de emissão de ações, está sujeito ao regime aplicável às reservas legais só podendo ser utilizado:

- a) Para cobrir a parte do prejuízo acusado no balanço do exercício que não possa ser coberto pela utilização de outras reservas;

b) Para cobrir a parte dos prejuízos transitados do exercício anterior que não possa ser coberto pelo lucro do exercício nem pela utilização de outras reservas;

c) Para incorporação no capital.

29.3. AÇÕES PRÓPRIAS

A legislação comercial relativa a ações próprias obriga à existência de uma reserva não distribuível de montante igual ao preço de aquisição dessas ações, a qual se torna indisponível enquanto essas ações permanecerem na posse da sociedade. Adicionalmente, as regras contabilísticas aplicáveis determinam que os ganhos ou perdas na alienação de ações próprias sejam registados em reservas.

Em 31 de março de 2014, existiam 743.728 ações próprias, representativas de 0,1444% do capital social (31 de dezembro de 2013: 403.382 ações próprias, representativas de 0,0783% do capital social).

Os movimentos ocorridos nos trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2014 foram como segue:

AÇÕES PRÓPRIAS

	QUANTIDADE	VALOR
SALDO EM 1 DE JANEIRO DE 2013	401.523	914
Aquisição de ações próprias	307.465	1.001
Distribuição de ações próprias	(287.284)	(662)
SALDO EM 31 DE MARÇO DE 2013	421.704	1.253
SALDO EM 1 DE JANEIRO DE 2014	403.382	2.003
Aquisição de ações próprias	2.094.815	11.094
Distribuição de ações próprias	(1.754.469)	(9.172)
SALDO EM 31 DE MARÇO DE 2014	743.728	3.925

29.4. RESERVAS

RESERVA LEGAL

A legislação comercial e os estatutos da ZON OPTIMUS estabelecem que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital.

OUTRAS RESERVAS

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da empresa, apresentadas de acordo com as IAS/IFRS. Assim, em 31 de março de 2014, a ZON OPTIMUS, dispunha de reservas que, pela sua natureza, são consideradas distribuíveis no montante de cerca de 251,4 milhões de euros.

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

30.1. DERIVADOS DE TAXA DE CÂMBIO

O risco de taxa de câmbio está essencialmente relacionado com a exposição decorrente de pagamentos efetuados a determinados produtores de conteúdos audiovisuais e fornecedores de equipamentos para o negócio da TV por subscrição, banda larga e voz. As transações comerciais entre o Grupo e estas entidades encontram-se denominadas maioritariamente em Dólares americanos.

Considerando o saldo de contas a pagar resultante de transações denominadas em moeda diferente da moeda funcional do Grupo, o Grupo ZON OPTIMUS contrata ou pode contratar instrumentos financeiros, nomeadamente forwards cambiais de curto-prazo, de forma a cobrir o risco associado a estes saldos. Na data de fecho da demonstração da posição financeira existem forwards cambiais em aberto de 7.131 milhares de Dólares (31 de dezembro de 2013: 7.550 milhares de Dólares), cujo justo valor ascende a um montante negativo de cerca de 44 milhares de euros (31 de dezembro de 2013: montante negativo de 132 milhares de euros) o qual foi registado no passivo por contrapartida de capitais próprios.

30.2. DERIVADOS DE TAXA DE JURO

Em 31 de março de 2014, a ZON OPTIMUS tem contratados quatro swaps de taxa de juro os quais ascendem a um total de 332.500 milhares de euros (31 de dezembro de 2013: 257.500 milhares de euros), cujas maturidades expiram em 2014 (3 swaps no montante de 257,5 milhões de euros) e 2017 (um swap no montante de 75 milhões de euros). O justo valor dos swaps de taxa de juro, no montante negativo de 2.835 milhares de euros (31 de dezembro de 2013: montante negativo de 2.682 milhares de euros) foi registado no passivo tendo a contrapartida deste montante sido registada em capitais próprios.

DERIVADOS DESIGNADOS COMO COBERTURA DE FLUXOS DE CAIXA

A 31 DE DEZEMBRO DE 2013

	31-12-2013				
	NOCIONAL	ATIVO		PASSIVO	
		CORRENTE	NÃO CORRENTE	CORRENTE	NÃO CORRENTE
Swaps de taxa de juro	257.500	-	-	2.682	-
Forwards de taxa de Câmbio	5.474	-	-	132	-
	262.974	-	-	2.814	-

DERIVADOS DESIGNADOS COMO COBERTURA DE FLUXOS DE CAIXA

A 31 DE MARÇO DE 2014

	31-03-2014				
	NOCIONAL	ATIVO		PASSIVO	
		CORRENTE	NÃO CORRENTE	CORRENTE	NÃO CORRENTE
Swaps de taxa de juro	332.500	-	-	1914	921
Forwards de taxa de Câmbio	5.206	-	-	44	-
	337.706	-	-	1.958	921

Os movimentos ocorridos no trimestres findos a 31 de março de 2013 e 2014 são como seguem:

DERIVADOS – MOVIMENTOS

2013

	31-12-2012	RESULTADO	CAPITAL	31-03-2013
Justo valor do swap taxa de juro	(6.051)	-	1.203	(4.847)
Justo valor dos forwards taxa de câmbio	(45)	-	352	307
DERIVADOS DESIGNADOS COMO COBERTURA DE FLUXOS DE CAIXA	(6.095)	-	1.556	(4.540)
Imposto diferido passivo	-	-	(88)	(88)
Imposto diferido ativo	1.616	-	(332)	1.284
IMPOSTO DIFERIDO	1.616	-	(420)	1.196
	(4.479)	-	1.136	(3.344)

DERIVADOS – MOVIMENTOS

2014

	31-03-2013	RESULTADO	CAPITAL	31-03-2014
Justo valor do swap taxa de juro	(2.682)	-	(153)	(2.835)
Justo valor dos forwards taxa de câmbio	(132)	-	88	(44)
DERIVADOS DESIGNADOS COMO COBERTURA DE FLUXOS DE CAIXA	(2.814)	-	(65)	(2.879)
Imposto diferido passivo	-	-	-	-
Imposto diferido ativo	693	-	17	710
IMPOSTO DIFERIDO	693	-	17	710
	(2.121)	-	(48)	(2.169)

31. GARANTIAS E COMPROMISSOS FINANCEIROS ASSUMIDOS

31.1. GARANTIAS

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de março de 2014, o Grupo apresenta garantias a favor de terceiros correspondentes às seguintes situações:

GARANTIAS E COMPROMISSOS FINANCEIROS ASSUMIDOS

	31-12-2013 REEXPRESSO	31-03-2014
Instituições bancárias i)	100.193	100.200
Administração fiscal ii)	31.219	29.697
Anacom iii)	24.000	-
Outros iv)	19.660	18.996
	175.072	148.892

i) Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de março 2014, este montante refere-se a garantias prestadas pela Optimus relativo ao empréstimo do BEI (Nota 26).

ii) Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de março 2014, este montante refere-se a garantias exigidas pela Administração Fiscal no âmbito de processos fiscais contestados pela Empresa e suas participadas (Nota 33).

iii) Em 31 de dezembro de 2013, este montante refere-se a uma garantia prestada pela Optimus relativa à aquisição do espectro para a 4ª geração. Esta garantia foi cancelada no dia 10 de janeiro de 2014 na sequência da antecipação do plano de pagamento da aquisição do espectro para a 4ª geração.

iv) Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de março 2014, este montante refere-se, essencialmente, a garantias prestadas no âmbito dos processos de Taxas Municipais de Direitos de Passagem, a garantias prestadas a locadores de salas de cinema e a garantias bancárias prestadas às empresas que prestam o serviço de aluguer de capacidade de satélite (Nota 33).

Em 31 de março de 2014, no âmbito do financiamento obtido pela Upstar junto do BES no montante total de 20 milhões de euros, a ZON OPTIMUS assinou uma Livrança no montante, proporcional à participação detida, de 30% do financiamento.

No âmbito dos financiamentos obtidos pela Finstar junto do Banco Caixa Totta, Banco BIC, Banco BNI e BFA, no montante total de 500 milhões de AKZ, 1.845 milhões de AKZ, 898 milhões de AKZ e 1.500

milhões de AKZ, respetivamente, a ZON OPTIMUS assinou quatro Cartas conforto, ficando responsável até 30% do valor total do financiamento. A Carta conforto pelo Banco Caixa Totta também cobre 30% de 7,5 milhões de USD de cartas de crédito documentário para a importação de mercadorias. Adicionalmente, a ZON OPTIMUS assinou uma Livrança, com responsabilidade até 30%, do financiamento da Finstar junto do BFA, no montante de total de 1.500 milhões de AKZ.

No âmbito do financiamento obtido pela SPORT TV, no montante total de 13 milhões de euros, foram prestadas as seguintes garantias: penhor financeiro sobre as ações e novas ações detidas pela ZON OPTIMUS e Sportinveste, SGPS, S.A., hipoteca sobre o edifício da SPORT TV, penhor de direitos resultantes dos contratos SPORT TV, 5 livranças e cessão de créditos com escopo de garantias.

Para além das garantias exigidas pela Administração Fiscal, foram constituídas fianças relativas a processos fiscais em curso. A Sonaecom SGPS constituiu-se fiadora da Optimus, até ao montante de 10.529.619 euros e a ZON OPTIMUS constituiu-se fiadora da Optimus, até ao montante de 1.212.933 euros.

31.2. LOCAÇÕES OPERACIONAIS

As rendas vincendas das locações operacionais apresentam a seguinte maturidade:

LOCAÇÕES OPERACIONAIS

	31-12-2013 REEXPRESSO				31-03-2014			
	RENOVAÇÃO AUTOMÁTICA	MENOS DE 1 ANO	ENTRE 1 E 5 ANOS	MAIS DE 5 ANOS	RENOVAÇÃO AUTOMÁTICA	MENOS DE 1 ANO	ENTRE 1 E 5 ANOS	MAIS DE 5 ANOS
Lojas, cinemas e outros edifícios	4.453	44.380	127.850	46.080	3.878	44.897	124.983	43.103
Torres de telecomunicações	8.240	5.920	15.207	13.511	9.295	4.234	13.122	11.228
Equipamentos	-	101	249	56	-	114	248	57
Viaturas	-	2.397	4.201	-	-	2.229	3.998	-
	12.693	52.799	147.507	59.647	13.173	51.474	142.351	54.388

31.3. OUTROS COMPROMISSOS

COVENANTS

O Empréstimo do BEI, no montante de 100 milhões de euros, com uma maturidade de 5 anos, é destinado exclusivamente ao financiamento do projeto de investimento na rede nova geração, montante este que não poderá, em caso algum, exceder 50% do total do custo do projeto.

Dos empréstimos obtidos (excluindo locações financeiras), para além de estarem sujeitos ao cumprimento pelo Grupo das suas obrigações (operacionais, legais e fiscais) 85% dos mesmos encontram-se sujeitos a

cláusulas de "Cross default", 94,7% encontram-se sujeitos a cláusulas de "Pari Passu", 53,3% encontram-se sujeitos a cláusulas "Ownership" e 63,1% encontram-se sujeitos a cláusulas de "Negative Pledge".

Adicionalmente, cerca de 43,7% do total dos empréstimos obtidos exigem que a dívida financeira líquida consolidada não exceda até 3 vezes o EBITDA consolidado e cerca de 9,3% exigem que a dívida financeira líquida consolidada não exceda até 4 vezes o EBITDA consolidado.

COMPROMISSOS ASSUMIDOS NO ÂMBITO DA OPERAÇÃO DE FUSÃO ENTRE A ZON E A OPTIMUS SGPS

Na sequência da decisão final da Autoridade da Concorrência de não oposição à operação de fusão entre a ZON e a Optimus SGPS foram assumidos os seguintes compromissos:

- a) Assegurar que a Optimus prorroga o prazo de vigência do contrato de partilha recíproca de rede entre a Optimus S.A. e a Vodafone Portugal ("Vodafone");
- b) Assegurar que a Optimus modifica o contrato de partilha recíproca de rede entre a Optimus S.A. e a Vodafone no sentido da não aplicação de limitação de responsabilidade em caso de resolução injustificada ou de resolução justificada por motivo que lhe seja imputável;
- c) Assegurar que a Optimus, durante um determinado período de tempo, não cobrará aos seus clientes de fibra do serviço *triple play* o pagamento de montantes devidos por cláusulas de fidelização em vigor, em caso de pedido de desligamento;
- d) Assegurar que a Optimus estará aberta a negociar, durante um período de tempo, com um terceiro que lho solicite, um contrato que permita o acesso grossista à sua rede de fibra;
- e) Assegurar que a Optimus apresentará e negociará com a Vodafone, durante um determinado período de tempo, um contrato de opção de compra da sua rede de fibra.

OUTROS

Em julho de 2010, a ZON TV Cabo Portugal assinou um contrato com a Liga Portuguesa de Futebol Profissional, tendo assegurado o copatrocinio com a Sociedade Central de Cervejas, por quatro épocas desportivas (2010/2011 a 2013/2014), das competições principal e secundária, denominadas a partir deste contrato como "LIGA ZON SAGRES" (antiga "LIGA SAGRES") e "Segunda LIGA" (antiga "LIGA VITALIS").

32. PARTES RELACIONADAS

32.1. LISTAGEM RESUMO DAS PARTES RELACIONADAS

O resumo detalhado das entidades relacionadas em 31 de março de 2014 é como se segue:

ENTIDADES RELACIONADAS

ENTIDADES RELACIONADAS	
3DO Holding GmbH	Caixa Geral de Depósitos, SA
3shoppings – Holding,SGPS, S.A.	Caixanet – Telecomunicações e Telemática, SA
8ª Avenida Centro Comercial, SA	Canal 20 TV
ADD Avaliações Engenharia de Avaliações e Perícias Ltda	Canasta – Empreendimentos Imobiliários, S.A.
Adlands B.V.	Cape Technologies Limited
Aegean Park, S.A.	Carvemagere-Manut.e Energias Renov., Lda
Agepan Eiweiler Management GmbH	Casa Agrícola de Ambrões, S.A.
Agepan Flooring Products, S.A.RL	Casa da Ribeira – Hotelaria e Turismo, S.A.
Aglom Investimentos, Sgps, S.A.	Cascaishopping – Centro Comercial, S.A.
Águas Furtadas Sociedade Agrícola, SA	Cascaishopping Holding I, SGPS, S.A.
Airone – Shopping Center, Srl	CCCB Caldas da Rainha – Centro Comercial,SA
ALBCC Albuferashopping C.Comercial SA	Centro Colombo – Centro Comercial, S.A.
ALEXA Administration GmbH	Centro Residencial da Maia,Urbán., S.A.
ALEXA Asset GmbH & Co KG	Centro Vasco da Gama – Centro Comercial, S.A.
ALEXA Holding GmbH	Change, SGPS, S.A.
ALEXA Shopping Centre GmbH	Chão Verde – Soc.Gestora Imobiliária, S.A.
Algarveshopping – Centro Comercial, S.A.	Cinclus Imobiliária, S.A.
Alpéssego – Soc. Agrícola, S.A	Cinveste, SGPS, SA
Andar – Sociedade Imobiliária, S.A.	Citorres – Sociedade Imobiliária, S.A.
Apor - Agência para a Modernização do Porto	Coimbrashopping – Centro Comercial, S.A.
Aqualuz – Turismo e Lazer, Lda	Colombo Towers Holding, BV
Arat inmebles, S.A.	Companhia de Pesca e Comércio de Angola (Cosol), SARL
ARP Alverca Retail Park,SA	Companhia Térmica Hectare, ACE
Arrábidasshopping – Centro Comercial, S.A.	Companhia Térmica Tagol, Lda.
Aserraderos de Cuellar, S.A.	Contacto Concessões, SGPS, S.A.
Atelgen-Produção Energia, ACE	Contibomba – Comérc.Distr.Combustíveis, S.A.
Atlantic Ferries – Tráf.Loc.Flu.e Marít, S.A.	Contimobe – Imobil.Castelo Paiva, S.A.
Avenida M – 40 B.V.	Continente Hipermercados, S.A.
Avenida M – 40, S.A.	Contry Club da Maia-Imobiliária, S.A.
Azulino Imobiliária, S.A.	Cooper Gay Swett & Crawford Lt
BA Business Angels, SGPS, SA	Craiova Mall BV
BA Capital, SGPS, SA	Cronosaúde – Gestão Hospitalar, S.A.
Banco BPI, SA	CTE-Central Termoelect. do Estuário, Lda
Banco Espírito Santo, SA	Cumulativa – Sociedade Imobiliária, S.A.
BB Food Service, S.A.	Darbo S.A.S
Beralands BV	Deutsche Industrieholz GmbH
Bertimóvel – Sociedade Imobiliária, S.A.	Digitmarket – Sistemas de Informação, S.A.
BES Vida – Companhia de Seguros, S. A.	Discovery Sports, SA
BHW Beeskow Holzwerkstoffe	Distodo – Distribuição e Logística, Lda.
Big Picture 2 Films, SA	Dortmund Tower GmbH
Blackrock, Inc.	Dos Mares – Shopping Centre B.V.
Bloco Q – Sociedade Imobiliária, S.A.	Dos Mares – Shopping Centre, S.A.
Bloco W – Sociedade Imobiliária, S.A.	Dreamia – Serviços de Televisão, S.A.
Boavista Shopping Centre BV	Dreamia Holding B.V.
BOM MOMENTO – Comércio Retalhista, SA	East Star Ltd

ENTIDADES RELACIONADAS

Ecociclo – Energia e Ambiente, S.A.	Imodivor – Sociedade Imobiliária, S.A.
Ecociclo II	Imoestrutura – Soc.Imobiliária, S.A.
Efanor Investimentos, SGPS, S.A.	Imoferro – Soc.Imobiliária, S.A.
Efanor Serviços de Apoio à Gestão, S.A.	Imohotel – Emp.Turist.Imobiliários, S.A.
El Rosal Shopping, S.A.	Imomuro – Sociedade Imobiliária, S.A.
Emfísico Boavista	Imopenínsula – Sociedade Imobiliária, S.A.
Empreend.Imob.Quinta da Azenha, S.A.	Imoplamac Gestão de Imóveis, S.A.
Enerlousado-Recursos Energéticos, Lda.	Imoponte – Soc.Imobiliária, S.A.
Equador & Mendes, Lda	Imoresort – Sociedade Imobiliária, S.A.
ESAF – Espírito Santo Fundos de Investimento Mobiliário, SA	Imoresultado – Soc.Imobiliária, S.A.
Espimaia – Sociedade Imobiliária, S.A.	Imosedas – Imobiliária e Serviços, S.A.
Espírito Santo Irmãos, SGPS, SA	Imosistema – Sociedade Imobiliária, S.A.
Estação Viana – Centro Comercial, S.A.	Imosona II
Estêvão Neves – SGPS, SA	Impaper Europe GmbH & Co. KG
Euroresinas – Indústrias Químicas, S.A.	Implantação – Imobiliária, S.A.
Farmácia Selecção, S.A.	Infocfield – Informática, S.A.
Fashion Division Canárias, SL	Infosystems-Sociedade de Sistemas de Informação,S.A.
Fashion Division, S.A.	Infratroia, EM
Filmes Mundáfrica, SARL	Inparsi – Gestão Galeria Comercial, S.A.
FINSTAR – Sociedade de Investimentos e Participações, SA	Inparvi SGPS, S.A.
Fozimo – Sociedade Imobiliária, S.A.	Integrum – Energia, SA
Freccia Rossa – Shopping Centre S.r.l.	Integrum ACE, SA
Frieengineering International Ltda	Integrum Colombo Energia, S.A.
Fundação José Berardo	Integrum Martim Longo – Energia, S.A.
Fundo de Invest. Imobiliário Imosede	Interlog – SGPS, S.A.
Fundo I.I. Parque Dom Pedro Shop.Center	Invesaude – Gestão Hospitalar S.A.
Fundo Invest.Imob.Shopp. Parque D.Pedro	Ioannina Development of Shopping Centres, SA
Fundo Investimento para Cinema e Audiovisual	Isoroy SAS
Gaiashopping I – Centro Comercial, S.A.	Joaquim Alves Ferreira de Oliveira
Gaiashopping II – Centro Comercial, S.A.	Kento Holding Limited
Gesgráfica - Projectos Gráficos, Lda	La Farga – Shopping Center, SL
GHP GmbH	Laminate Park GmbH Co. KG
Gli Orsi Shopping Centre 1 Srl	Land Retail B.V.
Glunz AG	Larim Corretora de Resseguros Ltda
Glunz Service GmbH	Larissa Develop. Of Shopping Centers, S.A.
Glunz UK Holdings Ltd	Lazam – MDS Corretora e Administradora de Seguros, S.A.
Glunz Uka GmbH	LCC LeiriaShopping Centro Comercial SA
GMET, ACE	Le Terrazze – Shopping Centre 1 Srl
Golf Time – Golfe e Invest. Turísticos, S.A.	Libra Serviços, Lda.
Grafilme – Sociedade Impressora de Legendas, Lda.	Lidergraf – Artes Gráficas, Lda.
Grupo Visabeira, SGPS, SA	Loop5 Shopping Centre GmbH
Guimarãesshopping – Centro Comercial, S.A.	Loureshopping – Centro Comercial, S.A.
Harvey Dos Iberica, S.L.	Lusitânia – Companhia de Seguros, SA
Herco Consultoria de Riscos e Corretora de Seguros Ltda	Lusitânia Vida – Companhia de Seguros, SA
HighDome PCC Limited	Luz del Tajo – Centro Comercial S.A.
Iberian Assets, S.A.	Luz del Tajo B.V.
Igimo – Sociedade Imobiliária, S.A.	Madeirashopping – Centro Comercial, S.A.
Iginha – Sociedade Imobiliária, S.A.	Maiashopping – Centro Comercial, S.A.
Imoareia – Invest. Turísticos, SGPS, S.A.	Maiequipa – Gestão Florestal, S.A.
Imobiliária da Cacela, S.A.	Mainroad – Serviços em Tecnologias de Informação, S.A.
Imoclub – Serviços Imobiliários, S.A.	Marcas do Mundo – Viag. e Turismo Unip, Lda
Imoconti – Soc.Imobiliária, S.A.	Marcas MC, ZRT

ENTIDADES RELACIONADAS

Marina de Tróia S.A.	Pátio São Bernardo Shopping Ltda
Marinamagic – Expl.Cent.Lúdicos Marít, Lda	Pátio Sertório Shopping Ltda
Marmagno – Expl.Hoteleira Imob., S.A.	Pátio Uberlândia Shopping Ltda
Martimope – Sociedade Imobiliária, S.A.	PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A.
Marvero – Expl.Hoteleira Imob., S.A.	Pharmaconcept – Actividades em Saúde, S.A.
MDS Affinity – Sociedade de Mediação, Lda	PHARMACONTINENTE – Saúde e Higiene, S.A.
MDS Africa SGPS, S.A.	PJP – Equipamento de Refrigeração, Lda
MDS Consultores, S.A.	Plaza Éboli B.V.
MDS Corretor de Seguros, S.A.	Plaza Éboli – Centro Comercial S.A.
MDS Malta Holding Limited	Plaza Mayor Holding, SGPS, SA
MDS SGPS, SA	Plaza Mayor Parque de Ócio BV
MDSAUTO – Mediação de Seguros, SA	Plaza Mayor Parque de Ocio, SA
Megantic BV	Plaza Mayor Shopping BV
Metalgest – Sociedade de Gestão, SGPS, SA	Plaza Mayor Shopping, SA
Miauger – Organização e Gestão de Leilões Electrónicos., S.A.	Ploi Mall BV
MJLF – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Plysorol, BV
Mlearning - Mds Knowledge Centre, Unip, Lda	Poliface North America
Modalfa – Comércio e Serviços, S.A.	PORTCC – Portimãoshopping Centro Comercial, SA
MODALLOOP – Vestuário e Calçado, S.A.	Porturbe – Edifícios e Urbanizações, S.A.
Modelo – Dist.de Mat. de Construção, S.A.	Praedium – Serviços, S.A.
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	Praedium II – Imobiliária, S.A.
Modelo Continente Intenational Trade, SA	Praedium SGPS, S.A.
Modelo Hiper Imobiliária, S.A.	Praesidium Services Limited
Modelo.com – Vendas p/Correspond, S.A.	Predicomercial – Promoção Imobiliária, S.A.
Movelpartes – Comp.para Ind.Mobiliária, S.A.	Predilugar - Sociedade Imobiliária, SA
Movimento Viagens – Viag. e Turismo U.Lda	Prédios Privados Imobiliária, S.A.
Mstar, SA	Predisedas – Predial das Sedas, S.A.
Mundo Vip – Operadores Turísticos, S.A.	Pridelease Investments, Ltd
Munster Arkaden, BV	Proj. Sierra Germany 4 (four) – Sh.C.GmbH
Norges Bank	Proj.Sierra Germany 2 (two) – Sh.C.GmbH
Norscut – Concessionária de Scut Interior Norte, S.A.	Proj.Sierra Italy 1 – Shop.Centre Srl
Norteshopping – Centro Comercial, S.A.	Proj.Sierra Italy 3 – Shop. Centre Srl
Norteshopping Retail and Leisure Centre, BV	Proj.Sierra Italy 5 – Dev. Of Sh.C.Srl
Nova Equador Internacional,Ag.Viag.T, Ld	Project SC 1 BV
Nova Equador P.C.O. e Eventos	Project SC 2 BV
Ongoing Strategy Investments, SGPS, SA	Project Sierra 2 B.V.
Operscut – Operação e Manutenção de Auto-estradas, S.A.	Project Sierra 6 BV
OSB Deutschland GmbH	Project Sierra 7 BV
PantheonPlaza BV	Project Sierra 8 BV
Paracentro – Gest.de Galerias Com., S.A.	Project Sierra 9 BV
Pareuro, BV	Project Sierra Brazil 1 B.V.
Park Avenue Develop. of Shop. Centers S.A.	Project Sierra Charagionis 1 S.A.
Parque Atlântico Shopping – C.C., S.A.	Project Sierra Four, SA
Parque D. Pedro 1 B.V.	Project Sierra Germany Shop. Center 1 BV
Parque D. Pedro 2 B.V.	Project Sierra Germany Shop. Center 2 BV
Parque de Famalicão – Empr. Imob., S.A.	Project Sierra Spain 1 B.V.
Parque Principado SL	Project Sierra Spain 2 – Centro Comer. S.A.
Pátio Boavista Shopping Ltda.	Project Sierra Spain 2 B.V.
Pátio Campinas Shopping Ltda	Project Sierra Spain 3 – Centro Comer. S.A.
Pátio Goiânia Shopping Ltda	Project Sierra Spain 3 B.V.
Pátio Londrina Empreend. e Particip. Ltda	Project Sierra Spain 6 B.V.
Pátio Penha Shopping Ltda.	Project Sierra Spain 7 B.V.

ENTIDADES RELACIONADAS	
Project Sierra Three Srl	Sierra Developments Italy S.r.l.
Project Sierra Two Srl	Sierra Developments Romania, Srl
Promessa Sociedade Imobiliária, S.A.	Sierra Developments Spain – Prom.C.Com.SL
Prosa – Produtos e serviços agrícolas, S.A.	Sierra Developments, SGPS, S.A.
Público – Comunicação Social, S.A.	Sierra Enplanta Ltda
Puravida – Viagens e Turismo, S.A.	Sierra European R.R.E. Assets Hold. B.V.
Racionaliz. y Manufact.Florestales, S.A.	Sierra GP Limited
RASO - Viagens e Turismo, S.A.	Sierra Investimentos Brasil Ltda
RASO, SGPS, S.A.	Sierra Investments (Holland) 1 B.V.
Rio Sul – Centro Comercial, S.A.	Sierra Investments (Holland) 2 B.V.
River Plaza Mall, Srl	Sierra Investments Holding B.V.
River Plaza, BV	Sierra Investments SGPS, S.A.
Rochester Real Estate, Limited	Sierra Management Germany GmbH
Ronfegen-Recursos Energéticos, Lda.	Sierra Management Italy S.r.l.
RSI Corretora de Seguros Ltda	Sierra Management Romania, Srl
S.C. Microcom Doi Srl	Sierra Management Spain – Gestión C.Com.S.A.
Saphety – Transacciones Electronicas SAS	Sierra Management, SGPS, S.A.
Saphety Brasil Transações Eletrônicas Ltda.	Sierra Portugal, S.A.
Saphety Level – Trusted Services, S.A.	SII – Soberana Invest. Imobiliários, S.A.
Saúde Atlântica – Gestão Hospitalar, S.A.	SIRS – Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A.
SC – Consultadoria, S.A.	SISTAVAC, S.A.
SC – Eng. e promoção imobiliária,SGPS, S.A.	SKK – Central de Distr., S.A.
SC Aegean B.V.	SKK SRL
SC Assets SGPS, S.A.	SKKFOR – Ser. For. e Desen. de Recursos
SC Finance BV	Sociedade de Construções do Chile, S.A.
SC Mediterraneum Cosmos B.V.	Société de Tranchage Isoroy S.A.S.
SC, SGPS, SA	Socijofra – Sociedade Imobiliária, S.A.
SCS Beheer, BV	Sociloures – Soc.Imobiliária, S.A.
SDSR - Sports Division 2, S.A.	Soconstrução BV
Selfrio,SGPS, S.A.	Sodesa, S.A.
Selifa – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Soflorin, BV
Sempre à Mão – Sociedade Imobiliária, S.A.	Soira – Soc.Imobiliária de Ramalde, S.A.
Sempre a Postos – Produtos Alimentares e Utilidades, Lda	Solinca - Eventos e Catering, SA
Serra Shopping – Centro Comercial, S.A.	Solinca - Health and Fitness, SA
Sesagest – Proj.Gestão Imobiliária, S.A.	Solinca – Investimentos Turísticos, S.A.
Sete e Meio – Invest. Consultadoria, S.A.	Solinfitness – Club Malaga, S.L.
Sete e Meio Herdades – Inv. Agr. e Tur., S.A.	Solingen Shopping Center GmbH
SGC, SGPS, SA	SOLSWIM-Gestão e Expl.Equip.Aquáticos,SA
Shopping Centre Parque Principado B.V.	Soltroia – Imob.de Urb.Turismo de Tróia, S.A.
Shopping Penha B.V.	Somit Imobiliária
Siaf – Soc.Iniciat.Aprov.Florestais – Energia, S.A.	SONAE - Specialized Retail, SGPS, SA
SIAL Participações Ltda	Sonae Capital Brasil, Lda
Sierra Asia Limited	Sonae Capital,SGPS, S.A.
Sierra Asset Management – Gest. Activos, S.A.	Sonae Center II S.A.
Sierra Berlin Holding BV	Sonae Center Serviços, S.A.
Sierra Central S.A.S	Sonae com – Sistemas Informação, SGPS, S.A.
Sierra Charagionis Develop.Sh. Centre S.A.	Sonae Ind., Prod. e Com.Deriv.Madeira, S.A.
Sierra Charagionis Propert.Management S.A.	Sonae Indústria – SGPS, S.A.
Sierra Corporate Services Holland, BV	Sonae Industria de Revestimentos, S.A.
Sierra Development Greece, S.A.	Sonae Indústria Manag. Serv, SA
Sierra Developments Germany GmbH	Sonae Investimentos, SGPS, SA
Sierra Developments Holding B.V.	Sonae Novobord (PTY) Ltd

ENTIDADES RELACIONADAS

Sonae RE, S.A.	Tlantic Portugal – Sist. de Informação, S.A.
Sonae Retalho Espana – Servicios Gen., S.A.	Tlantic Sistemas de Informação Ltdª
Sonae SGPS, S.A.	Tool GmbH
Sonae Sierra Brasil S.A.	Torre Ocidente Imobiliária, S.A.
Sonae Sierra Brazil B.V.	Torre São Gabriel – Imobiliária, S.A.
Sonae Sierra, SGPS, S.A.	TP – Sociedade Térmica, S.A.
Sonae Tafibra Benelux, BV	Troia Market, S.A.
Sonae Turismo – SGPS, S.A.	Tróia Natura, S.A.
Sonae UK, Ltd.	Troiaresort – Investimentos Turísticos, S.A.
Sonaecom – Serviços Partilhados, S.A.	Troiaverde – Expl.Hoteleira Imob., S.A.
Sonaecom – Sistemas de Información España, S.L.	Tulipamar – Expl.Hoteleira Imob., S.A.
Sonaecom BV	Turismo da Samba (Tusal), SARL
Sonaecom, SGPS, S.A.	Unipress – Centro Gráfico, Lda
Sonaegest – Soc.Gest.Fundos Investimentos	Unishopping Administradora Ltda.
SONAEMC – Modelo Continente, SGPS, S.A.	Unishopping Consultoria Imob. Ltda.
Sonaotelecom BV	Unitel International Holdings, B.V.
Sondis Imobiliária, S.A.	Unitel STP
Sontel BV	Unitel T+
Sontur BV	Upstar Comunicações SA
Sonvecap BV	Urbisedas – Imobiliária das Sedas, S.A.
Sopair, S.A.	Valecenter Srl
Sotáqua – Soc. de Empreendimentos Turist	Valor N, S.A.
Soternix-Produção de Energia, ACE	Vastgoed One – Sociedade Imobiliária, S.A.
Spanboard Products, Ltd	Vastgoed Sun – Sociedade Imobiliária, S.A.
SPF – Sierra Portugal Real Estate, Sarl	Via Catarina – Centro Comercial, S.A.
Spinarq – Engenharia, Energia e Ambiente, SA	Viajens y Turismo de Geotur España, S.L.
Spinveste – Gestão Imobiliária SGII, S.A.	Vistas do Freixo, SA
Spinveste – Promoção Imobiliária, S.A.	Vuelta Omega, S.L.
Sport Retalho España – Servicios Gen., S.A.	We Do Technologies Panamá S.A.
Sport TV Portugal, S.A.	We Do Technologies Singapore PTE. LTD.
Sport Zone – Comércio Art.Desporto, S.A.	WeDo Consulting – Sistemas de Informação, S.A.
Sport Zone – Turquia	WeDo do Brasil – Soluções Informáticas, Ltda
Sport Zone Canárias, SL	WeDo Poland Sp. Z.o.o.
Sport Zone España-Com.Art.de Deporte,SA	WeDo Technologies (UK) Limited
Spred, SGPS, SA	WeDo Technologies Americas, Inc.
SSI Angola, S.A.	WeDo Technologies Australia PTY Limited
Stinnes Holz GmbH	WeDo Technologies BV
Tableros Tradema, S.L.	WeDo Technologies BV – Sucursal Malaysia
Tafiber,Tableros de Fibras Ibéricas, SL	WeDo Technologies Egypt LLC
Tafibra Polska Sp.z.o.o.	WeDo Technologies Mexico, S de R.L.
Tafibra South Africa	Weierstadt Shopping BV
Tafibra Suisse, SA	World Trade Center Porto, S.A.
Tafisa – Tableros de Fibras, S.A.	Worten – Equipamento para o Lar, S.A.
Tafisa Canadá Societé en Commandite	Worten Canárias, SL
Tafisa France, S.A.	Worten España, S.A.
Tafisa UK, Ltd	ZIPPY – Comércio e Distribuição, SA
Taiber,Tableros Aglomerados Ibéricos, SL	ZIPPY – Comercio y Distribución, S.A.
Tarkett Agepan Laminate Flooring SCS	Zippy Turquia
Tecmasa Reciclados de Andalucía, SL	ZON II – Serviços de Televisão SA
Tecnológica Telecomunicações LTDA.	ZON III – Comunicações electrónicas S.A.
Telefónica, SA	ZOPT, SGPS, S.A.
Têxtil do Marco, S.A.	Zubiarte Inversiones Inmobiliarias, S.A.
TLANTIC B.V.	ZYEVOOLUTION-Invest.Desenv.SA.

32.2. SALDOS E TRANSAÇÕES ENTRE ENTIDADES RELACIONADAS

As transações e saldos entre a ZON OPTIMUS e empresas do Grupo ZON OPTIMUS foram eliminados no processo de consolidação, não sendo alvo de divulgação na presente Nota.

Os saldos a 31 de dezembro de 2013 e 31 de março de 2014 e as transações ocorridas nos trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2014 entre o Grupo ZON OPTIMUS e as empresas associadas, joint-ventures e outras partes relacionadas, são como segue:

TRANSAÇÕES

A 31 DE MARÇO DE 2013

	VENDEDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	FORNECIMENTO DE SERVIÇOS EXTERNOS	RENDIMENTOS E (GASTOS) FINANCEIROS	OUTRAS RECEITAS
ACIONISTAS				
Banco BPI	-	-	(1.615)	-
EMPRESAS CONTROLADAS CONJUNTAMENTE E ASSOCIADAS				
Big Picture 2 Films	2	949	-	-
Distodo	1	135	-	-
Dreamia Holding BV	84	-	50	-
Dreamia SA	1.146	384	-	-
Finstar	176	-	-	-
Sport TV	58	15.508	-	-
Upstar	2.627	6	436	-
OUTRAS PARTES RELACIONADAS				
Banco Espírito Santo	-	10	(2.732)	-
	4.094	16.982	(1.129)	-

SALDOS

A 31 DE DEZEMBRO DE 2013

	Saldos em 31 de dezembro de 2013					
	CONTAS A RECEBER - CLIENTES	CONTAS A RECEBER - OUTROS	CONTAS A PAGAR - FORNECEDORES	CONTAS A PAGAR - OUTROS	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS ATIVOS	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS PASSIVOS
ACIONISTAS						
Sonaecom	(6)	5.715	3.640	-	1.946	8.756
EMPRESAS CONTROLADAS CONJUNTAMENTE E ASSOCIADAS						
Big Picture 2 Films	-	-	222	-	-	111
Canal 20 TV	-	-	1	-	-	-
Distodo	2	46	105	-	-	-
Dreamia Holding BV	195	2.366	-	-	-	-
Dreamia SA	3.596	4.266	4.205	-	-	201
Finstar	6.387	693	-	-	-	-
Fundo Investimento para Cinema e Audiovisual	-	-	-	17.500	-	-
Mstar	1	1	-	-	-	-
Sport TV	612	45	21.202	-	-	3.363
Upstar	2.657	2.226	214	-	-	-
OUTRAS PARTES RELACIONADAS						
Mainroad	802	6	938	-	32	-
Modelo Continente Hipermercados	601	3	16	1	299	405
Sierra Portugal	171	9	221	2	1.469	-
We Do Consulting	115	-	952	-	295	56
Worten	4.234	53	362	-	89	969
Outras partes relacionadas	805	14	578	9	794	63
	20.172	15.443	32.656	17.512	4.924	13.924

	EMPRÉSTIMOS OBTIDOS	APLICAÇÕES FINANCEIRAS	DERIVADOS ATIVOS	DERIVADOS PASSIVOS	LOCAÇÃO FINANCEIRA
Banco BPI	96.447	-	-	384	-
Banco Espírito Santo	146.659	41.933	-	131	1.142
	243.106	41.933	-	515	1.142

TRANSAÇÕES

A 31 DE MARÇO DE 2014

	VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	FORNECIMENTO DE SERVIÇOS EXTERNOS	RENDIMENTOS E (GASTOS) FINANCEIROS	OUTRAS RECEITAS
ACIONISTAS				
Banco BPI	-	1	(1.001)	-
Sonaecom	17	71	-	(17)
EMPRESAS CONTROLADAS CONJUNTAMENTE E ASSOCIADAS				
Big Picture 2 Films	1	440	-	-
Distodo	-	97	-	1
Dreamia Holding BV	84	-	56	-
Dreamia SA	922	-	-	125
Finstar	163	-	-	-
Sport TV	39	12.159	-	2
Upstar	1.880	(48)	30	138
OUTRAS PARTES RELACIONADAS				
Banco Espírito Santo	-	53	(2.464)	-
Digitmarket	9	336	-	-
Mainroad	99	640	-	255
Modelo Continente Hipermercados	829	43	-	41
Saphety Level	28	156	-	-
Sierra Portugal	321	186	-	-
Sonae Center Serviços II	255	30	-	-
Raso - Viagens e Turismo	28	334	-	1
We Do Consulting	115	1.355	-	-
Worten	1.409	460	-	-
Outras partes relacionadas	851	179	-	12
	7.050	16.492	(3.379)	557

SALDOS

A 31 DE MARÇO DE 2014

	CONTAS A RECEBER - CLIENTES	CONTAS A RECEBER - OUTROS	CONTAS A PAGAR - FORNECEDORES	CONTAS A PAGAR - OUTROS	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS ATIVOS	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS PASSIVOS
ACIONISTAS						
Sonaecom	(62)	0	116	367	1	11
EMPRESAS CONTROLADAS CONJUNTAMENTE E ASSOCIADAS						
Big Picture 2 Films	0	0	178	-	0	91
Distodo	3	-	(71)	-	-	-
Dreamia Holding BV	2.129	516	-	-	56	-
Dreamia SA	3.788	4.255	4.654	-	40	201
Finstar	5.735	693	-	-	816	-
Fundo Investimento para Cinema e Audiovisual	-	-	-	17.500	-	-
Sport TV	63	46	20.204	-	7	3.687
Upstar	4.047	2.370	214	-	761	-
OUTRAS PARTES RELACIONADAS						
Mainroad	474	-	318	27	20	54
Modelo Continente Hipermercados	503	6	186	3	266	367
Sierra Portugal	163	146	(92)	127	18.31	-
We Do Consulting	99	-	735	137	266	18
Worten	3.521	(325)	365	223	71	248
Digitmarket	12	0	434	19	352	1
Outras partes relacionadas	668	101	642	44	571	(21)
	21.143	7.808	27.881	18.446	5.058	4.655

	EMPRÉSTIMOS OBTIDOS	APLICAÇÕES FINANCEIRAS	DERIVADOS ATIVOS	DERIVADOS PASSIVOS	LOCAÇÃO FINANCEIRA
Banco BPI	100.822	-	-	279	-
Banco Espírito Santo	148.546	9.594	-	44	578
	249.367	9.594	-	323	578

A Empresa celebra regularmente operações e contratos com diversas entidades dentro do Grupo ZON OPTIMUS. Tais operações foram realizadas nos termos normais de mercado para operações similares, fazendo parte da atividade corrente das sociedades contraentes.

A Empresa celebra igualmente, com regularidade, operações e contratos de natureza financeira com diversas instituições de crédito que são titulares de participações qualificadas no seu capital, as quais são, porém, realizadas nos termos normais de mercado para operações similares, fazendo parte da atividade corrente das sociedades contraentes.

Em resultado do número elevado de entidades relacionadas com saldos e transações de baixo valor, foi agrupado na linha de "Outras partes relacionadas" os montantes referentes a saldos e transações com as entidades cujos montantes são inferiores a 100 mil euros.

33. PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO, ATIVOS CONTINGENTES E PASSIVOS CONTINGENTES

33.1. PROCESSOS TMDP

Em fevereiro de 2004, a Lei n.º 5/2004 de 10 de fevereiro (Lei das Comunicações Eletrónicas), no seu artigo 106º, criou, ao abrigo do artigo 13º da Diretiva-Autorização (Diretiva 2002/20/CE, de 7 de junho), a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), como contrapartida dos "direitos e encargos relativos à implantação, passagem e atravessamento em local fixo, dos domínios público e privado municipal" por sistemas, equipamentos e demais recursos de empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público.

A base da incidência da TMDP é, por seu turno, constituída por "cada fatura emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do correspondente município", sendo a TMDP determinada com base num percentual máximo de 0,25% sobre o valor dessas faturas. Alguns municípios, apesar da aprovação da TMDP, têm mantido a cobrança das denominadas Taxas de Ocupação, tendo outros optado pela manutenção destas últimas taxas em detrimento da aprovação da TMDP.

O Grupo, com base em pareceres jurídicos sobre esta matéria, entende que a TMDP é a única taxa que pode ser cobrada como contrapartida dos direitos acima referidos, designadamente o direito de instalação, razão pela qual tem impugnado as Taxas de Ocupação de via pública que lhe são cobradas pelos municípios, por entender que as mesmas são ilegais. Salienta-se que, em sede de reclamação graciosa, houve já decisão por parte de alguns municípios, que ou subscreveram o entendimento do Grupo ou entenderam poderem apenas optar entre uma ou outra das taxas, entendendo que não é possível a sobreposição da TMDP e das Taxas de Ocupação de via pública.

Entretanto já foram proferidas várias decisões judiciais, incluindo do Supremo Tribunal Administrativo sobre a questão de fundo que têm vindo a dar provimento à posição e entendimento da ZON TV Cabo, pelo que existem boas perspetivas de que esta questão venha a ser definitivamente resolvida na generalidade da Câmaras em favor da ZON TV Cabo. Foram interpostos dois recursos para o Tribunal Constitucional em dois processos pela Câmara Municipal de Lisboa, que não tiveram provimento.

Com a entrada em vigor do Decreto-lei 123/2009 esta questão ficou definitivamente ultrapassada, para o futuro. Este diploma veio dispor claramente (em linha com o que o Grupo entendia já decorrer da legislação anterior) que, pela utilização e aproveitamento dos bens do domínio público e privado municipal que se traduza na construção ou instalação, por parte de empresas que ofereçam redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, de infraestruturas aptas ao alojamento de comunicações

eletrónicas é devida a TMDP, nos termos da Lei das Comunicações Eletrónicas e que não são devidas quaisquer outras taxas, encargos ou remunerações.

33.2. PROCESSOS COM ENTIDADES REGULADORAS

- Em 8 de julho de 2009, a ZON TV Cabo foi notificada pela AdC, no âmbito de um processo de contraordenação sobre a oferta *triple play* da ZON, solicitando que a ZON TV Cabo se pronunciasse sobre o teor da mesma, o que esta já fez em tempo. O processo encontra-se ainda em fase de inquérito na AdC, tendo sido solicitadas informações a que a ZON tem vindo a responder. Caso se venha a concluir pela existência de uma infração, poderá haver lugar a aplicação de uma coima que não poderá exceder os 10% do seu volume de negócios do último ano da infração.
- O ICP-ANACOM instaurou processos de contraordenação contra empresas do Grupo, tal como contra a generalidade dos operadores de comunicações eletrónicas nacionais, por violação das regras de portabilidade. A ZON TV Cabo, ZON TV Cabo Açoreana e a ZON TV Cabo Madeirense impugnaram judicialmente as decisões da Anacom, de condenação no pagamento de coimas, no âmbito desses processos. Em 2014 foram proferidas decisões judiciais de três processos que confirmaram sanções aplicadas à ZON TV Cabo, ZON TV Cabo Açoreana e a ZON TV Cabo Madeirense nos montantes de 36 milhares de euros, 7,5 milhares de euros e 8,5 milhares de euros, respetivamente. Encontram-se ainda pendentes de decisão 3 processos de 2013.

A ZON TV Cabo, a ZON TV Cabo Açoreana e a ZON TV Cabo Madeirense têm vindo a impugnar judicialmente os atos do ICP-ANACOM de liquidação da Taxa Anual (anos de 2009, 2010, 2011 e 2012) pela atividade de Fornecedor de Redes de Serviços de Comunicações Eletrónicas nos valores (i) de 1.087 milhares de euros, 2.325 milhares de euros, 3.580 milhares de euros e 3.447 milhares de euros; (ii) 42 milhares de euros, 79 milhares de euros, 123 milhares de euros e 113 milhares de euros e (iii) 55 milhares de euros, 109 milhares de euros, 169 milhares de euros e 156 milhares de euros, respetivamente, tendo sido peticionada a restituição das quantias entretanto pagas no âmbito da execução dos referidos atos de liquidação. Esta taxa é uma percentagem definida anualmente pela ANACOM (em 2009 foi de 0,5826%) sobre as receitas de comunicações eletrónicas dos operadores; o regime entra gradualmente em vigor: 1/3 no 1º. ano, 2/3 no 2º. ano e 100% no 3º. ano. As empresas ZON TV Cabo, ZON TV Cabo Açoreana e ZON TV Cabo Madeirense argumentam, nomeadamente, além de vícios de inconstitucionalidade e ilegalidade, que apenas as receitas relativas à atividade de comunicações eletrónicas propriamente dita, sujeita à regulação da Anacom podem ser consideradas para efeitos de aplicação da percentagem e cálculo da taxa a pagar, não devendo ser consideradas receitas de conteúdos televisivos.

Em 18 de dezembro de 2012 foi proferida sentença no processo instaurado pela ZON TV Cabo Portugal referente a 2009, a qual julgou procedente a impugnação, tendo apenas apreciado o vício da falta de audiência prévia, condenando, ainda, o ICP-ANACOM a pagar juros, decisão contra a qual o ICP-Anacom apresentou recurso, ao qual, por decisão de julho de 2013, não foi dado provimento.

Os demais processos encontram-se a aguardar julgamento e decisão.

- A ZON OPTIMUS candidatou-se ao concurso público para o licenciamento de um serviço de programas de âmbito nacional, generalista, de acesso não condicionado livre, a emitir por via hertziana terrestre. Por decisão da Entidade Reguladora para a Comunicação Social de 23 de março de 2009, a candidatura da ZON OPTIMUS, tal como a outra candidatura concorrente foi excluída do concurso, decisão da qual a ZON OPTIMUS recorreu judicialmente. Entretanto, em 2014, a ZON OPTIMUS desistiu dos pedidos formulados, pondo termo ao processo.

33.3. ADMINISTRAÇÃO FISCAL

No decurso dos exercícios de 2003 a 2013, algumas empresas do Grupo ZON OPTIMUS foram objeto de Inspeção Tributária aos exercícios de 2001 a 2011. Na sequência destas inspeções, a ZON OPTIMUS, enquanto sociedade dominante do Grupo Fiscal, e as empresas não abrangidas pelo Grupo Fiscal, foram notificadas das correções efetuadas pelos Serviços de Inspeção Tributária ao prejuízo fiscal do Grupo e correções em sede de IVA e Imposto de selo e para fazer pagamentos correspondentes às correções aos exercícios acima referidos. O valor total das notificações ascende a 29,9 milhões de euros. De salientar que o Grupo entendeu que as correções efetuadas não tinham fundamento, tendo contestado as referidas correções e montantes. O Grupo prestou garantias bancárias exigidas pela Administração Fiscal, no âmbito destes processos, conforme referido na Nota 31.

No final do exercício de 2013 e aproveitando o regime extraordinário de regularização de dívidas fiscais, a empresa liquidou 7,7 milhões de euros (correspondendo a notificações no montante de 17,3 milhões de euros deduzido de juros de mora). Este montante ficou registado como "Imposto a recuperar" não corrente deduzido de provisão constituída no montante de 3,5 milhões de euros (Nota 21).

Conforme convicção do Conselho de Administração do Grupo corroborada pelos nossos advogados e consultores fiscais, o risco de perda destes processos não é provável e o desfecho dos mesmos não afetará de forma material a posição consolidada.

33.4. AÇÕES DA PT CONTRA A ZON TV CABO MADEIRENSE E ZON TV CABO AÇOREANA

- A PT intentou no Tribunal Judicial do Funchal uma ação ordinária contra a ZON TV Cabo Madeirense, pedindo o pagamento de 1.608 milhares de euros, acrescido de juros, até integral pagamento pela alegada utilização de condutas, prestação de serviço MID, prestação de serviço de vias Vídeo/Áudio, despesas de operação, manutenção e gestão de cabo submarino Madeira/Porto Santo e utilização de dois troços de fibra ótica.

A empresa contestou a ação, nomeadamente quanto aos preços em causa, aos serviços e à legitimidade da PT quanto às condutas.

Foi proferida sentença em final de julho de 2013, que foi largamente favorável à ZON TV Cabo Madeirense, da qual, entretanto, a PT recorreu, estando o processo a aguardar normal desenvolvimento.

- Em abril de 2012 e na sequência de decisão judicial em anterior processo em que, por decisão de 19 de julho de 2011, a ZON TV Cabo Açoreana foi absolvida da instância, a PT veio a apresentar duas novas ações contra a ZON TV Cabo Açoreana, uma respeitante à prestação de serviço MID e outra à prestação de serviço de vias Vídeo/Áudio, peticionando o pagamento de 222 milhares de euros e de 316 milhares de euros, respetivamente, acrescidos de juros, estando a aguardar julgamento e decisão. Foi proferida sentença que, sem prejuízo dos juros, reduz o valor a pagar pela ZON TV Cabo Açoreana para cerca de 97 mil euros.

33.5. AÇÃO CONTRA ZON TV CABO

Em 2014, foi intentada ação judicial cível contra a ZON TV Cabo Portugal por uma empresa prestadora de serviços de comercialização de serviços ZON, a qual pede a condenação desta no pagamento de cerca de 1.243 mil euros, por alegada rescisão antecipada de contrato e a título de indemnização de clientela. É convicção do Conselho de Administração que os argumentos utilizados não são corretos, pelo que do desfecho do processo não resultarão impactos significativos nas demonstrações financeiras do Grupo. A ação aguarda julgamento.

33.6. AÇÕES CONTRA A SPORT TV

A SPORT TV Portugal, SA foi condenada pela Autoridade da Concorrência ao pagamento de uma coima no valor de 3.730 milhares de euros pela alegada prática da infração de abuso de posição dominante no mercado nacional de canais de acesso condicionado com conteúdos desportivos premium.

A SPORT TV não concorda com a decisão e por isso decidiu recorrer da mesma para as instâncias judiciais competentes, encontrando-se o processo a aguardar desenvolvimento.

33.7. PENALIDADES CONTRATUAIS

As condições gerais que regulam a vigência e cessação da relação contratual entre a ZON OPTIMUS e os seus clientes, estabelecem que em caso de desativação dos produtos e serviços por iniciativa do cliente antes de decorrido o período de fidelização, o cliente fica obrigado ao pagamento imediato de uma indemnização. Até março de 2014, os valores a receber pela ZON TV Cabo e Optimus de indemnizações faturadas ascende a um total de 21.403 e 82.986 milhares de euros, respetivamente. Durante o trimestre findo em 31 de março de 2014 foram recebido e reconhecidos em resultados, os montantes de 119 e 1.415 milhares de euros, respetivamente.

33.8. TARIFAS DE INTERLIGAÇÃO

Em 31 de março de 2014, existem saldos em aberto com operadores nacionais, registados nas rubricas de clientes e fornecedores, no montante de 37.139.253 euros e 29.913.608 euros, respetivamente, que resultam de um diferendo mantido, entre a subsidiária, Optimus – Comunicações, S.A. e essencialmente, a MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A. (anteriormente designada TMN-Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.), relativo à indefinição dos preços de interligação do ano de 2001, tendo os respetivos custos e proveitos sido registados nesse ano. Em Primeira Instância a sentença foi totalmente favorável à Optimus. O Tribunal da Relação, em sede de recurso, julgou novamente improcedentes os intentos da MEO. Contudo, a MEO voltou a recorrer desta decisão, agora para o Supremo Tribunal de Justiça, o qual confirmou a decisão do Tribunal da Relação, por sentença já transitada em julgado, julgando improcedentes os intentos da MEO, concluindo assim que os preços de interligação do ano de 2001 não estavam definidos. A regularização dos valores em aberto vai depender do preço que vier a ser estabelecido.

34. PLANO DE ATRIBUIÇÃO DE AÇÕES OU OPÇÕES SOBRE AÇÕES

Os Planos de Atribuição de Ações aprovados nas Assembleias Gerais de 27 de abril de 2008 e 19 de abril de 2010, com os objetivos de fidelizar os colaboradores, alinhar o interesse destes com os objetivos empresariais para além de criar condições mais favoráveis ao recrutamento de quadros com elevado valor estratégico, têm vindo a ser operacionalizados de acordo com os princípios então acordados.

Estes planos de incentivos integram nomeadamente o Plano Standard e o Plano Executivo Sénior. O Plano Standard destina-se aos membros elegíveis, selecionados pelos órgãos competentes, independentemente das funções que os mesmos desempenhem, e neste plano o empossamento das ações atribuídas estende-se por cinco anos, iniciando-se doze meses decorrido sobre o período a que se refere a respetiva atribuição, a uma taxa de 20% por ano. O Plano Executivo Sénior, por sua vez, é dirigido aos membros elegíveis, qualificados como Executivos Seniores, e selecionados também pelos respetivos órgãos competentes. O Plano Executivo Sénior, implementado após aprovação da Assembleia Geral realizada em abril de 2010, prevê um diferimento do empossamento das ações de 3 anos, após a respetiva atribuição.

O número máximo de ações a afetar em cada ano a estes planos é aprovado pelo Conselho de Administração e está dependente exclusivamente do cumprimento dos objetivos de performance estabelecidos para a ZON OPTIMUS e da avaliação do desempenho individual.

As empresas do Grupo Optimus tinham implementado, desde 2000, um sistema de incentivos em ações a colaboradores acima de determinado nível de função, sob a forma de ações da Sonaecom, que foram, durante o exercício de 2013, convertidos em ações ZON OPTIMUS. O exercício dos direitos ocorre três anos após a sua atribuição, desde que o colaborador se mantenha na empresa durante esse período.

Em 31 de março de 2014, os planos em aberto são os seguintes:

	NÚMERO DE AÇÕES
PLANO SÊNIOR	
Plano 2011	196.000
Plano 2012	186.000
Plano 2013	196.000
PLANO STANDARD	
Plano 2009	762
Plano 2010	60.214
Plano 2011	133.825
Plano 2012	190.284
Plano 2013	251.670
PLANO OPTIMUS	
Plano 2011	123.206
Plano 2012	1.550.447
Plano 2013	1.199.466

Durante o trimestre findo em 31 de março de 2014, os movimentos ocorridos ao abrigo dos Planos, detalham-se do seguinte modo:

	PLANO SÊNIOR	PLANO STANDARD	PLANO OPTIMUS
SALDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2013:	583.000	921.859	4.041.865
MOVIMENTOS DO ANO:			
Exercidas (Empossadas)	(15.000)	(286.126)	(1.453.343)
Canceladas/Extintas/Corrigidas ⁽¹⁾	10.000	1.022	284.597
SALDO A 31 DE MARÇO DE 2014:	578.000	636.755	2.873.119

(1) referente predominantemente a ações liquidadas excepcionalmente em dinheiro, saídas de colaboradores sem direito a empossamento de ações e correções resultantes da forma de vencimento dos planos que é feita através da aquisição de ações com desconto.

Os custos dos planos de ações são reconhecidos ao longo do exercício que medeia a atribuição e o exercício das mesmas. A responsabilidade dos planos é calculada com base na cotação à data de atribuição de cada plano, sendo que para os Planos Optimus, a data de atribuição corresponde à data da fusão (momento da conversão dos planos de ações Sonaecom em ações ZON OPTIMUS). A 31 de março de 2014, a responsabilidade em aberto relativa a estes planos é de 8.429 milhares euros, e está registada em Reservas.

Os custos reconhecidos ao longo dos exercícios anteriores e no trimestre, e a respetiva responsabilidade, são como segue:

	TOTAL
Custos reconhecidos em exercícios anteriores dos planos em aberto a 31 de dezembro de 2013	14.297
Custos de planos exercidos no trimestre (empossados)	(7.115)
Custos reconhecidos no trimestre	1.907
Custos dos planos excepcionalmente liquidados em dinheiro e outros	(660)
TOTAL DOS CUSTOS DOS PLANOS (REGISTADO EM RESERVAS)	8.429

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 23 de abril de 2014, em assembleia geral de acionistas foram aprovados:

- a) relatório de gestão, balanço e contas, individuais e consolidadas e relatório de governo da Sociedade, relativos ao exercício de 2013;
- b) aplicação e distribuição do resultado líquido de 2013, nos seguintes termos:
 - a. Pagamento de um montante global de 0,12 Euros por ação (relativamente ao número total de ações emitidas), resultante do pagamento aos acionistas do resultado líquido no montante de 21.976.095 euros, acrescido de 39.843.273 euros de reservas livres, perfazendo o total de 61.819.368 euros;
 - b. Pagamento aos Administradores, nos termos do n.º 3 do artigo 14.º dos Estatutos, do montante de 895.000 Euros, de acordo com o critério estabelecido pelo Conselho de Administração;
- c) de um voto de louvor e confiança a todos e a cada um dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal e ao Revisor Oficial de Contas, no âmbito da apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade;
- d) Eleição do Revisor Oficial de Contas para completar o mandato correspondente ao triénio de 2013/2015, nos seguintes termos:
 - a. Efetivo: ERNST & YOUNG AUDIT & ASSOCIADOS, SROC, S.A., inscrita na OROC sob o número 178 e inscrita na CMVM sob o número 9011, representada por Ricardo Filipe de Frias Pinheiro (ROC n.º 739);
 - b. Suplente: Paulo Jorge Luís da Silva (ROC n.º 1334);
- e) da declaração submetida pela Comissão de Vencimentos sobre a política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização da Sociedade; da aquisição e alienação de ações próprias; da política de retribuição variável da Sociedade e do respetivo regulamento; e das seguintes modificações aos Estatutos da Sociedade: alteração (i) do n.º 3 do artigo 7.º e (ii) da alínea b) do n.º 1 do artigo 24.º e renumeração das alíneas deste mesmo número.

Em 5 de maio de 2014, nos termos e para os efeitos do disposto no Artigo 17º do Código dos Valores Mobiliários, a ZON OPTIMUS, SGPS, S.A. ("ZON OPTIMUS" ou "Sociedade") informa ter recebido a comunicação de participação qualificada abaixo por parte de Lancaster Investment Management LLP.

36. MAPAS ANEXOS

A) EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO PELO MÉTODO INTEGRAL

DENOMINAÇÃO	SEDE	ATIVIDADE PRINCIPAL	DETENTOR DO CAPITAL	PERCENTAGEM DE CAPITAL DETIDO		
				EFETIVA 31-12-2013	DIRETA 31-03-2014	EFETIVA 31-03-2014
ZON Optimus, SGPS, S.A.	Lisboa	Gestão de participações sociais	-	0%	0%	0%
Be Artis – Conceção, Construção e Gestão de Redes de Comunicações, S.A. ('Artis')	Maia	Conceção, construção, gestão e exploração de redes de comunicações eletrónicas e dos respetivos equipamentos e infra-estruturas, gestão de ativos tecnológicos próprios ou de terceiros e prestação de serviços conexos	ZON Optimus	100%	100%	100%
Be Towering – Gestão de Torres de Telecomunicações, S.A. ('Be Towering')	Maia	Implantação, instalação e exploração de torres e outros sites para colocação de equipamentos de telecomunicações	ZON Optimus	100%	100%	100%
Empracine - Empresa Promotora de Atividades Cinematográficas, Lda.	Lisboa	Exibição cinematográfica	Lusomundo SII	100%	100%	100%
Lusomundo - Sociedade de investimentos imobiliários SGPS, SA	Lisboa	Exploração de ativos imobiliários	ZON Optimus	100%	100%	100%
Lusomundo Espanha, SL	Madrid	Gestão de participações sociais, no âmbito de investimentos em Espanha	ZON Optimus	100%	100%	100%
Lusomundo Imobiliária 2, S.A.	Lisboa	Exploração de ativos imobiliários	Lusomundo SII	100%	100%	100%
Lusomundo Moçambique, Lda.	Maputo	Exibição cinematográfica, organização e exploração de espetáculos públicos	ZON LM Cinemas	100%	100%	100%
Optimus - Comunicações, S.A. ('Optimus')	Maia	Implementação, operação, exploração e oferta de redes e prestação de serviços de comunicações eletrónicas, bem como quaisquer recursos conexos e, ainda, fornecimento e comercialização de produtos e equipamentos de comunicações eletrónicas	ZON Optimus	100%	100%	100%
Per-Mar – Sociedade de Construções, S.A. ('Per-Mar')	Maia	Compra e venda, arrendamento e exploração de bens imóveis e estabelecimentos comerciais	ZON Optimus	100%	100%	100%
Sontária - Empreendimentos Imobiliários, S.A. ('Sontária')	Maia	Realização de urbanizações e construções de edifícios, planeamento, gestão urbanística, realização de estudos, construção e gestão de imóveis, compra e venda de bens imóveis e revenda dos adquiridos para esse fim	ZON Optimus	100%	100%	100%
Teliz Holding B.V.	Amstelveen	Gestão de participações sociais	ZON Optimus	100%	100%	100%
ZON Audiovisuais, SGPS S.A.	Lisboa	Gestão de participações sociais	ZON LM Audiovisuais	100%	100%	100%
ZON Cinemas, SGPS S.A.	Lisboa	Gestão de participações sociais	ZON LM Cinemas	100%	100%	100%
ZON Conteúdos - Actividade de Televisão e de Produção de Conteúdos, S.A.	Lisboa	Comercialização de conteúdos para televisão por cabo	ZON Televisão por Cabo	100%	100%	100%
ZON FINANCE B.V.	Amsterdão	Gestão de actividades de financiamento do Grupo	ZON TV Cabo / ZON Optimus	100%	50% / 50%	100%
ZON Lusomundo Audiovisuais, S.A.	Lisboa	Importação, distribuição, exploração, comercialização e produção de produtos audiovisuais	ZON Optimus	100%	100%	100%
ZON Lusomundo Cinemas, S.A.	Lisboa	Exibição cinematográfica, organização e exploração de espetáculos públicos	ZON Optimus	100%	100%	100%
ZON Lusomundo TV, Lda.	Lisboa	Distribuição de filmes cinematográficos, edição, distribuição e venda de produtos audiovisuais	ZON Audiovisuais SGPS S.A.	100%	100%	100%
ZON Televisão por Cabo, SGPS, S.A.	Lisboa	Gestão de participações sociais	ZON TV Cabo	100%	100%	100%
ZON TV Cabo Açoreana, S.A.	Ponta Delgada	Distribuição de sinal de televisão por cabo e satélite, exploração e prestação de serviços de telecomunicações na Região Autónoma dos Açores	ZON TV Cabo	84%	84%	84%
ZON TV Cabo Madeirense, S.A.	Funchal	Distribuição de sinal de televisão por cabo e satélite, exploração e prestação de serviços de telecomunicações na Região Autónoma da Madeira	ZON TV Cabo	78%	78%	78%
ZON TV Cabo Portugal, S.A.	Lisboa	Distribuição de sinal de televisão por cabo e satélite, exploração e prestação de serviços de telecomunicações	ZON Optimus	100%	100%	100%

B) EMPRESAS ASSOCIADAS

DENOMINAÇÃO	SEDE	ATIVIDADE PRINCIPAL	DETENTOR DO CAPITAL	PERCENTAGEM DE CAPITAL DETIDO		
				EFETIVA 31-12-2013	DIRETA 31-03-2014	EFETIVA 31-03-2014
Distodo - Distribuição e Logística, Lda. ("Distodo")	Lisboa	Armazenamento, distribuição e venda de fonogramas e videogramas	ZON LM Audiovisuais	50,00%	50,00%	50,00%
Canal 20 TV, S.A.	Madrid	Produção e Distribuição de direitos de produtos televisivos	ZON Optimus	50,00%	50,00%	50,00%
ZON II - Serviços de Televisão S.A. (a)	Lisboa	Conceção, produção, realização e comercialização de conteúdos audiovisuais, exploração de publicidade, prestação de serviços de acessoria	ZON Optimus	100,00%	100,00%	100,00%
Big Picture 2 Films, S.A.	Oeiras	Importação, distribuição, exploração, comércio e produção de filmes cinematográficos, videogramas, fonogramas e outros produtos de natureza audiovisual	ZON Audiovisuais SGPS S.A.	20,00%	20,00%	20,00%
ZON III - Comunicações electrónicas S.A. (a)	Lisboa	Operador de rede e de prestador de serviços de comunicações eletrónicas	ZON Optimus	100,00%	100,00%	100,00%

a) Empresas sem atividade.

C) EMPRESAS CONTROLADAS CONJUNTAMENTE

DENOMINAÇÃO	SEDE	ATIVIDADE PRINCIPAL	DETENTOR DO CAPITAL	PERCENTAGEM DE CAPITAL DETIDO		
				EFETIVA	DIRETA	EFETIVA
				31-12-2013	31-03-2014	31-03-2014
Sport TV Portugal, S.A.	Lisboa	Conceção, produção, realização e comercialização de programas desportivos para televisão, aquisição e revenda de direitos de transmissão televisiva de programas desportivos, e exploração de publicidade	ZON Optimus	50,00%	50,00%	50,00%
Dreamia - Serviços de Televisão, S.A.	Lisboa	Conceção, produção, realização e comercialização de conteúdos audiovisuais, exploração de publicidade, prestação de serviços de acessoria	Dreamia Holding BV	50,00%	100,00%	50,00%
Dreamia Holding B.V.	Amesterdão	Gestão de participações sociais	ZON Audiovisuais SGPS S.A.	50,00%	50,00%	50,00%
MSTAR, SA	Maputo	Distribuição de sinal de televisão por satélite, exploração e prestação de serviços de telecomunicações	ZON Optimus	30,00%	30,00%	30,00%
Upstar Comunicações S.A.	Vendas Novas	Serviços de comunicações eletrónicas, produção, comercialização, transmissão e distribuição de conteúdos audiovisuais e consultoria	ZON Optimus	30,00%	30,00%	30,00%
ZAP Media S.A.	Luanda	Desenvolvimento de projectos e de actividades nas áreas de entretenimento, telecomunicações e de tecnologias afins, a produção e distribuição dos respectivos conteúdos e o projecto, execução e exploração de infra-estruturas e instalações relacionadas	FINSTAR	30,00%	100,00%	30,00%
FINSTAR - Sociedade de Investimentos e Participações, S.A.	Luanda	Distribuição de sinal de televisão por satélite, exploração e prestação de serviços de telecomunicações	Teliz Holding B.V.	30,00%	30,00%	30,00%

Os investimentos financeiros cuja participação é inferior a 50% foram considerados como empreendimentos conjuntos em virtude de acordos parassociais que lhe conferem o controlo partilhado.

D) EMPRESAS CONSIDERADAS COMO ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

DENOMINAÇÃO	SEDE	ATIVIDADE PRINCIPAL	DETENTOR DO CAPITAL	PERCENTAGEM DE CAPITAL DETIDO		
				EFETIVA	DIRETA	EFETIVA
				31-12-2013	31-03-2014	31-03-2014
Fundo de Investimento para o cinema e audiovisual	Domiciliado em Portugal	Investimento em obras cinematográficas, audiovisuais e multiplataforma, visando uma exploração alargada das mesmas, com a finalidade última do desenvolvimento da arte cinematográfica e do audiovisual	ZON Optimus	30,12%	30,12%	30,12%
Turismo da Samba (Tusal), SARL (a)	Luanda	n/d	ZON Optimus	30,00%	30,00%	30,00%
Filmes Mundáfrica, SARL (a)	Luanda	Exibição cinematográfica, organização e exploração de espetáculos públicos.	ZON Optimus	23,91%	23,91%	23,91%
Companhia de Pesca e Comércio de Angola (Cosal), SARL (a)	Luanda	n/d	ZON Optimus	15,76%	15,76%	15,76%
Caixanet - Telecomunicações e Telemática, S.A.	Lisboa	Prestação de serviços de telemática e comunicações	ZON Optimus	5,00%	5,00%	5,00%
Apor - Agência para a Modernização do Porto	Porto	Desenvolvimento de estudos e projetos relativos à modernização da base económica do Porto, incluindo a modernização urbana	ZON Optimus	3,98%	3,98%	3,98%
Lusitânia Vida - Companhia de Seguros, S.A. ("Lusitânia Vida")	Lisboa	Atividade Seguradora	ZON Optimus	0,03%	0,03%	0,03%
Lusitânia - Companhia de Seguros, S.A. ("Lusitânia Seguros")	Lisboa	Atividade Seguradora	ZON Optimus	0,04%	0,04%	0,04%

a) Investimentos totalmente provisionados.



ZON OPTIMUS®